



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

David Pontes

2º Ciclo de Estudos em História Contemporânea

O cerco da peste no Porto

Cidade, imprensa e saúde pública na crise sanitária de 1899

2012

Orientador: Jorge Fernandes Alves

Dissertação de Mestrado de História Contemporânea

Versão definitiva

Universidade do Porto

Faculdade de Letras

David Pontes

O cerco da peste no Porto

Cidade, imprensa e saúde pública na crise sanitária de 1899

“De uma maneira geral, a doença esteve na origem
de uma desordem moral crescente na cidade”

Tucídides, Atenas, 430 a.c.

Porto 2012

À minha mulher Carla, porque com ela sou capaz de tudo

Às minhas filhas que são parte essencial desse tudo

Ao meu pai por nunca desistir de querer saber

Agradecimentos

Ao meu orientador pelo incentivo e pela palavra sempre avisada, ao amigo Alberto Lírio pela enorme paciência e pela leitura atenta, ao meu colega de mestrado Bruno Henriques pelos conselhos úteis e à ajuda sempre amável do pessoal do centro de documentação do *Jornal de Notícias*, da Biblioteca Municipal do Porto e do Arquivo Distrital do Porto.

Resumo

Em 1899, o Porto foi a primeira cidade da Europa a ser atingida pela terceira pandemia da peste, suportando durante quatro meses um cerco sanitário imposto militarmente pelo governo nacional. Sítio a segunda cidade de um país não pode deixar de provocar reações extremadas, que levaram a população e a imprensa a contestar a ciência médica, o dispositivo sanitário e a atuação das autoridades.

A epidemia de peste bubónica que registou 320 casos e 132 mortes, revelaria as más condições de vida da cidade e a impreparação do sistema sanitário, mas também a ação decisiva de um homem como o médico municipal Ricardo Jorge, que descobriu a doença, a combateu, mas que acabou por sair do Porto, após os ataques a que foi sujeito.

Ao longo deste trabalho procuramos reconstituir a história da epidemia, avaliar o impacto do cerco sanitário e o debate público e contestação que as novas práticas médicas suscitaram. Procuramos também registar o papel da imprensa, num momento de afirmação da sua indústria, especialmente dos jornais *O Comércio do Porto*, *Jornal de Notícias* e *Voz Pública*, e a forma como os poderes locais se mostraram pouco capazes de se opor a uma decisão do poder central que se mostrou desproporcionada e ineficaz para combater a epidemia.

Palavras-chave: Peste, imprensa, saúde pública, Ricardo Jorge, Porto

Abstract

In 1899, Porto was the first European city to be hit by the third epidemic plague, supporting for four months a sanitary siege imposed militarily by the national government. To besiege the second city of the country cannot stop from provoking extreme reactions, that took the population and the press to question the medical science, the hygienic device and the authorities intervention.

The epidemic of bubonic plague that registered 320 cases and 132 deaths, would reveal the bad conditions of life in the city and the lack of preparation of the sanitary system, but also the decisive action of a man like the city doctor Ricardo Jorge, that discovered the disease, fought it, but that end up leaving Porto, after the attacks he was submitted to.

In this work we try to rebuild the history of the epidemic, evaluate the impact of the sanitary siege, the public debate and the objections that were raised by these new medical practices. We also wish to register the function of the press, in a moment where the industry is asserting itself, especially from newspapers *O Comércio do Porto*, *Jornal de Notícias* e *Voz Pública*, and how local powers were incapable of opposing a central power decision that was disproportionate and unable to fight the epidemic.

Key-words: Plague, press, public health, Ricardo Jorge, Porto

Índice

Introdução	8
1. Primeiros passos da epidemia A terceira pandemia da peste chega ao Porto em 1899	14
2. É peste, mas é nova? O debate em torno do carácter exótico do vírus	21
3. O débil exército da saúde O dispositivo sanitário português	27
4. A peste chega de Lisboa As medidas de combate à epidemia e a imprensa	34
5. Uma cidade sob pressão O Porto à beira do cerco militar	44
6. O cerco do Porto As medidas sanitárias debaixo crítica	53
7. O ar, os ratos e as pulgas O saber médico e as terapias aplicadas à peste	62
8. Depois da peste, a fome O impacto do cerco sanitário na vida da cidade	71
9. <i>As némesis</i> Lisboa por oposição ao Porto e Gomes da Silva a Ricardo Jorge	79
10. Epílogo O lento levantamento do cerco	89
Conclusão	95
Bibliografia consultada	100

Introdução

“ (...) O sol inclemente, estas horas que sabiam a sono e a férias, já não convidavam como dantes às festas da água e da carne. Pelo contrário, soavam a oco na cidade fechada e silenciosa. Tinham perdido o brilho acobreado das estações felizes. O sol da peste apagava todas as cores e escorraçava toda a alegria”.

“A peste”, Albert Camus

No dia 4 de setembro de 1899, o Porto parece uma cidade vazia. Sobe-se da rua do Infante até à rua das Flores, praça Almeida Garrett e daí até à rua de Santo António e por todo o percurso encontra-se comércio de portas fechadas. Não, não é feriado: desde o último dia de agosto que os estabelecimentos estão encerrados, em sinal de “luto”. Este é o protesto silencioso contra o cordão militar que, há mais de uma semana, isola a cidade do resto do país. Um cerco foi decidido pelo governo de Lisboa depois de precisamente há dois meses, a 4 de julho, o médico municipal, Ricardo Jorge, ter recebido uma nota de um comerciante que lhe dava conta de umas mortes estranhas entre carregadores que moravam na rua da Fonte Taurina, junto ao Douro. Era a peste.

Nesta segunda-feira, “o Porto oferecia um aspeto lúgubre, parecendo mais uma cidade sobre a qual houvesse passado um grande cataclismo, do que esta gloriosa terra, todos os dias animada pelo labor incessante da sua população”, descrevia o *Comércio do Porto*. Em nome da peste não há feiras, não há ligações ferroviárias, estão bloqueadas as exportações e o comércio com o Norte. Nas barreiras do cordão sanitário reina a arbitrariedade, quem consegue viajar

tem de o fazer com guias sanitárias e numa carruagem marcada com a palavra “Porto”. As autoridades procuram o melhor local para construir um lazareto...

O Porto não foi o único ponto da Europa a ser afetado pela terceira grande epidemia global de peste, que dá os seus primeiros sinais na província de Yunnan, na China, por volta de 1840. Ajudada pelos novos meios marítimos, vai difundir-se por todo o mundo, atingindo pela primeira vez o continente americano e a Oceania, mas é a Índia o território mais fustigado: dez milhões de mortos nos 12 anos seguintes. Surgiram surtos em locais como Paris, Marselha, Açores, mas de reduzida expressão. O Porto é a primeira cidade europeia a ser atingida e a mais afetada, com cerca de 320 casos e 132 mortes, e o último local da Europa que viveu a peste como uma verdadeira catástrofe.

Nesse dia 4 de setembro, são presos uns rapazes pela polícia por distribuírem panfletos entre os grupos que discutem na praça D. Pedro, para serem logo libertados quando na esquadra percebem que os panfletos são as “Primeiras instruções sobre a epidemia”, impressos com um texto com as recomendações de Ricardo Jorge. “Estará tudo doido”, pergunta o *Voz Pública (VP)*. Não estará, mas são dias de paixões exaltadas, de posições extremadas entre o governo central que decreta a epidemia e impõe um combate sanitário desorganizado, mas brutal, e uma cidade que se tenta libertar do cerco nem que seja preciso negar a própria existência da peste. Apaga-se das páginas dos jornais a palavra maldita, substituída por uma “moléstia reinante”, mesmo que a expressão não ajude ao argumento posterior de que se a doença é peste, ela não atinge as proporções bíblicas das epidemias do passado.

No centro do furacão está uma classe médica que afirma o seu poder, em crises que irão conduzir à criação das raízes de um sistema de saúde nacional, protagonizado pelo homem que descobriu e confirmou a existência de peste, Ricardo Jorge, a quem a contestação popular e uma imprensa aguerrida levará a sair da cidade. Medidas sanitárias desconexas que causam grave perturbação na atividade económica, serão objeto de estudo neste trabalho. Mas importa também tentar perceber de que forma a contestação foi uma reação de medo contra um “biopoder” emergente que o médico municipal, responsável pelas primeiras medidas de combate à peste personificava¹, ou como poderemos inscrever este episódio num tempo de afirmação da “revolução bacteriológica”, de que esse mesmo Ricardo Jorge, fundador do

¹ ALVES, Jorge Fernandes (2008) – Ricardo Jorge e a Saúde Pública em Portugal – “Um apostolado sanitário”- In *Arquivos de Medicina*. Porto: Arquimed - Departamento de Edições Científicas da AEFMUP, Vol. 22, n° 2/3, p. 85,

laboratório municipal, com notoriedade conquistada na defesa da saúde pública, seria um dos arautos, confrontado por médicos e por práticas clínicas mais conservadoras.

A face política mais visível desta crise sanitária traduziu-se na eleição de três deputados republicanos nas eleições desse ano que, mesmo com eleições anuladas, o Porto insistiria em reeleger no ano seguinte. Mas esse é só o remate de uma crise que seria vivida intensamente pelos poderes locais e provocaria confrontos e tensão social nas ruas. Neste dia 4 de setembro de 1899, os industriais vão procurar o Governador Civil para lhe comunicar a sua decisão de encerrar as fábricas. Seguem as passadas da comissão nomeada na Associação Comercial do Porto (ACP) e do presidente da Câmara que se demitiram na sexta-feira, dia 1 de setembro, por não conseguirem que o governo suavizasse o cerco, mesmo após uma comissão médica enviada à cidade ter apontado nesse sentido.

Toda esta tempestade vai ser alimentada pelos jornais, que se ainda são fortemente marcados por orientações políticas, procuram afirmar uma relação direta com os seus leitores, tentando identificar-se com os problemas e anseios de uma comunidade que reclamam como sua. Neste mesmo dia, o *Jornal de Notícias (JN)*, que virá a ser suspenso, decidiu aumentar a sua tiragem e se no domingo registava 16 mil exemplares, vai passar a imprimir o número de 22 mil, uma tiragem nunca alcançada por um jornal do Norte até então. E desde o meio de agosto que a primeira página do jornal só tem um título a toda a largura, “A insalubridade do Porto – O assunto do dia”.

Conseguiram as forças vivas resistir às imposições de um poder central que asfixiava económica e politicamente a sua cidade, sob pretextos sanitários ou o cordão desfez-se pela sua inutilidade e perante o calendário eleitoral? E até que ponto a imprensa ajudou a materializar um discurso negativo, mas impotente em relação ao poder concentrado em Lisboa, ou foi uma voz afirmativa da defesa dos “interesses da cidade”²? Estas são algumas perspetivas de um momento intenso na vida política e da imprensa da cidade que tencionamos abordar através da análise das páginas dos jornais que consultamos ao longo deste trabalho.

As ruas estão desertas nesta segunda-feira, 4 de setembro, também porque muitos milhares abandonaram a cidade antes que os militares ocupassem as suas posições, fugindo à peste, mas particularmente a medidas que parecem mal concertadas e demasiado rigorosas aos olhos de uma cidade habituada a lidar com a doença e a morte. Ao longo dos seis meses que vai durar a

² MONTEIRO, Bruno (2010) – Os anos portuenses de Ricardo Jorge. In JORGE, Ricardo, *A peste bubónica no Porto*. Porto: Deriva Editores, p. 47.

crise, o povo que ficou para trás vai confrontar-se com as forças policiais e sanitárias, pelo que iremos tentar perceber se estes são episódios de resistência ou se se viveu um cenário genérico de medo – à peste, aos médicos, às autoridades – e de fome, traduzido nos grupos de dezenas de operários que nesse dia atravessam a cidade, transformados em pedintes. Haverá dias, durante a crise, em que o Governo Civil distribui mais de 25000 senhas para a Cozinha Económica.

No domingo anterior, “visto a cidade estar morta para todas as distrações, muita gente aproveitou a amenidade da tarde para ir ver o cordão de baionetas que nos estrangula por ordem do Governo”, relata o *Jornal de Notícias*. O Porto que vai em excursão visitar o seu carcereiro, é uma cidade ferida, castigada económica e politicamente. A doença veio expor um burgo ainda atravessado pelo mundo rural, com um tecido urbano e condições de vida e higiene pré-industriais, por vezes quase medievais, erodindo a imagem de uma cidade que introduziu a luz elétrica em 1886, importou o primeiro carro em 1895, mas que em 1905 só tinha 30 por cento da extensão dos seus arruamentos com saneamento.

É uma cidade remoendo a perda de poder económico, com a Salamancada e o falhanço da revolta de 31 de Janeiro, que sofre agora a catástrofe epidémica, mas principalmente a asfixia de um novo cerco na sua história. Desta vez é um cerco sanitário, imposto militarmente por Lisboa, perante quem o Porto parece perder definitivamente a capacidade de se apresentar como um poder alternativo, encabeçando o Norte do país.

Será que ao longo desta crise, o Porto não consegue desenvolver mais do que uma revolta impotente, em que as demissões, o encerrar do comércio e das fábricas, a resistência quanto às soluções médicas, surgem não tanto como uma manifestação de resistência mas de desistência – perante o poder de Lisboa, mas também perante a epidemia que continua a enviar as suas vítimas para o hospital “Guelas de Pau”?

Viveremos durante estes seis meses uma reação justificada perante os transtornos provocados por um cerco sanitário de duvidosa utilidade, ou a erupção de um mal-estar mais profundo em relação à posição que o Porto ocupava na condução dos seus destinos e do país?

“Nunca mais o Porto foi o mesmo. O isolamento acrescentava ressentimento a uma mentalidade já de si masoquista, que se desenvolvera com o ultrarromantismo. Ganha em relação à capital, a atitude de ‘corte negativa’, figura típica do modelo psicológico de

indiferença, a que acrescentava a atitude chauvinista de um falso desdém e um falso afastamento”, escrevem Maria do Carmo Serén e Gaspar Martins Pereira³.

O cerco, o confronto de modelos sanitários na emergência de um novo paradigma de salvação do homem através da ciência, a debilidade dos protagonistas políticos locais impulsionados por uma imprensa pujante em busca de causas populares, terão criado as condições para gerar essa incapacidade de encontrar forças próprias capazes de se opor a um poder central cada vez mais forte? Será que nesses meses que antecedem a entrada em 1900, o Porto cristalizou essa debilidade, a de procurar sempre um reflexo negativo em que projete as suas incapacidades, um álibi para todos os falhanços, em vez de superar as suas limitações encarando-as e vencendo-as? Afinal, uma característica que muitos ainda hoje julgam ver inscrita na ação coletiva da segunda cidade do país...

Sabendo da dificuldade de encontrar algumas destas respostas – porque os traços essenciais de uma comunidade com dificuldade se podem isolar num momento preciso – quero acreditar que o fixar dos tempos excepcionais, como esses que o Porto viveu com a última grande peste, quando se apresentava como “uma cidade onde soprasse o tufão da morte, assolada por grande flagelo”⁴, integram essa busca constante da História.

Para tentar responder às questões aqui levantadas, consideramos essencial efetuar uma pesquisa compreensiva e contextual que permitisse aferir da evolução dos acontecimentos, integrando-os no quadro científico, social e político da época.

Começamos por encarar a necessidade de estabelecer a nossa reflexão sobre o fio de acontecimentos, que se encontrava escassamente elencado pela historiografia existente. Para conseguir essa reconstrução, realizamos um trabalho de cruzamento das fontes oficiais (legislação, documentação do Governo Civil) e científicas (trabalhos médicos realizados no âmbito do surto epidémico) com os relatos existentes nos diferentes títulos de imprensa.

Com este contacto quisemos não só descrever e balizar temporalmente os eventos, mas também percecionar a reação que sobre eles tinha o discurso jornalístico e, quanto possível, de que forma ele era integrado pelos diferentes agentes destes eventos – autoridades, médicos, e

³ PEREIRA, Gaspar Martins e SERÉN, Maria do Carmo (1995) – O Porto oitocentista. In RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.), *História do Porto*. Porto: Porto Editora, p.513.

⁴ *O Comércio do Porto* de 30 de agosto de 1899.

líderes civis. Paralelamente, procuramos obter o registo da forma como as decisões políticas foram sendo traduzidas para a opinião pública.

A temporalidade, a recorrência, as características do relato jornalístico, foram elementos que nos serviram para melhor perceber não só o destaque devido a cada faceta da crise, mas também para definir características e posicionamentos de cada um dos títulos analisados. Para garantir uma pluralidade de olhares sobre a epidemia, integramos no nosso trabalho a análise do jornal mais influente da cidade, *O Comércio do Porto*, um jornal de índole política, o *Voz Pública*, e o título que estava sinalizado como sendo aquele sobre quem o episódio teria tido mais impacto, o *Jornal de Notícias*. O período analisado vai de junho de 1899, a fevereiro de 1900.

A leitura da historiografia relevante sobre o período em estudo, nas vertentes da história da cidade, do sistema sanitário nacional e da história da imprensa, revelaram-se elementos preciosos para contextualizar os acontecimentos e a enquadrar as várias fontes em análise.

Peças essenciais para aferirmos da atuação das autoridades e dos conhecimentos científicos á época foi a consulta dos documentos do Governo Civil que estão integrados no Arquivo Distrital do Porto e a leitura de trabalhos médico-científicos coevos.

Por fim, pareceu-nos muito importante integrar os acontecimentos registados no Porto no âmbito da terceira pandemia da peste, pelo que recenseamos bibliografia internacional, que nos permitisse uma leitura comparativa e novas pistas de análise do fenómeno analisado.

1. Primeiros passos da epidemia

- A terceira pandemia da peste chega ao Porto em 1899

Um bilhete caligrafado trouxe a primeira notícia da peste. O médico Ricardo Jorge que o recebeu, enviado por um comerciante da Rua de São João, não sabia ainda, mas naquela chamada de atenção para “mortes inopinadas e consecutivas” na Fonte Taurina⁵, estava o anúncio trágico de que ao Porto arribara, na primeira escala europeia, a terceira pandemia da peste.

Fosse pelas notícias dessa peste que se propagava pelo mundo e já chegara a Alexandria, fosse pela sua capacidade de diagnóstico, desde o primeiro momento o clínico parece ficar ciente da gravidade da “epidemia de febre infecciosa” com que se debatiam os carregões espanhóis que viviam, nas palavras de Ricardo Jorge, “em prédios miseráveis e imundíssimos”⁶, junto aos cais do Douro. Se recebeu a nota a 4 de julho e visitou infetados no dia 6, imediatamente terá alertado as autoridades mais próximas – “o comissário geral da polícia, como autoridade sanitária, o sr. vereador do pelouro, como representante da administração municipal e o sr. diretor clínico do hospital para o internamento imediato e isolamento dos epidemiados”. Na primeira observação, Ricardo Jorge tinha podido contabilizar quatro casos mortais entre dez infetados. No dia 12 de julho, sobe um degrau e comunica em relatório ao Governador Civil que a “sintomatologia e a marcha da epidemia assemelham-se às da peste bubónica”⁷.

Apesar de ter iniciado a sua prática médica (formou-se em 1879, aos 21 anos) com trabalhos sobre neurologia e hidroterapia, há muito que Ricardo Jorge se tornara uma voz importante em questões de saúde pública. Desde 1882, através da colaboração em revistas científicas e com quatro conferências em 1884, que a sua carreira se inclinou para esta área da medicina. Em julho de 1899, ele é o responsável dos Serviços Municipais de Saúde e Higiene

⁵ JORGE, Ricardo, (1899) – *A peste bubónica no Porto 1899: Seu descobrimento: Primeiros Trabalhos*, Porto: Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara do Porto, p. 1.

⁶ Idem, *ibidem*, p. XX.

⁷ Idem, p. X.

da Cidade do Porto (que fundara em 1892) e o lente, desde 1895, da cadeira de Higiene e Medicina Legal na Escola Médico-Cirúrgica do Porto.

A sua conferência sobre “A Higiene em Portugal”, a participação – por solicitação do presidente da Câmara, Oliveira Monteiro – na comissão técnica que elabora o relatório “O saneamento do Porto em 1888”, e muito especialmente o trabalho “*Demografia e Higiene da Cidade do Porto I – Clima, População – Mortalidade*”, de 1899, granjeavam-lhe prestígio científico e notoriedade no espaço de debate público que era a causa da sanidade urbana. Acresce que Ricardo Jorge era simultaneamente responsável pelo laboratório bacteriológico municipal e havia acompanhado a epidemia de cólera em Lisboa, como delegado da Câmara do Porto.

A imprensa consultada mostrou suficiente agilidade para acompanhar as diligências de Ricardo Jorge ao longo dos sete dias que passam entre o contacto com os doentes e a formulação do primeiro relatório. Logo no dia 7 de julho, o *Comércio do Porto (CP)* dá conta precisa da ida à rua da Fonte Taurina e das diligências tomadas. Um dia depois, o *Jornal de Notícias (JN)* faz o mesmo, com o pormenor de referenciar os “bubões” característicos da doença e de nessa primeira notícia dar conta de que há já “bastante gente” alarmada. Porém considera “que motivo não há para graves apreensões a tal respeito, mormente desde que enérgicas providências foram já adotadas para se evitar a propagação do mal”. Só o *Voz Pública* emprega a palavra peste, a 9 de julho, para negar “o boato alarmante de que se estava a contas, na Fonte Taurina, com a terrível peste”.

O noticiário sobre saúde era trivial nos diários mais importantes do Porto. O registo das operações efetuadas, os doentes que eram recolhidos em casa ou na rua, as saídas de internamento, as inspeções sanitárias, as vacinações, eram temas constantes das colunas de imprensa. A questão da saúde pública, em particular, era assumida como uma causa, traduzida nas constantes chamadas de atenção para a necessidade de “saneamento da cidade”. Ao longo de toda a crise da peste, independentemente das suas evoluções, este é um tipo de noticiário que se irá manter, consagrando preocupações de cariz social que viam especialmente nas fracas condições de vida a razão para os problemas de saúde.

São vivas as descrições dos “focos de imundice”, da água “abatida, esverdeada e pútrida” dos tanques, dos montões “de detritos, de podridões”, de uma cidade onde “ao menor sopro de vento, se levanta uma nuvem de exalações deletérias, que mais pestilente

vem tornar este ambiente mórbido, que todos nós respiramos numa resignação que chega a tocar as raiais da idiotice”⁸.

Para o regenerador *JN* e para o republicano *VP*, o governador civil e o governo progressista são imediatamente alvo de crítica, com o *Voz Pública* a dar particular enfoque aos problemas dos operários, descrevendo pormenorizadamente as condições de salubridade das “ilhas”⁹. Note-se a descrição, a propósito do bairro de S. Victor: “Deu-nos homens enfezados e raquíticos que criaram uma prole incapaz de lutar com vigor pela vida dos seus e pelos direitos que as leis conferem a homens de um país livre. Se a falta de higiene os atrofiou fisicamente, a falta de luz inutilizou-os moralmente”¹⁰. O *Comércio do Porto* publica também numerosos artigos em favor da higiene pública, que notoriamente conduzirá, durante 1899, à campanha dos “Bairros Operários”¹¹, mas será sempre mais brando na responsabilização das autoridades locais e nacionais.

De facto, havia muito para contar. Bastava pegar nas palavras de Ricardo Jorge, refletindo sobre a mortalidade infantil e as más condições de vida das classes mais baixas: “Há aqui os vícios da má educação e da ignorância; há as mais revoltantes práticas de trato de crianças numa trucidação perene, há as habitações lóbregas e insalubérrimas onde se amesandra mais dum terço da população, há o desbaste das moléstias infecciosas pela licença do contágio, há enfim uma rede de incapacíssimos esgotos, rastilhando o solo e água de imundice”¹².

O Porto à beira de 1900 era pioneiro da fotografia e do cinema, precursor ibérico do carro elétrico que ligava a Foz ao Infante, cidade da iluminação a gás, da rua Mouzinho da Silveira que tapava o infeto rio da Vila e da estação de São Bento. Mas era também a “cidade cemiterial” e “mortuária” como descreveu Ricardo Jorge¹³, com uma das taxas de mortalidade mais elevada entre as cidades europeias, especialmente devido aos óbitos

⁸ *O Comércio do Porto* de 14 e 18 de julho, e *Jornal de Notícias* de 9 de agosto de 1899

⁹ “Ilhas” é a designação do conjunto de casas de operários, unifamiliares, normalmente de um piso, dispostas ao longo de um corredor, por vezes como aproveitamento do terreno traseiro de um edifício. São normalmente referenciadas no Porto como sinónimo de más condições de vida, mas sobretudo na zona da Sé abundam também os prédios de vários andares, as “casas da malta”, verdadeiras “ilhas em altura”, sobrelotadas e com as piores condições de salubridade.

¹⁰ *Voz Pública* de 12 de agosto.

¹¹ CARQUEJA, Bento (1934) – *O Comércio do Porto ao completar 80 anos*. Porto: O Comércio do Porto, p. 191.

¹² JORGE, Ricardo (1899) – *Demografia e higiene na cidade do Porto*, Repartição de Saúde e Higiene da Câmara do Porto, p. 322.

¹³ SOUSA, Fernando de (1988) – *Jornal de Notícias -A memória de um século (1888- 1988)*. Porto: Empresa Jornal de Notícias, p. 12.

infantis. Entre 1893 e 1897 o médico estimou que a mortalidade infantil era de 124,7 ‰¹⁴. Em 2011, o registo é de 3,4‰. A taxa de mortalidade bruta total vai ser de 36% em 1900, contra 27,7% em Lisboa.

“A cidade da virgem, a gloriosa, a liberal, a progressiva, a famosa é, além de tudo, infelizmente, a cidade da podridão e na Europa, ocupa o segundo lugar na morte”, escrevia-se no *Jornal de Notícias*, em agosto desse ano de 1899. “Todos esses progressos morais, materiais, em todo o campo se operam num meio mefítico e horrivelmente doentio, a ponto de ao lado da nossa vida laboriosa e ativa se venha acampar, em vilegiatura predileta, a Enfermidade e a Morte. O antagonismo social continua a alastrar-se por toda a linha, como um escárnio do negro destino”¹⁵.

Um terço da população vivia em “ilhas”, sem o mínimo de condições higiénicas e muitas das ruas do centro histórico onde vai irromper a peste, mantêm o seu perfil medieval, com os dejetos despejados a céu aberto e ruas sem saneamento. A febre tifoide, a cólera, a varíola, a tuberculose, muitas vezes descrita como “a verdadeira epidemia”¹⁶, são bilhetes de entrada vulgares para cemitérios como os de Agramonte ou do Prado do Repouso.

As primeiras notícias sobre “a doença da Fonte Taurina” não romperam com uma normalidade que se irá manter durante mais de um mês. Só a partir da segunda semana de agosto, quando as autoridades de Lisboa começam a dar sinais de que irão tomar severas medidas de controlo sanitário, é que os três jornais (*JN*, *CP* e *VP*) vão dar visibilidade à crise sanitária, mesmo que seja para iniciar um processo de negação da irrupção da peste.

É sempre desvalorizando a doença e o risco de uma epidemia que os diários, durante os primeiros trinta dias, vão dando conta de diligências das autoridades locais, as únicas em ação no terreno nesse período. São assim as notícias de junho do *CP* de 9, 14, 20, 26 e de 29, mesmo a que menciona o envio de Ricardo Jorge ao governador civil, a 28 desse mês de um relatório mais completo. Nele o médico incluía a análise de 18 casos, reafirmava a sua crença no diagnóstico de peste e alertava que “peste bubónica, se o é clinicamente, é-o também epidemiologicamente”¹⁷. Só que o jornal no dia seguinte afirma que o governador civil “tem continuado a informar o governo, diariamente, que não se tem dado caso algum de

¹⁴ JORGE, Ricardo, *ob. cit.*, p. 353.

¹⁵ *Jornal de Notícias* de 11 de agosto de 1899.

¹⁶ *Jornal de Notícias* de 19 de setembro de 1899.

¹⁷ JORGE, Ricardo, *ob. cit.*, p. 21.

moléstia contagiosa ou de mau caráter” e que o relatório de Ricardo Jorge confirma “que não grassa no Porto epidemia alguma”.

A mesma linha segue o *JN* a 9, 11, 12, 14 de junho, mas a 29, apesar de garantir que “manda a verdade que se diga que, felizmente, no Porto, nenhuma epidemia se manifestou” protesta contra o facto de se ter “feito constar lá fora, em França, Espanha e Inglaterra que o Porto se acha invadido por uma peste assoladora e destas estúpidas atoardas resulta que muitos navios se receiam de demandar o nosso porto e numerosas famílias tem já desistido de vir veranejar para as praias que nos ficam mais próximas.”

É possível perceber das notícias, publicadas neste período, que havia mais que um rumor, mas que os jornais do Porto preferiram ocultar a má notícia. Mas ela já corria fora do país. Não é só a referência do *JN*, pois a notícia terá sido dada primeiro em solo inglês pelo *Daily Mail*, em 20 de julho, segundo o epidemiologista contemporâneo Bruce Low¹⁸. Podemos ainda constatar que o *British Medical Journal*, de Inglaterra, na sua edição de 19 de agosto refere que em números anteriores “tinham notificado o facto de que havia a suspeita da presença da doença em Portugal e que as autoridades tinham retido qualquer anúncio oficial da situação”¹⁹. Encontramos também referência ao facto da notícia ter chegado ao *Medical Times and Gazette* através de um armador inglês²⁰.

O silêncio cúmplice com as autoridades viria mais tarde a ser assumido, como o fará o *JN*, em 13 de agosto: “A notícia era de tal ordem que, tacitamente, se impôs a todos a obrigação de a não divulgar sem que os bacteriologistas procedessem a minuciosos exames [...] sem que a doença fosse definitivamente diagnosticada”.

O *JN* não queria “alarmar inutilmente uma cidade”, mas garante que os artigos até aí publicados “abrindo uma verdadeira campanha contra a imundice que alastra por todas as ruas, mesmo nas centrais, que a pestilência das sarjetas envenena, só poderiam iludir os que não sabem ler nas entrelinhas”.

Nem nesse dia 13, já existindo confirmação bacteriológica de Ricardo Jorge desde 8 de agosto e notícias na imprensa de Lisboa, o *Jornal de Notícias* vai assumir que o Porto foi

¹⁸ ECHENBERG, Myron (2007). *Plague Ports – The global impact of Bubonic Plague*. Nova Iorque e Londres: New York University Press, p. 117.

¹⁹ *British Medical Journal*, de 19 de agosto de 1899, Volume 2, Issue 2016, Londres, , p. 498.

²⁰ *Online Enciclopedia*,

http://encyclopedia.jrank.org/PIG_POL/PLAGUE_in_Gr_Xotos_in_Lat_pesti.html, consultada em 29 de julho de 2012.

atacado pela peste. Participa com o resto da imprensa do Porto numa ocultação, nem que seja para mais tarde apontar ao país o labéu que não vê em si: “O amaldiçoado sestro nacional – de ocultar os inícios das catástrofes, até que se torna impossível embargá-los – veio perturbar os ânimos já conformados com a Fome, permitindo entre nós a instalação da Peste”²¹.

Este pacto de silêncio da imprensa não foi um exclusivo nacional na terceira pandemia global de peste. Quando em 1900 aportou a São Francisco, nos Estados Unidos, os jornais locais tiveram uma atitude similar, ocultando notícias e criticando as que chegavam de fora. A imprensa que desvalorizou o assunto, chegou a acusar o primeiro jornal a fazer cobertura da epidemia, o *Examiner* de Randolph Hearst, de “traição jornalística” para com São Francisco²². O mesmo registo de ocultação, misturado com alertas genéricos, ocorreu em Alexandria ou Buenos Aires²³, com surtos de peste no mesmo ano que o Porto, ou em Sidney no ano seguinte.

Ninguém gosta de ser portador de más notícias, particularmente quando dizem respeito à epidemia que na história da humanidade foi durante muito tempo percecionada como “uma calamidade absoluta”²⁴. Mas a “peste negra” estava de volta mais de 200 anos depois, naquela que seria a terceira pandemia e pela primeira vez a uma escala realmente planetária, atingindo todos os continentes.

Esta sua última viagem pelo mundo começa na província de Yunnan, na China, por volta de 1840 e durará até cerca de 1950. Partindo de um reservatório endémico, nos Himalaias, espalha-se lentamente para leste, atingindo em 1894 os portos de Cantão, onde faz 100 mil vítimas, e Hong Kong. Chegando a Macau e Fuzhou um ano depois, serve-se dos novos meios marítimos a vapor para, através dos ratos, se disseminar rapidamente. Calcutá em 1895, Bombaim em 1896, fazem da Índia o território mais fustigado: 13 a 15 milhões de mortos nos 12 anos seguintes. Em 1898, está em Madagáscar e em Alexandria, em 1899 chega ao Porto e pela primeira vez ao continente americano.

Na Europa, a peste restringe-se praticamente ao Porto, mais de três centenas de casos, mas não foi o único ponto do continente europeu a sofrer a epidemia. Glasgow, Paris, Marselha,

²¹ *Voz Pública* de 13 de agosto de 1899.

²² CHASE, Marilyn (2004) – *The barbary plague – The Black death in victorian San Francisco*. Nova Iorque: Random House, p.54.

²³ ECHENBERG, Myron, *ob. cit.*, p. 99 e pp. 143 e 144.

²⁴ DEDET, Jean-Pierre (2010) – *Les Épidémies – De la peste noire à la gripe A7H1N1*. Paris: Dunod, p.19.

Barcelona²⁵, Açores e Madeira²⁶ também registaram surtos, embora de menor dimensão. Na América a doença ataca o Brasil (Santos, Rio de Janeiro), Estados Unidos (São Francisco, Honolulu) e Argentina. A África do Sul e a Austrália também conhecerão surtos significativos.

Uma análise breve permite verificar que, independentemente do ponto do planeta, existem traços comuns no comportamento dos vários atores na epidemia, sejam da classe médica, da imprensa ou das autoridades. Traços que poderemos também encontrar no caso português. A negação da peste, o confronto popular com as medidas sanitárias e com o saber médico, a impreparação dos dispositivos sanitários, repetem-se nos vários locais onde a peste aportará. O evoluir dos acontecimentos fará com que em muitos países a crise da peste conduza também a uma mudança nas organizações sanitárias, por vezes protagonizada pelos protagonistas no combate à epidemia, caso de Ricardo Jorge em Portugal, Oswaldo Cruz no Brasil ou de Rupert Blue nos Estados Unidos, embora neste último caso as suas reformas não tenham ido avante²⁷.

Mudanças que são também sustentadas nos avanços na “microbiologia que irrompia *ex abrupto* transmutando a face de toda a medicina”²⁸. A peste acabaria por ser um capítulo importante da “revolução do laboratório na medicina”, como cunhada por Andrew Cunningham e Perry Williams²⁹. É durante a terceira pandemia que as descobertas médicas permitem determinar a natureza infecciosa da doença e encontrar meios de cura. Em Hong Kong, em 1894, Alexander Yersin, do Instituto Pasteur, isola, cultiva e descreve o bacilo da peste, ultrapassando Shibasaburo Kitasato, que durante anos disputou a autoria da descoberta, hoje atribuída sem dúvida ao francês que teve o vírus da peste batizado a partir do seu nome, “Yersinia Pestis”. Em Carachi, na Índia, em 1897, Paul-Louis Simond consegue explicar o papel decisivo da pulga como transmissor da doença dos ratos para os homens.

Os soros e vacinas contra a doença começam a aparecer primeiro no Instituto Pasteur, em 1895, pelo trabalho de Yersin, Albert Calmette e Amédée Borrel e depois, em 1896, pela vacina de Waldemar Haffkine, embora nenhuma das soluções se tenha mostrado satisfatória. Só a partir 1933, em Madagáscar, será produzida uma vacina com bons resultados, embora a imunização não seja permanente.

²⁵ AUDOIN-ROUZEAU, Frederique (2007) - *Les chemins de la peste – Le rat, la puce e l’homme*, Paris: Editions Tallandier, p. 26.

²⁶ FORTES, Carlos Maciel Ribeiro (1910) - *Peste Bubónica – Etiologia e profilaxia segundo as modernas aquisições/ A campanha dos Açores/ Trabalhos do Porto*. Porto: Imprensa Portuguesa, p. 15.

²⁷ CHASE, Marilyn, *ob. cit.*, p. 209.

²⁸ ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.* p. 88.

²⁹ CUNNINGHAM, Andrew e WILLIAMS, Perry (1992) - *The laboratory revolution in medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 3

Se podemos inscrever o Porto neste panorama geral de revolução na medicina, há uma situação em que a cidade não cultivou a regra que ocorreu em vários pontos afetados pela epidemia, seguindo uma tradição tão antiga quanto a história da peste. Ao contrário do que aconteceu em São Francisco, com os chineses, na África do Sul, com os negros, ou no Brasil com os descendentes de africanos, em Portugal não se identificou uma classe ou raça como culpada pela epidemia ou especialmente sujeita à doença. Os primeiros empestados eram galegos, um grupo de imigrantes com alguma expressão na cidade. Mas nem em qualquer dos três jornais consultados ao longo deste trabalho, nem no periódico *La Colonia Española*, publicado no Porto em 1899, se encontra qualquer tentativa de identificar os espanhóis como tendo alguma relação especial com a peste. Só é de registar que o jornal que desferia fortes ataques ao cônsul espanhol e alinhava com o resto da imprensa na desvalorização da gravidade da peste, acabaria por ser suspenso e o seu diretor e editor expulso.

2. É peste, mas é nova?

- O debate em torno do carácter exótico do vírus

Entre as primeiras notícias sobre a epidemia da Fonte Taurina e o momento em que os jornais e as autoridades assumiram a existência de peste, vai decorrer mais de um mês. Essa imobilidade contrasta com a atividade de Ricardo Jorge que, a partir do primeiro alerta parece ter corrido contra o tempo para encontrar a prova bacteriológica, “o sacramento do laboratório”³⁰, como escreveria, apesar da sua convicção inicial de que a doença que encontrara se inscrevia na sintomatologia da peste. Relembre-se o carácter recente das descobertas de Alexandre Yersin, e Paul-Louis Simond, que só no ano anterior a estes eventos publica os seus trabalhos sobre o papel dos ratos como hospedeiros e da pulga como veículo transmissor.

Nos dias imediatos às primeiras observações, Ricardo Jorge fez recolha nos tecidos nos bubões (gânglios linfáticos hemorrágicos e inchados devido à infeção, um dos sintomas da

³⁰ JORGE, Ricardo *ob. cit.*, p. XIV.

peste e a origem da designação “bubónica”) para colheitas e inoculações para tentar identificar o vírus de Yersin. A 9 de julho, entrevista um “bacilo que microscopicamente revestia a morfologia do da peste – curto, atarracado, coração bipolar, espaço branco intermédio”³¹. Mas a confirmação plena só viria através da análise de amostras colhidas na doente nº 23, a caixeira Amélia Seixas do Largo de S. Domingos. A 8 de agosto, o trabalho laboratorial feito em paralelo com Câmara Pestana - diretor do Instituto de Bacteriologia de Lisboa - permitiria chegar a uma identificação sem dúvidas, que foi comunicada oficialmente. Um trabalho que Ricardo Jorge reclamou ter feito em difíceis condições: “Tinha de ser tudo – clínico, epidemiologista, bacteriologista e higienista. E ainda me via forçado ao serviço escolar (...) e a aguentar uma impertinência burocrática inutilíssima”³².

E de facto, nesse primeiro mês, ele é a única autoridade sanitária no terreno. Apesar do aviso por escrito para o governo, a 12 de julho, e do relatório completo enviado no dia 28, as autoridades nacionais só agiriam depois da confirmação bacteriológica. O argumento apresentado *a posteriori* para este tempo de espera foi que, apesar do seu esforço, Ricardo Jorge não tinha conseguido determinar a origem do surto.

Será esse o álibi apresentado pelo governo no decreto de 17 de agosto, para ter relativizado, num primeiro momento, o aviso de peste: “O diagnóstico, porém, era repellido pelo inquérito que fizera, e do qual concluíra que não lhe era lícito supor a importação de tal doença, pois que os géneros orientais, entrados desde 15 de maio, provinham todos de portos europeus indemnes, onde estiveram depositados muito tempo, meses até, segundo o atestaram os respetivos funcionários consulares, e exigia o aviso sanitário de 14 de Abril de 1897. Por estas considerações, e por não estar concluída a pesquisa bacteriológica por ele iniciada, acrescentou que só com toda a reserva fazia tal comunicação”.

Na documentação enviada ao governador civil é possível constatar que Ricardo Jorge nutriu, como escreveria mais tarde, a esperança “que a praga morresse ao nascer”. Em ofícios enviados a 14 e 18 de julho afirma que “não se declarou mais caso algum”, e neste último queixa-se da falta de tempo para elaborar o relatório da epidemia. Só com o aparecimento de mais casos fora do foco inicial, no largo de São Domingos e na rua de Santa Catarina, é que - a 3 de agosto - abandona o registo seco do seu primeiro relatório, e reclama

³¹ Idem, *ibidem*, p. 45.

³² Idem, p. XIII.

duas “medidas urgentes”: a preparação do hospital do Senhor do Bonfim para isolar os infetados e a encomenda ao “estrangeiro de soro antipestífero”³³.

O facto de, durante a segunda metade de julho, estarmos perante uma epidemia que “extinguiu-se ou sopitava”³⁴, pode ser uma explicação para a hesitação inicial. Mas a incapacidade da descoberta da origem da infeção, levantar-se-á também como uma incógnita incomodativa que Ricardo Jorge viria mesmo a classificar como “tão extraordinário que figurará por certo com realce especial nos anais da peste”. E se a epidemia já estivesse há algum tempo no Porto, avançando entre as camadas mais miseráveis da população, antes que se tivesse tornado clara aos olhos de Ricardo Jorge? Que pouco sentido faria mais tarde o cordão sanitário e que mácula deixaria nos serviços de higiene municipais que não haviam detetado a doença mais cedo...

A tese era polémica mas foi defendida, entre outros, pelo inglês Arthur Shadwell ³⁵ ou por Edmond Métin, enviado francês, no seu “*La Peste de Porto*”, um dos vários estudos médicos que vieram a lume na sequência das observações da peste³⁶. Para ele, Ricardo Jorge não deveria ter ignorado “o rumor que corria com uma certa persistência nos meios operários do Porto” e que falava de “uma doença misteriosa de que um dos principais sintomas era existência de tumefações na virilha, nas axilas e no pescoço”.

Apesar de não ter encontrado a porta de entrada da peste, para Ricardo Jorge não parece haver dúvida sobre o doente número um, considerando que “será rara a história de epidemia pestilencial onde a primeira página fosse colhida com tanta nitidez”. Gregório Blanco é para ele o primeiro caso:

“Espanhol, de 47 anos de idade, era carregão de bordo e de armazéns de porto. Andava há pouco tempo adoentado duma pontada no lado direito, sem inchaço algum, quando a 5 de junho passado depois de um dia de serviço, entrou no domicílio taciturno e cambaleante; a gente da casa chegou a supô-lo embriagado. Foi à latrina, e como se demorasse, os companheiros foram dar com

³³ Arquivo do Governo Civil do Porto, MC30181 e MC3081A.

³⁴ JORGE, Ricardo, *ob. cit.* p. XIII.

³⁵ *Jornal de Notícias* de 5 de outubro de 1899.

³⁶ Registamos pelo menos nove publicações sobre o assunto, editadas entre 1899 e 1902.

ele já morto. Trabalhava ultimamente em carregos de trigo para os armazéns da casa Barreto”, registou Ricardo Jorge ³⁷.

Edmond Métin discorda dessa certeza, sustentando que, através de conversas com os trabalhadores portuários e com vários médicos não identificados, adquiriu a convicção que “a peste terá sido provavelmente importada para o Porto por um navio de guerra português vindo de Macau e Goa em maio de 1897 e que depois dessa data não cessou de aí reinar”³⁸. O francês recupera o relato da passagem desse navio por Viana de Castelo³⁹, onde terá deixado dois marinheiros com uma doença diagnosticada como febre tifoide, mas que suscitou interrogações em vários clínicos, um dos quais lhe terá afirmado que “os doentes em questão apresentavam absolutamente todos os sintomas da doença que impera atualmente no Porto”. Segundo o francês, a partir dessa data “assinalaram-se no Porto um número crescente de casos referidos na altura como febre tifoide, e nenhuma medida de precaução ou desinfeção foi tomada”. Sobrepondo o registo mensal dos óbitos por esta doença em 1897, em 1898 e os de peste até outubro de 1899, ele destaca a coincidência dos picos de falecimentos registados pelos meses de outubro e novembro e a descida subsequente em dezembro. “Nós sabemos que este é o caráter das epidemias de peste”, conclui.

Apesar do destaque que dá ao caso “primordial” do galego Gregório Blanco, Ricardo Jorge esbarra na falta de explicações para o contágio: “O inquérito que procedi, em face dos elementos, que me foram fornecidos pelo digno guarda-mor de saúde⁴⁰, não me permite supor como se pode ter dado tal importação; os géneros orientais, entrados desde 15 de maio, todos provêm de portos europeus indemnes”, assinala em ofício logo a 12 de julho.

O mesmo facto regista o enviado espanhol, o médico Federico Montaldo, que confessa como “estéreis” as suas tentativas de determinar a origem da importação do vírus. “O digno chefe de sanidade marítima afirmava, apoiado em documentos determinantes que o porto não tinha sido visitado há muito tempo por navios procedentes da Índia, China, Egipto, Martinica, Madagáscar, Moçambique, nem outro porto suspeito

³⁷ JORGE, Ricardo, *ob. cit.*, p. 2.

³⁸ MÉTIN, Edouard La Peste à Porto (1900) –*In Annales d’hygiene et de médecine*. Paris: Doin, p. 218.

³⁹ *O Comércio do Porto* de 29 de agosto de 1898 sustenta também a hipótese de uma fonte de contágio anterior referindo também Viana e Bragança.

⁴⁰ Ofício do guarda-mor, Alfredo Soares Franco no Arquivo do Governo Civil do Porto, pastas MC3081 e MC 3081 A.

de enfermidade epidémica”, escreveu⁴¹. O clínico nota ainda, tal como Ricardo Jorge, que Gregorio Blanco, o primeiro caso registado, descarregava trigo proveniente de Nova Iorque e o segundo caso, ocorrido quase simultaneamente, tinha estado a descarregar bacalhau procedente da Noruega.

Métin não vai estar sozinho⁴² na sua convicção de que a peste poderá ser anterior aos factos oficialmente registados. Esta é uma dúvida que virá a ser usada no debate público que se instalou sobre a pertinência do cerco sanitário, nomeadamente por aquele que será o grande arauto médico da contestação, o coronel e médico Gomes da Silva que virá alcandorado na experiência de lidar com a peste em Macau. Nas observações que dedicará ao “andaço” do Porto, profusamente publicadas na imprensa, interpela Ricardo Jorge:

“O ilustre professor e clínico não quer fazer fé no testemunho de colegas seus, que lhe asseveram que a peste não é deste ano; e, no entanto, s. ex^a confessa que, apesar de todos os seus esforços – e eu imagino que eles seriam enérgicos e aturados – não pode explicar como ela fosse importada, porque não há meio de lhe descobrir a porta de entrada”⁴³.

Uma teoria que os jornais publicaram antes de Gomes da Silva, como o *Comércio* em 29 de agosto, num artigo intitulado “A peste do ano passado”: “Novas informações nos foram dadas com respeito a casos de doença ocorridos o ano passado que os sintomas eram perfeitamente ao da moléstia que reina atualmente. Parece pois, evidentemente demonstrado que a doença [...] já em 1898 nos tinha visitado sem causar qualquer alarme”.

Tal como Métin, Gomes da Silva acredita que existiram casos de diagnóstico errado:

“Em anos anteriores trataram muitos casos de doença clinicamente idêntica ao atual andaço, mas que nunca pensaram em diagnosticá-los de peste, porque, verdade, nem sequer tinham estudado nunca essa doença, cujo nome parecia ter já sido riscado da patologia europeia”, escreveu.

⁴¹ MONTALDO, Frederico (1900) – *La peste bubónica en Oporto*. Madrid: Fortanet, p. 28 a 29.

⁴² A defesa mais radical será porventura o opúsculo “A mania da peste – 1888 -1899 – Onze anos de incubação”, obra que não nos foi possível consultar nem no Arquivo Histórico nem na Biblioteca do Porto, devido ao mau estado de conservação.

⁴³ SILVA, José Gomes da (1987) – *A peste bubónica - Epidemias de peste em Macau em 1895, 1897 e 1898 e Andaço do Porto em 1899*, Porto: Magalhães e Moniz, p. 204.

A imprensa, especialmente nos primeiros dias, também polemizou sobre a questão da entrada da peste, nomeadamente em redor do caso de um navio inglês, o “City of Cork” alegadamente carregado com fardos de couro de Alexandria e apontado como o responsável pelo contágio. O *JN*, talvez ainda influenciado por sentimentos antibritânicos, ecos do Ultimato, referia-se ao assunto nos seguintes termos: “De Bombaim para Karaman facto é, da Índia inglesa, para o mar Vermelho, às portas da Europa, também o flagelo foi trazido sob a bandeira inglesa, de modo que não seria coisa de estranhar que o “City of Cork” ou outro qualquer City a conduzisse até nós.”⁴⁴

O caso deu lugar a desmentidos da empresa proprietária do navio e a uma análise do francês Albert Calmette, exposta em conferência a 25 de outubro, em que o médico argumentava a inocência do cargueiro britânico, sustentando que a peste havia sido importada dois ou três meses antes da eclosão da epidemia, provavelmente através de ratos escondidos em pacotes de algodão vindos de países contaminados e que acabariam por infetar ratos indígenas⁴⁵.

Teorias não faltaram mas nenhuma se mostrou decisiva no apuramento da verdade sobre a forma de entrada da peste no Porto e Ricardo Jorge não disfarçava o seu enfado sobre o assunto em nota de rodapé no seu livro sobre a epidemia:

“Nem até hoje consegui enxerga-la, nem este desconhecimento deve espantar quem conheça um pouco das epidemias pestilenciais. Pode mesmo dizer-se que na maioria das epidemias não se sabe como o contágio penetrou. Não me faço cargo de desmentir aqui as mil e uma atoardas a que os periódicos davam circulação – os coiros da Alexandria, os tripulantes chineses, o milho podre, os soldados da Índia, etc. Entram no mesmo grupo os casos de peste anteriormente observados e que foram citados com muita força testemunhal para demonstrar que a epidemia não é exótica. Cometi a ingenuidade de me cansar a averiguar estas balelas”⁴⁶.

Será mesmo plausível admitir que hipotéticos casos de peste anteriores tenham sido de facto confundidos com outras doenças? Júlio Cardoso na sua obra de 1902 sobre a peste considera: “A forma septicémica é para o clínico aquela em que ele não encontra

⁴⁴ *Jornal de Notícias* de 13 de agosto de 1899.

⁴⁵ MÉTIN, Edouard, *ob. cit.* p. 219.

⁴⁶ JORGE, Ricardo, *ob. cit.*, p. 36.

uma lesão assinalável pelos seus ordinários meios de investigação. De onde a confusão, que pode dar-se com a febre tifoide, com a estefiocociemia ou esteptocociemia, com a meningite epidémica (raras vezes) etc”. Mas a peste do Porto era a bubónica, causadora de visíveis “bubões”⁴⁷. De qualquer forma, Federico Montaldo testemunha os problemas que na altura havia para detetar a doença: “O diagnóstico da peste é difícilimo até para clínicos que tenham visto enfermos com ela, prática que não tinha nenhum dos do Porto”⁴⁸.

Difícil ou não o diagnóstico estava feito. Na falta da análise bacteriológica, havia a certeza repetida por duas vezes, em relatórios de Ricardo Jorge. Não colhe a explicação dada pelo Governo, no já referido decreto de 17 de agosto, que o médico, apesar das reservas de bom senso, manifestasse “a sua repugnância em aceitar o diagnóstico da peste bubónica”.

3. O débil exército da saúde

- O dispositivo sanitário português

O primeiro sinal sério de que Portugal enfrentava um problema grave de saúde pública souou quando o Governo fez publicar um diploma a 9 de agosto, que é um alerta aos governadores civis para as questões de salubridade. Pretendia o decreto - na verdade dois, já que há um especificamente para Lisboa e outro para o resto do país - chamar “a mais séria atenção dos governadores civis, dos diversos distritos do continente do reino e ilhas adjacentes, para que expeçam rigorosas providencias a fim que os administradores de concelho, subdelegados de saúde e facultativos municipais [...] cumpram escrupulosamente as obrigações que respetivamente lhes são incumbidas pelos citados diplomas, as câmaras municipais tomem e executem as deliberações da sua competência em matéria de salubridade”.

⁴⁷ CARDOSO, Júlio (1899) – *A peste do Porto - Contribuição para o seu estudo*. Porto: Tip. Gutenberg, p 5.

⁴⁸ MONTALDO, Frederico, *ob. cit.* p. 37.

O *JN* vai usar o assunto para atacar o representante do Governo progressista, o Governador Civil e “todos os que têm responsabilidade direta e indeclinável na situação higiénica do Porto”. A evidência de uma impreparação que releva de um decreto recomendando aos governadores civis que cumprissem o seu dever não poderia deixar de ter a leitura que o *JN* faz:

“Se a consciência do chefe do distrito lhe diz que se esforçou para cumprir com o seu dever, não somos nós que o colocamos na cómica e ridícula posição em que se encontra. Agradeça-o aos seus amigos e chefes, que lhe arrancaram desapiadadamente as penas de pavão para se enfeitarem com elas, vindo, com a serôdia portaria, penitenciar-se de mais uma vez evidenciarem a sua inépcia, a sua sujeição àqueles que antepõem a sua sovinice, os seus interesses, a sustentação das suas dependências políticas, à salubridade da mais comercial cidade do reino”⁴⁹.

Durante mais uns dias, os jornais continuarão a evitar a notícia da peste. O envio do relatório de Ricardo Jorge em que afirmara que “cl clinicamente e quaisquer que sejam as razões de outra ordem que tal contrariem, não há para capitular o andaço outra rubrica senão a da peste bubónica”, havia sido noticiado pelo *Comércio do Porto*, como o relatório “no qual são confirmadas as informações que o chefe do distrito tem enviado ao governo, isto é, que não grassa no Porto epidemia alguma”.

Os dois casos detetados por Ricardo Jorge no largo de São Domingos, que confirmaram os seus receios do alastrar da epidemia, são noticiados por este jornal como só um, “e de nenhuma moléstia de carácter epidémico”⁵⁰. Até dia 13 de agosto os jornais vão afinar pelo discurso apaziguador e pelos apelos à higiene urbana.

Se os movimentos de Ricardo Jorge são desvalorizados, a restante atuação no terreno do curto dispositivo sanitário não permite antecipar a dureza das medidas sanitárias que virão a ser empregues. Em julho, as medidas levadas a cabo pelo governador civil ter-se-ão limitado à limpeza de algumas das casas onde se registaram surtos de doença suspeita e a visitas sanitárias a mercados e a locais com más condições de salubridade⁵¹.

⁴⁹ *Jornal de Notícias* de 11 de agosto de 1899.

⁵⁰ *O Comércio do Porto* de 30 de julho de 1899.

⁵¹ *Jornal de Notícias* de 17, 20, 22 de julho e *O Comércio do Porto* de 16, 20, 22 de julho de 1899.

Os “serviços profiláticos internos” competiam a Ricardo Jorge que, desde 1892, acumulava a direção dos Serviços Municipais de Saúde e Higiene da Cidade do Porto com a do Laboratório Municipal de Bacteriologia. A sua atuação nesta frente parece ter sido exemplar, conferindo-lhe “a consagração como epidemiologista de renome internacional”⁵². De facto, perante curtos poderes que possuía, o clínico parece ter estado à altura da emergência, segundo os procedimentos da época. Alertou sem hesitação as autoridades, procurando desde logo o trabalho conjunto das forças policiais, sanitárias e médicas enquanto, paralelamente, buscava no microscópio a prova bacteriológica.

Determinou o isolamento dos doentes, numa primeira fase, no Hospital de Santo António (também designado Hospital da Misericórdia) e teve o cuidado de mandar desinfetar o pessoal que transportava os infetados. O isolamento das habitações infetadas e das pessoas em contacto com os doentes, ou medidas para exterminar os ratos, estavam ainda para lá dos seus poderes.

A atuação célere do clínico municipal, as suas comunicações prontas, não parecem ter encontrado eco na estrutura nacional de saúde pública. A peste era uma prova de fogo para a burocrática e quase simbólica Junta Consultiva de Saúde Pública, e para uma classe política temerosa perante as consequências da declaração pública de epidemia. A prova final de que a reorganização dos sistemas de saúde e higiene pública era “uma necessidade inadiável”⁵³, ficará bem patente, ainda durante o ano de 1899, com a substituição da Junta pela Direção-Geral de Saúde e Beneficência, a 4 de outubro. No terreno, “o sistema sanitário português da altura resumia-se aos serviços municipais de Lisboa e Porto, mesmo assim incapazes de responderem às exigências mínimas”⁵⁴. Ricardo Jorge concordaria, já que é ele mesmo que fala de “mesquinha organização sanitária da cidade”⁵⁵.

Já sob a ameaça do cerco, a 26 de agosto, *O Comércio do Porto*, regista o óbvio incluído em carta da Câmara ao presidente do conselho: “Se o governo pode ser informado no devido tempo do terrível hóspede que estabelecia domicílio no país, deve-se aos serviços organizados pelo município. Se foi possível combater o mal a esses serviços se deve e hoje

⁵² ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, p. 89.

⁵³ VIEGAS, Valentino; FRADA, João; MIGUEL, José Pereira (2006) – *A Direcção Geral da Saúde Notas Históricas*, <http://www.insa.pt/sites/INSA/SiteCollectionDocuments/ADGSnotashistoricas.pdf>, artigo consultado em 29 de maio de 2012.

⁵⁴ ALVES, Jorge Fernandes e CARNEIRO, Marinha (2011) – A Saúde Pública em Portugal – Alguns delineamentos administrativos (da Monarquia à Ditadura Militar). In, *Justiça na Res Pública Sécs XIX – XX Vol. Ordem Direitos Individuais e Defesa da Sociedade*. BRAGA: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», p. 43

⁵⁵ JORGE, Ricardo, *ob. cit.*, p. 71.

em dia são esses mesmos serviços que suportam o maior e mais arriscado preço na luta contra a epidemia”.

Desde o início do século XIX que a expressão “saúde pública” ganhara identidade⁵⁶, nomeadamente com a criação da Junta de Saúde Pública, em 1813, a quem cabia a vigilância nas questões de sanidade pública, nomeadamente a fiscalização das entradas e saídas do país, as vigilância da limpeza das cidades, ou a segurança alimentar. A Carta Constitucional de 1826 garantia os “Socorros Públicos”, como um dos direitos dos cidadãos.

A pressão provocada pela invasão da cólera, que entrara em 1833 pela cidade do Porto, leva Passos Manuel a substituir a Junta pelo Conselho de Saúde Pública, com a aprovação do seu regulamento em 1837. Estamos perante um quadro legal pioneiro que “representa uma antecipação legislativa na organização da política sanitária”⁵⁷ relativamente a países como a França ou a Inglaterra, que só viriam a ter diplomas semelhantes em 1848. A este organismo são atribuídas largas responsabilidades em áreas de saúde pública, como a fiscalização e a inspeção de hospitais, portos, estabelecimentos comerciais e fabris e dos espaços coletivos em geral. Passaria a competir ao Conselho de Saúde Pública, entre muitas outras atribuições, a vigilância da prática médica e farmacêutica, regular sobre quarentenas ou alertar as autoridades municipais sobre medidas a serem tomadas. O organismo era chefiado por clínicos, respondendo perante o governo, mas possuía uma autonomia que lhe tornava possível elaborar propostas legislativas.

O vício de acumular funções deliberativas e executivas terá sido usado politicamente para extinguir o Conselho de Saúde Pública em 1868⁵⁸, substituindo-o por uma repartição na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, com um órgão, a Junta Consultiva de Saúde Pública, presidido pelo ministro. Os políticos reconquistavam o terreno cedido aos homens de ciência. A medida, que vinha no seguimento de outras alterações menos significativas, foi classificada posteriormente como um retrocesso em relação ao quadro legal de Passos Manuel, nomeadamente por Ricardo Jorge.

Esta estrutura, em vigor durante a epidemia da peste, esteve muito longe de se mostrar operacional, até porque os progressos conquistados em letra de lei, ao longo da primeira metade do século XIX, estavam longe de ter uma tradução eficaz no terreno. “Sob os

⁵⁶ ALVES, Jorge Fernandes e CARNEIRO, Marinha, *ob. cit.*, p. 36.

⁵⁷ VIEGAS, Valentino, FRADA, João e MIGUEL, José Pereira, *ob. cit.*, p. 15.

⁵⁸ ALVES, Jorge Fernandes e CARNEIRO, Marinha, *ob. cit.*, p. 39.

melhores auspícios veio à luz [o Conselho de Saúde Pública], mas bem depressa o vírus destruidor começou a sua ação perniciosa e este organismo que de início provara grande atividade, caía numa negligência inadmissível”, escreveu Francisco Bicho⁵⁹.

Para estender a sua ação ao território, o Conselho dependia dos Delegados do Conselho de Saúde Pública, nomeados para cada distrito, dos subdelegados nos concelhos e dos regedores em cada paróquia. Com a extinção daquele organismo em 1868, passaram a ser os governadores civis a autoridade distrital, embora junto a eles houvesse um delegado de saúde, estando a autoridade concelhia atribuída aos administradores locais coadjuvados por um subdelegado de saúde. Por freguesia haveria um comissário de saúde, normalmente o regedor.

A falta de operacionalidade desta hierarquia, a ser testada durante o cerco sanitário do Porto, está patente no decreto de 9 de agosto, que é a constatação de que os governadores civis e seus subordinados estavam longe de assegurar as suas tarefas no campo da saúde pública. Mesmo as entidades de saúde portuária, que se julgariam mais preparadas para lidar com uma situação de epidemia, mostraram-se atabalhoadas quando chamadas a agir.

Durante um mês, o Porto, apesar dos alertas de Ricardo Jorge, permanece como “um porto limpo”. Ficaram as suspeitas que o Brasil possa ter sido infetado a partir do Porto por via marítima⁶⁰. A 9 de agosto, o guarda-mor oficiou aos comerciantes a necessidade de respeitar a quarentena das mercadorias provenientes de portos suspeitos de peste. Mas a declaração do Porto como escala marítima infetada só seria feita a 15 de agosto e, mesmo assim, no meio de alguma confusão. Foi o cônsul francês que questionou, a 12 de agosto, o governador civil das razões pelas quais as autoridades portuárias continuavam a passar cartas “limpas” aos barcos que saíam do Porto, sabendo o consulado dos “casos de peste constatados nesta cidade”⁶¹. O governador encaminha o ofício para o guarda-mor que lhe responde a 14 de agosto, dando-lhe conta que nada podia fazer em contrário, já que a ele não lhe tinham chegado ordens para declarar o porto como atingido pela peste. A ordem, que seria dada antes do governo decretar medidas para a peste, viria no dia seguinte, ao que tudo indica, suscitada pelo alerta da diplomacia francesa. Segundo o *Voz Pública*, por volta do dia

⁵⁹ BICHO, Francisco Laranja de Castro, (1926) – *Organização dos Serviços Sanitários em Portugal*, Tip. da Póvoa do Varzim: Empresa do “O Progresso”, p. 41.

⁶⁰ DEDET, Jean-Pierre, *ob. cit.*, p. 33.

⁶¹ Arquivo do Governo Civil do Porto MC3081 e MC 3081 A.

7 de junho já haveria pelo menos um agente consular a fazer a declaração de “porto sujo” aos navios que partiam para o seu país.

O governador civil só tomará iniciativa nas vésperas da publicação das medidas governamentais e numa reunião em que fará divisão das operações de combate à epidemia pelo pessoal clínico da cidade, em serviço especial de combate à epidemia, salubridade geral e serviço de profilaxia. Explicado pelo *Voz Pública*: “Na divisão de tarefas a 16 de agosto para isolar a cidade do contacto com o resto do país, o sr. dr. Joaquim Urbano que inspecionará os passageiros nas estações Central e de Campanhã; para tratar das medidas de saneamento na cidade, o sr. dr. Henrique Maia; e para tratar das medidas tendentes a combater a epidemia o sr. dr. Ricardo d’ Almeida Jorge.”⁶² A cidade fica também dividida em oito zonas, entregues cada uma a um médico.⁶³

O protagonismo do combate sanitário continuava a ser de Ricardo Jorge, aquele que no seguimento desta crise será nomeado pelo governo progressista de Luciano de Castro para o novo cargo de Inspetor-geral dos Serviços de Saúde Pública, ainda nesse ano. Como disse na altura “só o aguilhão das epidemias é que nos força a sonhar com reformas higiénicas.” Esta será uma obra que continuará sob o governo de Hintze Ribeiro, reorganizando os serviços de saúde. Em 1901, é o autor do Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública que se tornou “pedra de toque da modernização do sistema sanitário” português⁶⁴. Uma reforma que coloca o médico no centro do sistema. “A classe médica do país – demonstra-o o seu honroso porte perante epidemias recentes – está compenetrada desse alto dever social, que, como nenhum outro, erige a sua profissão num sacerdócio público. Será ela, pois, e confiadamente, o esteio do sistema sanitário inaugurado”, escreveu Ricardo Jorge no diploma.⁶⁵

Se a saída do Porto de Ricardo Jorge, após a revolta popular e contestação na imprensa, acabaria por ficar como um dos factos mais notórios da crise da peste, num primeiro momento ele não foi objeto da animosidade dos jornais. Estes reconheciam, antes, implícita e explicitamente, a valia de quem tinha intervindo com obra publicada nos problemas de saúde no Porto, nomeadamente com o seu livro “Demografia e Higiene da Cidade do Porto” e a

⁶² *Voz Pública* de 17 de agosto de 1899.

⁶³ *O Comércio do Porto* de 19 de agosto de 1899.

⁶⁴ ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, p. 89.

⁶⁵ *Diário do Governo*, n.º 292, de 26 de Dezembro de 1901, *Legislação Portuguesa, Collecção Official de Legislação Portuguesa*, Anno de 1901, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902, p. 1032.

publicação do boletim mensal de estatística sanitária, que fizeram dele um precursor em Portugal da moderna Estatística Demográfica.

Quando rebenta a notícia da peste, é a esse trabalho que recorre *O Comércio do Porto*, a 15 de agosto: “Veja-se a urna funerária do Porto, que o snr. dr. Ricardo Jorge ainda há pouco traçou e lá se encontrará motivo para graves preocupações.”. Outro tanto tinha feito *a Voz Pública*, que sempre lhe foi simpático⁶⁶, em 13 de julho, a 10 e a 11 de agosto: “Diz o snr. Ricardo Jorge, no seu livro que aqui temos citado, e não era preciso até que ele o dissesse, que a peste era a mensageira ou a despedida da fome.”

E mesmo na sua linguagem cifrada o *JN* lembrava a 9 de agosto, o papel positivo de Ricardo Jorge na defesa sanitária da cidade:

“Há mais de um mês o chefe do gabinete bacteriológico municipal, o snr. dr. Ricardo Jorge, justamente alarmado com o estado calamitoso em que se encontravam no Porto os serviços higiênicos, depositou nas mãos do governador civil um relatório especial, reclamando instantemente providências extraordinárias, lembrando medidas urgentes a tomar para modificar de pronto esta situação deplorável. Obedecia talvez a qualquer motivo grave, a qualquer ameaça de perigo instantâneo que convinha conjurar sem perda de tempo? É possível”.

Quando a crise rebenta, é dos médicos que o *Voz Pública* se lembra para reclamar que o Governador Civil seja substituído por um cirurgião-militar, apontando o diretor do hospital militar para o cargo⁶⁷. Não é de acreditar que os jornais estivessem imbuídos da crença formulada por Ricardo Jorge, nesse citado “*Demografia e higiene da cidade do Porto*” que “o reinado da demo-medicina avança impetuoso e por ele a nossa ciência e a nossa arte entrarão, entraram já, na hegemonia intelectual e moral que domina e agita a mole humana em busca de melhor futuro”⁶⁸. Mas aos médicos será sempre reservado um papel de relevo nos diários analisados e em toda crise epidémica, o que nos leva a sustentar que a sua relevância na sociedade está já bem estabelecida. Se as medidas sanitárias vão ser alvo de contestação, se os diagnósticos feitos pelos médicos vão ser objeto de crítica, isso vai ser feito muitas vezes com

⁶⁶ Em 24 de agosto no auge da crise refere-se a ele como “um dos mais talentosos dos nossos profissionais”.

⁶⁷ *Voz Pública* de 15 de agosto de 1899.

⁶⁸ JORGE, Ricardo, *ob. cit.*, p. VI.

recurso a outros clínicos. As elites e os jornais, mais do que revelarem uma divisão em relação à classe médica vão, outrossim, mostrar as divisões que existiam no interior dela.

4. A peste chega de Lisboa

- As medidas nacionais de combate à epidemia e a imprensa

No domingo, 13 de agosto, o JN deixa cair as entrelinhas. Não, não há uma epidemia de peste no Porto: “Para sossego dos que de Lisboa vêm casos na praça de D. Pedro, dir-lhe-emos que os doentes de tal mal são 7, todos em via de restabelecimento.” Se até aqui os jornais ainda não tinham decidido falar sobre os “estranhos sintomas” dos casos ocorridos na Fonte Taurina foi para “não alarmar inutilmente a cidade” e “esta reserva, com o maior sossego de espírito o dizemos, não foi prejudicial a ninguém”. Ao contrário “a situação, tem muitíssimo melhorado”. E se “não havia razões para sustos”, o jornal não deixa de atacar a imprensa da capital – que “está decretando que a peste bubónica assentou arraiais no Porto e que é urgente isolar este centro comercial daquele formoso Éden que o Tejo purifica”.

À segunda-feira os jornais não saíam, domingo era dia de descanso. Mas quando regressa, na terça-feira, o *Jornal de Notícias* abre a primeira página, a toda a largura, com a manchete: “A insalubridade do Porto – O assumpto do dia”. Só sobra espaço para o folhetim em rodapé. É sob este título, que irá manter na primeira página até 21 de janeiro de 1900, que o JN vai desenvolver uma campanha de forte crítica às medidas sanitárias, nem que pelo caminho seja obrigado a mudar o nome ao jornal por duas vezes, devido às suspensões determinadas pelas autoridades.

O decreto alertando os governadores civis, a confirmação bacteriológica e seguramente instruções de Lisboa tinham despertado o governador civil, Pina Callado, para a necessidade de ação. Organizado o dispositivo sanitário, chamara todos os chefes das esquadras policiais, de forma a receberem “instruções rigorosas para medidas de higiene” e decide-se pelo isolamento das casas onde apareçam casos de contágio.⁶⁹ Mas não eram as medidas locais que tinham feito soar o alarme na imprensa. A notícia da peste vinha de Lisboa.

⁶⁹ *Jornal de Notícias* de 12 de agosto de 1899.

No dia 11 de agosto, a Junta de Saúde já reuniu sobre a epidemia do Porto, prevalecendo a ideia, transmitida ao chefe do governo, que é necessário isolar a cidade, suspendendo-se desde logo as ligações ferroviárias. Nesse mesmo dia, pelas três horas da tarde, um comboio de recreio que deveria levar os membros da Cooperativa Social de Chapeleiros em viagem de recreio, é impedido de sair para o Porto.

O *Voz Pública* relata no dia 15 e na Carta de Lisboa, com data de 11, que o jornal *Novidades* ocupa “quase todo o seu número de hoje acerca da epidemia do Porto e censuram o segredo feito em volta do assunto”. O mesmo jornal da capital defende que é preciso atacar o “mal com toda a energia, que, sendo bem dirigida, não deixará de vencer”, enquanto o *Popular* enfatiza: “Devemos todos levantar-nos como um só homem, a exigir imediatas, enérgicas e decisivas providências”. Os jornais da capital não perdoam o que classificam de “egoísmos locais”, que terão levado os seus congéneres portuenses a ocultar a peste.⁷⁰

E se no dia 13 o *Comércio do Porto* apenas publica, como num alerta, um artigo sobre a peste bubónica na Conferência de Veneza de 1897, no dia anterior, numa outra peça intitulada “O estado sanitário do Porto” fazia “um rigoroso inquérito à saúde pública” devido aos “boatos espalhados acerca do estado sanitário do Porto”. No dia 15, alinha com os outros jornais no impulso geral de negação da epidemia: “Onde está o motivo para essa campanha que certa imprensa de Lisboa está levantando e que sob a capa de contrariar os interesses da cidade do Porto, está ferindo duramente os mais sérios interesses do país?” E vai pressagiando o que aí vem: “Pior é que as instâncias oficiais se deixam influenciar por esses clamores alarmantes, fazendo adotar providencias que indignam por injustificáveis, e fazem dó por ineficazes. Triste condição a nossa! Até nisto aparece a política a fazer mal ao país. Maldita política!”

Infelizmente não eram só atoardas de jornais e medidas injustificadas que aconteciam por estes dias. O mesmo *JN* que no domingo afirmava que só eram 7 casos deixava cair, mais umas linhas abaixo que, não havendo razão para sustos, “a suposta peste da Fonte Taurina tem-se limitado, no comprido espaço de mês e meio, a 31 casos, dos quais foram fatais 11”. A peste saíra do seu foco primitivo e ia irradiando para outras zonas da cidade, havia casos de infeção assinalados nos Guindais, rua dos Mercadores, de Cima do Muro, dos Bacalhoeiros, Infante, São Domingos... Não tardariam a surgir casos nos Clérigos, Santa Catarina e Rua da Fábrica, em pleno centro cívico do Porto.

⁷⁰ *Voz Pública* de 15 de agosto de 1899.

Os jornais definiram desde o início algumas das linhas que irão marcar o seu noticiário e as suas posições editoriais sobre peste, assunto a que irão dedicar um largo espaço. Durante o auge dos acontecimentos, nos meses de agosto e setembro, os jornais dedicaram muitas vezes a sua primeira página e grande parte da segunda a matérias relacionadas com a epidemia, fazendo desaparecer rubricas e noticiário, nomeadamente o da província. De notar que estamos a falar de jornais de quatro páginas, sendo que as duas últimas eram ocupadas por publicidade.

Uma das principais linhas de contestação, a primordial negação da peste, vai confundir-se e transformar-se na negação da periculosidade da doença e da sua capacidade de alastrar como epidemia. Os jornais serão palco para o terçar de argumentos entre clínicos, mas também publicam diariamente rubricas que têm como principal objetivo demonstrar o fraco carácter epidémico da peste no Porto. É o caso da publicação, a partir de 16 de agosto, pelo *Comércio do Porto* e sob o título “O estado sanitário do Porto”, da relação dos enterramentos nos cemitérios de Agramonte e do Prado do Repouso, e de estatística obituária, no que será seguido pelo *Jornal de Notícias*. A exibição dos números vai ser invariavelmente utilizada para demonstrar que não se denota “uma situação verdadeiramente anormal na saúde pública”.⁷¹

Os óbitos referenciados por peste, quando não são arrumados sob a designação de causa “ignorada”, são muitas vezes seguidos da explicação de que a vítima já sofria de anteriores debilidades de saúde ou de más condições higiénicas. Veja-se o que o *Comércio* faz logo a 16, sobre um caso de um morto de 14 anos que aparece no rol com causa de morte interrogada, mas que o bilhete de enterramento tinha a inscrição clínica de “parece ser de peste bubónica”. O *CP* “sem apreciar esta declaração”, porque respeita a indicação dos “homens técnicos” acha que por “esclarecimento para o público” deve relatar que “o menor em questão, estando com febre, comeu juntamente com outra criança 25 maçãs mal sazoadas”. A fruta, aliás aparece como uma maleita que merece registar, como o faz novamente o *CP*, a 23 de agosto para dar conta que uma vítima de 20 anos, antes de adoecer, tinha ido com amigos à romaria da Serra do Pilar “onde comeu e bebeu bastante e no fim de tudo ainda comeu uma melancia”. Um rapaz que o tinha acompanhado e morava na mesma casa e manteve bom estado de saúde bom, “alegando que depois da melancia não comera nem bebera, como fez o seu infeliz companheiro”.

⁷¹ O *Comércio do Porto* de 20 de agosto de 1899 mas também, por exemplo a 24, 25, 27, 29, 30.

Outro tanto fará o *Jornal de Notícias*, desvalorizando os casos “ da tal doença suspeita, que os jornais de Lisboa chamam peste bubónica”, a 15 de agosto, no relato sobre um caso, dando à estampa os comentários chocarreiros da vizinhança que dizia que “o homem fora atacado pelo micróbio da parreira e outros, que não era peste bubónica mas a peste bebedónica o mal que o alfaiate enfermara”.

Com o mesmo enquadramento, os jornais também passarão a publicar diariamente os números do Boletim da Epidemia, assinado por Ricardo Jorge, que na sua primeira emissão, a 17 de agosto registava 39 casos e 13 óbitos e falava também da “epidemia nos ratos”⁷². Mais tarde, os periódicos passarão também a dar registo diário do movimento de doentes e falecimentos no hospital do Bonfim.

À negação e desvalorização da peste vão desde cedo juntar-se outros argumentos de uma atitude que, desde que a notícia irrompe, é de contestação generalizada das medidas decretadas pelo poder central. O *Comércio do Porto* como “um poderoso aliado da Associação Comercial do Porto”⁷³, vai desenvolver uma linha de contestação que está especialmente empenhada em denunciar uma estratégia de enfraquecimento da atividade económica do Porto que estaria por detrás das medidas decretadas pelo poder central. A 17 de agosto, a propósito da proibição de circulação de mercadorias alerta que “quando se decretam medidas de tal importância, é preciso abranger todo o alcance delas”. E acrescenta: “A saúde pública antes de tudo, sim; mas não é lícito à sombra da saúde pública desgraçar um país, aniquilar o seu comércio, reduzir à miséria os que têm na indústria o pão de cada dia”.

Atitude crítica que ainda se tornará mais explícita após ser decretado o cordão sanitário:

“Nós bem sabemos – sabe-o bem a praça do Porto – que no dia em que era decretado o isolamento, de Lisboa saíam dali bandos de caixeiros e negociantes com amostras, espalhando-se por todo o centro e norte do país, confiados em que poderiam conquistar o terreno, tão infundada e insolitamente negado ao comércio portuense”⁷⁴.

⁷² Arquivo do Governo Civil do Porto MC3081 e MC 3081 A.

⁷³ LIMA, Helena (2008) – *Os diários portuenses e o desafio da actualidade na imprensa: Tradição e rupturas*. Tese de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras, p. 83.

⁷⁴ *O Comércio do Porto* de 27 de agosto de 1899.

À linha de contestação sanitária e económica há a acrescentar a contestação de carácter político de que o *Comércio do Porto* não andaré arredado, sendo que os argumentos mais aguerridos campeiam no *Voz Pública* e no *Jornal de Notícias*, com ataques à competência dos governantes locais e nacionais progressistas e também a uma certa hegemonia do poder de Lisboa, a que não será estranha a matriz fundadora dos jornais, no primeiro caso de orientação regeneradora e, no segundo, republicana.

Aqui chegados, será importante um retrato desta imprensa que teve um papel tão importante durante a crise da peste. Que jornais afinal animavam a vida portuense no final do século XIX? Se olharmos para os cabeçalhos, podemos vislumbrar a variedade de géneros que compunham o panorama portuense: *O Fiandeiro*, *Os Pontos*, *Folha Nova*, *La Colónia Española*, *Primeiro de Janeiro*, *Comércio do Porto*, *Jornal das Finanças*, *Jornal de Notícias*, *Revista de Medicina Dosimétrica*, *A moda de hoje*, *O Campeão*, *A Mariposa*, *Aliança*, *Algazarra* ...

Entre estes títulos há o trabalho, a economia, o humor, a política, a saúde, a moda, os semanários de “literatura crítica e de sport” e o nome dos três diários que haviam de persistir ao longo de todo o século XX. Em 1889 o *Comércio do Porto* tinha 45 anos, o *Primeiro de Janeiro* 31 e o *Jornal de Notícias* dez anos. Mesmo este conseguia ser um exemplo de longevidade entre uma profusão de títulos – registam-se cerca de 400 títulos entre 1850 e 1890⁷⁵ e circularam 91 no distrito do Porto entre 1894 e 1900⁷⁶ - muitos deles com vidas curtas, sucessivas reencarnações e uma existência frágil. Fundado em 1891, como *República* o *Voz Pública* irá resistir até às vésperas da instauração do regime que defendia, ao cessar a sua publicação em 1909.

Conforme assinala Conceição Meireles Pereira, analisando o período imediatamente anterior (1866-1898), “ressalta desta análise a ideia da existência de uma indústria jornalística portuense razoavelmente vigorosa mas também nervosa, em que a par de empresas estáveis emergiam outras mais efémeras ou de vida agitada originando sucessivos ajustamentos e reconstituições”.⁷⁷

⁷⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da (1990) – Jornais e revistas do Porto no tempo de Camilo. In separata da Bibliotheca Portucalensis 2ª série nº 5. Porto: Biblioteca Municipal, p.119.

⁷⁶ TENGARRINHA, José (1989) – *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho, p.232.

⁷⁷ PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (1998) – *Jornais, editores e tipografias do Porto (1866-1898)*. Centro Leonardo Coimbra da Faculdade de Letras do Porto, p.103.

Com uma taxa de analfabetismo um pouco superior a 35 por cento nos meios urbanos e de cerca de 60% nas zonas rurais⁷⁸, o Porto não deixa de ser cidade típica do final do século XIX, onde os jornais são a primeira fonte de informação para quem procura notícias e informações úteis. Embora não seja de desprezar o papel dos folhetos – aos quais ao longo da consulta que fizemos, encontramos várias referências, sejam eles de iniciativa particular ou institucional – são verdadeiramente os jornais o único meio de comunicação de massas, representando naturalmente um papel essencial como difusores de ideias e posições políticas, mas também de conhecimentos e discussões científicas como foi patente durante a peste do Porto.

Note-se, a título de exemplo, uma entusiástica defesa do papel da imprensa na difusão da ideia de higiene pública, feita por um médico, Abílio Monteiro Soares, em 1910, numa dissertação na Faculdade de Medicina do Porto:

“Não somente o jornal político passa por todas as mãos, mas posso afirmar que é lido por todos que sabem ler, quando não seja por outro motivo, ao menos a título de passatempo, nos momentos de descanso e de inação forçada. Basta atentar na influência enorme que exercem os jornais sobre a opinião pública, no ponto de vista político, para se compreender o que poderiam fazer relativamente à higiene. Os leitores mais assíduos dos jornais *são os chefes de família, os eleitores*. É sobretudo pelo jornal que os eleitores formam as suas opiniões políticas.”⁷⁹

Esta importância do papel da imprensa é condensada por José Miguel Sardica: “Nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX, a imprensa tornou-se o meio por excelência para a reorganização sociocultural da nação, e os jornalistas os grandes agentes construtores, intérpretes e porta-vozes desse novo Portugal acordado para uma maior consciência cívica, para uma participação mais exigente e para um renovado desejo de europeização cultural. Consequentemente, esse foi também o tempo em que o jornalismo mais se modernizou – no estilo, nos conteúdos e até no grafismo –, atingindo um volume de

⁷⁸ ALVES, Jorge Fernandes, (1993) – Analfabetismo e emigração – o caso do distrito do Porto no século XIX. In *Revista da Faculdade de Letras - História*. Porto: Faculdade de Letras, II série, p. 278.

⁷⁹ ALVES, Abílio Monteiro (1910) – *Propaganda da higiene pela imprensa política*. Porto: Imprensa Nacional, p. 56.

tiragens, vendas e influência na vida social e nos centros decisores da política que se prolongaria até ao final da I República, e que permanece até hoje inigualado.”⁸⁰

De facto, durante o período sobre o qual nos debruçamos, os jornais estão a sofrer metamorfoses de conteúdo, vivendo um momento charneira, traduzido no facto de muitos títulos se libertarem do seu carácter funcional, como instrumento de intervenção de forças políticas bem definidas. Agora, é o tempo de “procurar o público, descer ao seu nível, adivinhar-lhe os gostos e apetites, mesmo os mais baixos, ir ao encontro da sua mentalidade”⁸¹, ampliando a sua influência.

De 1880 a 1889, a média anual de novos títulos chega a alcançar o número prodigioso de 184 ⁸², uma profusão que marca este período de industrialização da imprensa que segundo Tengarrinha “se estriba nos seguintes fatores: o carácter noticioso, não partidário, dos jornais e o abaixamento do seu preço, ambos com vista a alcançar um mercado mais vasto; mas a descida abaixo do preço de custo só era possível procurando uma outra fonte de receita: surge então em toda a sua importância, o papel da publicidade” ⁸³.

Para que a imprensa pudesse expandir-se, foram também determinantes as evoluções tecnológicas que se fizeram sentir nesse período, nomeadamente nas comunicações, com a vulgarização do telégrafo e com o progresso na impressão. Como assinala Tengarrinha: “No Porto também a impressão dos jornais acusa notáveis progressos [...] Segundo o Inquérito Industrial de 1881 (...), os jornais com tipografia própria no Porto eram: *O Comércio do Porto* (2 máquinas de imprimir e 15 empregados) ; *O Primeiro de Janeiro* (3 máquinas com potência de 4 cv e 17 empregados); *A Palavra* (1 máquina e 3 empregados); *Jornal da Manhã* (1 máquina com 4 cv e 22 empregados) e *Dez de Março* (1 máquina e 9 empregados)”⁸⁴. Este é um panorama que se irá alargar com a transição do século.

Um acontecimento de traços tão abrangentes, com os contornos de que se revestiu a epidemia de peste do Porto, pode ser um momento crucial para solidificar estas transformações na indústria e reforçar as ligações de identidade entre a imprensa e o meio onde se insere, de que tenta ser a voz. Disso parece ter beneficiado o *Jornal de Notícias* que,

⁸⁰ SARDICA, José Miguel (2009) – O jornalismo e a intelligentsia portuguesa nos finais da Monarquia Constitucional. In *Revista Comunicação & Cultura*, nº 7, consultada em http://cc.bond.com.pt/wp-content/uploads/2010/07/07_01_Jose_Miguel_Sardica.pdf, p. 18 e 19.

⁸¹ TENGARRINHA, José *ob. cit.*, p. 220.

⁸² Idem, *ibidem*, p184.

⁸³ Idem, p. 227.

⁸⁴ TENGARRINHA, José, *ob. cit.*, p. 229.

graças às suas posições aguerridas contra o cerco sanitário, terá duplicado a sua tiragem, atingindo valores inéditos à altura (23 mil exemplares) para um jornal do Norte⁸⁵, a que não será também estranho o facto de ser mais barato que o seu rival *Comércio do Porto*, 10 réis contra os 20 do *CP*.

Uma posição assinalada por Helena Lima: “O grande impulso em termos de tiragens teve a ver justamente com a defesa intransigente da cidade, ainda que contra a lógica das medidas de prevenção adotadas pelo governo. O período de inclusão deste tema foi de agosto a outubro de 1899 e graças ao qual conquistou definitivamente o público portuense”⁸⁶.

Na sua origem, o jornal fundado em 1888, por figuras como João Arroio, Manuel Miranda e Aníbal Morais, assumia-se nos primeiros anos como o órgão dos regeneradores no Porto, apoiando o partido nas suas campanhas eleitorais e nos ataques ao governo progressista de Luciano de Castro. Mas, desde o arranque, foi capaz de caldear essa faceta, com um tom mais popular, integrando em abundância o noticiário de *fait-divers*, os crimes, os casos passionais, enfim os relatos capazes de prender o grande público.

Durante o ano de 1899, o ecletismo do *Jornal de Notícias* é patente em secções humorísticas como “A rir” e “Notas alegres” ou de sátira política e social como o “De raspão”, de Sá Albergaria, que chegará a ver os seus diálogos populares ficcionais censurados durante a crise epidémica. A sua vontade de crescer e fidelizar novos públicos está patente na inclusão de rubricas para o público feminino como a “Crónica de Modas” e no facto de o folhetim ter sido a única rubrica que nunca foi suspensa, quando a sua primeira página só trazia noticiário dedicado à peste. É também, dos três jornais analisados, aquele que integra com mais naturalidade os diferentes géneros jornalísticos, como a entrevista ou relatos próximos da reportagem.

Segundo Helena Lima, “o declínio da política rotativista pode explicar, em parte, o atenuar das temáticas de cariz político”⁸⁷ no *JN*. Para Fernando de Sousa “assumindo-se simultaneamente como um órgão noticioso e de opinião, procura, desde as suas origens, conciliar as obrigações de natureza partidária com a sua vocação eminentemente popular,

⁸⁵ SOUSA, Fernando de, *ob. cit.*, p. 76.

⁸⁶ LIMA, Helena, *ob. cit.*, p. 216.

⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 312.

para no momento oportuno, como iremos ver, libertar-se daquelas e aprofundar esta até às últimas consequências”⁸⁸.

Este momento é o da crise da peste, durante a qual, com a campanha que faz contra as medidas governamentais, apesar de todas as dificuldades, “garantiu uma grande identificação entre o povo da cidade e o *Jornal de Notícias*, laço esse que foi quase sistematicamente alimentado e perdurou ao longo dos tempos”⁸⁹. Exemplo disso, são os anúncios gratuitos que oferecia aos seus leitores, para que durante a peste, com o encerramento das fábricas e o conseqüente desemprego de milhares de pessoas, pudessem encontrar trabalho: “Para de algum modo atenuar quanto possível a situação aflitiva das classes trabalhadoras, o *Jornal de Notícias* publicará gratuitamente, enquanto durara a epidemia, pequenos anúncios de serviços, operários, etc”⁹⁰.

O *Comércio do Porto*, que não deixou de assumir posições críticas durante a epidemia, tinha no entanto uma matriz mais discreta no debate político, não tivesse tido ele como principal impulsionadora a Associação Comercial do Porto. Seguindo o exemplo de publicações existentes no estrangeiro, que se empenhavam no noticiário económico, a ACP achou que “um projeto deste tipo para o Porto fazia todo o sentido, dadas as características empresariais da cidade, as suas ligações às praças estrangeiras, o movimento de navios que aqui se fazia sentir e a própria comunidade estrangeira que cá se instalara”⁹¹.

O *Comércio* saiu pela primeira vez em 2 de junho de 1854, pela iniciativa de várias individualidades das quais acabaram por se destacar Manuel Carqueja e Henrique Carlos de Miranda, assumindo-se como o porta-voz da Região Norte “na defesa dos interesses dos vários setores da atividade económica e rejeitava o engajamento partidário”. “O seu objetivo em termos políticos consistiria no debate e crítica das ações governativas que se relacionavam com as áreas defendidas pelo jornal, na medida em que só elas eram verdadeiro motor de progresso”⁹².

O jornal, classificado por José Tengarrinha como o que “mais importante naquela cidade se publicou na segunda metade do século”⁹³, é dos três periódicos examinados o que mostra melhor escrita e um acompanhamento mais completo da crise, alicerçado numa redação mais

⁸⁸ SOUSA, Fernando de, *ob. cit.*, p.66.

⁸⁹ LIMA, Helena, *ob. cit.*, p. 316.

⁹⁰ *Jornal de Notícias* de 20 de setembro de 1899.

⁹¹ LIMA, Helena, *ob. cit.*, p. 285.

⁹² *Idem, ibidem*, p. 286.

⁹³ TENGARRINHA, José, *ob. cit.* p. 229.

qualificada.⁹⁴ Tem uma apresentação gráfica cuidada, mas menos imaginativa do que a do *JN*.

Como seria natural, é nas suas páginas que, durante a crise de 1899 as muitas associações comerciais e industriais terão o natural destaque. As reuniões e as tomadas de posição no período mais quente eram diárias e as páginas do *Comércio* refletiram essa agitação, com extensas descrições das assembleias e das palavras entusiasmadas de cada orador.

Dos três, o *Voz Pública* era o jornal mais próximo dos cânones dos jornais engajados a uma força política, no caso os republicanos. O jornal surgiu em 1890 com o nome de *A República* mas após o falhanço do 31 de janeiro, foi suspenso e viu-se obrigado a alterar a sua denominação. Entre os seus fundadores estava Joaquim Gomes de Macedo e o prestigiado Sampaio Bruno, que durante a crise da peste se zanga com a direção do título e transita episodicamente para as páginas do *JN*.

O jornal que já tem algumas preocupações de carácter noticioso, aparenta menos meios, até pelo recurso à reprodução de matérias de outros jornais, acabará por cumprir a sua missão como órgão doutrinário. A sua campanha em favor dos candidatos republicanos mostrar-se-ia decisiva para que vencessem as eleições, com o apoio de progressistas e socialistas⁹⁵. A 26 de novembro de 1899, seriam eleitos três deputados: Afonso Costa, Xavier Esteves e Paulo Falcão, crismados justamente de “deputados da peste”.

⁹⁴ LIMA, Helena, *ob. cit.*, p.287.

⁹⁵ MALTEZ, José Adelino (2004) – *Tradição e revolução – Uma biografia do Portugal político do século XIX ao XXI*. Lisboa: Tribuna da história, p. 507.

5. Uma cidade sob pressão

- O Porto à beira do cerco militar

O decreto governamental determinando, pela primeira vez, medidas para o controlo da peste no Porto, sai a 17 de agosto. Vinte dias após o relatório categórico de Ricardo Jorge, mais de dois meses depois do primeiro óbito registado, o governo progressista de Luciano de Castro, emite o decreto que segue as diretrizes traçadas pela Junta Consultiva de Saúde Pública em reuniões anteriores. No preâmbulo, os esforços de Ricardo Jorge para traçar um quadro completo da peste são apresentados para enquadrar o compasso de espera, mas “em vista dos últimos pareceres técnicos, mais afirmativos do diagnóstico pestilencial”, o governo decide decretar medidas para a “completa extinção da epidemia e para a defesa sanitária de todo o reino”.

E é claramente da “defesa do reino” que o decreto trata, já que se retirarmos a proibição de feiras, romarias e ajuntamentos, só se ocupa de medidas de limitação de circulação de pessoas e mercadorias a partir do Porto. É o primeiro esboço do cerco. Os passageiros dos comboios que saíam da cidade estão obrigados a uma inspeção médica à partida e no destino. Viajam com uma guia sanitária que deverão apresentar nove dias depois da chegada ao destino para serem reexaminados. As bagagens devem ser desinfetadas e as mercadorias só podem sair pelo mar, a não ser que tenham sido desinfetadas. Ficam suprimidos todos os comboios de recreio.

“Os protestos chegam de todo o lado”⁹⁶, escreve o *Comércio*. No dia da publicação do decreto, a Associação Comercial do Porto reúne no Palácio da Bolsa uma larga assembleia que contesta alguns dos principais problemas levantado pelo decreto. As necessidades de desinfeção e de inspeção médica à saída da cidade eram, na prática, e pelo menos num primeiro momento, um bloqueio total, já que não existiam sistemas operacionais para o fazer, nem sequer tinha havido a preocupação de excetuar mercadorias que pareciam não ter risco de infeção, como o carvão ou a cal. Reunindo também os seus associados, o Centro

⁹⁶ *O Comércio do Porto* de 18 de agosto de 1899.

Comercial do Porto (CCP), alerta que Leixões não possui um posto de desinfecção, há muito reclamado, o que os faz prever “uma crise de exportação”. Perante a gravidade da situação, a ACP decide passar a reunir diariamente à uma hora da tarde num improvisado comité de gestão de crise.

Este papel ativo das associações representativas de industriais e comerciantes durante a epidemia, era natural e advinha do importante papel que elas tinham na vida da urbe. Era “a cidade das associações”, como classifica Jorge Alves, lembrando que eram elas durante oitocentos, em particular a ACP e a Associação Industrial Portuense (AIP), “quem assumia o protagonismo e produzia o discurso legitimador do Porto como ‘cidade do trabalho’”⁹⁷. Organismos que sempre tinham tido um papel importante na vida económica, mas também no ensino, nas obras públicas e na assistência social seriam, de várias formas, novamente protagonistas.

A ACP, o CCP e a Associação Comercial de Lojistas reúnem no dia seguinte ao decreto com o governador civil a quem o presidente da Associação Comercial, Leopoldo Mourão, declarou que “iam não só pedir providências contra a epidemia da peste bubónica, se ela existia, mas também contra a situação deplorável em que se encontravam as classes trabalhadoras desta cidade”. Mas o que os preocupava verdadeiramente era “o terror espalhado fora do Porto e que já se manifesta na paralisação das transações comerciais, o que é fácil de verificar”⁹⁸. Estão igualmente preocupados com a possibilidade de que, sem medidas de desinfecção em Leixões, fiquem privados de exportar mercadorias, nomeadamente para África e para as ilhas.

Pina Callado, que até aí não primou pela autonomia, responde que tem feito tudo para debelar a epidemia, “de acordo com os técnicos”, sendo o seu mais vivo desejo “fazê-lo sem alarde espetaculoso, porque previa [...] perniciosas consequências” que daí adviriam, prometendo encaminhar para o governo as reclamações dos comerciantes.

Mas era óbvio que o governo não se preparara, ou não se importava com as consequências do decreto ou com a falta, no terreno, de qualquer dispositivo que levasse a cabo as medidas que legislara. Desse espanto dava conta a Luciano de Castro o presidente da ACP, numa carta reproduzida pelo *Jornal de Notícias* a 22 de agosto: “Consinta V. Exa. que

⁹⁷ ALVES, Jorge Fernandes (2010) – O progresso material, Da Regeneração aos sinais de crise In *História do Porto*. Porto: Quid Novi, p. 57.

⁹⁸ *O Comércio do Porto* de 19 de agosto de 1899.

a Associação Comercial do Porto lealmente lhe manifeste o sentimento de verdadeiro espanto com que esta cidade, ao ver no Diário do Governo de anteontem o relatório que precede o decreto de 17 do mês corrente, sobre providências sanitárias, reconhece que, apesar de haver sido informado o governo, por meio do chefe superior deste distrito, dos primeiros casos de moléstia suspeita e contagiosa em 12 de julho último, a administração desde então até agora, isto é, em todo o decurso de mais um mês, não fez o que principalmente cumpria fazer e que se poderia ter feito com método e vagar, e até com menor dispêndio para o tesouro público, como é, por exemplo o restabelecimento de diferentes postos de desinfecção nos principais pontos que limitam a cidade”.

Enquanto em Braga se convoca uma manifestação para pedir medidas contra a peste⁹⁹, numa reação ao medo que se espalha na província, no Porto debate-se o absurdo de algumas delas, como expõe com singeleza o gerente da Companhia do Caminho de Ferro de Guimarães em carta enviada ao Governador Civil: “A proibição de saída pelos caminhos-de-ferro de mercadorias [...] só seria eficaz no caso de igual proibição se estendesse às barreiras da cidade proibindo-se por lá a saída das mercadorias em carros de bois e outros veículos”¹⁰⁰. Outro tanto se verifica com o transporte fluvial.

“E poderá assistir-se impassivelmente a estas coisas? Poderá o comércio e a indústria estar à mercê de um plano de trabalhos que não é plano, porque não tem nexos, nem obedece a um critério seguro”, interroga-se o *Comércio do Porto*, a 20 de agosto. Ou como colocaria Sampaio Bruno, num artigo intitulado *Peste, fome e guerra* “não basta pedir medidas sanitárias, é preciso ver se essas medidas não produzirão mais mal do que bem. E é preciso inquirir previamente, mesmo, se elas são, até, exequíveis”¹⁰¹.

Na cidade dos cafés e dos debates na praça D. Pedro, a confusão suscitada pelas medidas governamentais deverá ter levantado muitos sobrolhos, tanto mais que continua a circular a ideia de que de facto não havia peste, ou se havia não era de molde a provocar muitas inquietações. A 15 de agosto o *JN* publica: “Há aqui no Porto muitos médicos, e médicos de nome e autoridade, que não acreditam na presumida peste ainda e que afirmam que semelhante doença nunca foi peste bubónica”. A 18, o *VP*, abre o jornal com a carta de um médico, Severiano José da Silva que afirma que num primeiro juízo tinha rejeitado o

⁹⁹ *Jornal de Notícias* de 21 de agosto de 1899.

¹⁰⁰ Arquivo do Governo Civil do Porto MC3081 e MC 3081 A.

¹⁰¹ *Voz Pública* de 20 agosto de 1899.

diagnóstico de uma paciente mas que depois confirmara a existência de peste¹⁰². O jornal aproveita a iniciativa, que mais parecia um pedido de desculpas perante os colegas, para colocar as suas colunas “à disposição de todo o médico, amigo ou indiferente, conhecido ou desconhecido, que pretenda expor a sua opinião”.

A 20 de agosto o *Voz Pública* imprime a primeira e última carta de um médico em resposta a esse apelo. Ferreira Vaz, escreve que uma “epidemia é caracterizada pelo acometimento de uma doença ao mesmo tempo e no mesmo lugar de grande número de pessoas” e pede que se “compare isso com o que se passa no Porto”, para se interrogar “se isto não é cómico e muito para rir não fora o enorme prejuízo que acarreta”. O clínico sustenta essa opinião por, desde 1 de junho até à data, ter feito “cerca de oitocentas visitas domiciliárias e dado 1.092 consultas, em grande parte a gente pobre, e ainda não observar um caso de doença suspeita”.

Embora o número de 23 consultas por dia (com domingos) possa ser um tanto ou quanto exagerado¹⁰³, para muitos portuenses o facto de a peste não assumir no seu quotidiano, as proporções bíblicas que a memória coletiva guardava da peste negra, era motivo para duvidar da epidemia. Isso surge relatado de forma curiosa, no artigo que ocupa a primeira página do *La Colonia Española*, de 20 de agosto. Sob o título, a toda a largura da página, “Cuartillas del tonto – La peste Bubónica!”, o articulista desenvolve um percurso pela cidade que, com o seu quê de efabulação, não deixa de ser um curioso esboço de uma reportagem. Fala com o farmacêutico em Campanhã, com os coveiros no Prado do Repouso, com gente no centro da cidade, para chegar à conclusão que ninguém conhece um infetado. Mas o seu percurso acaba por desembocar, ao fim do dia, na rua dos Clérigos, onde encontra uma multidão reunida em redor de uma casa engalanada com bandeiras e galhardetes e um grande anúncio luminoso que dizia: “Morreu a peste”.

Era de facto uma casa de modas, “A Tentadora” que exultava por, segundo os jornais, ter sido levantado o isolamento após, alegadamente, ficar comprovado que o seu proprietário, o sr. Carvalho, não estava afinal contaminado. Daí que os comerciantes da zona tenham manifestado o seu regozijo, o que aliás aconteceu em outras zonas da cidade quando uma

¹⁰² Situação idêntica com outro médico, Sousa Oliveira, registada nas páginas do *Jornal de Notícias* de 15 e 16 de agosto de 1899.

¹⁰³ Ferreira Vaz acabaria por ser contestado numa reunião na Sociedade de Medicina do Porto justificando o médico que pela “pouca contagiosidade e fraca mortalidade da doença pareceu-lhe inconveniente essa denominação de peste, que naturalmente acarreta prejuízos de toda a ordem” (*O Comércio do Porto*, de 24 de agosto de 1899). O jornal aproveita o anúncio desta reunião para desistir da publicação de mais cartas de médicos (*Voz Pública* de 23 de agosto de 1899).

casa era “libertada”. “Toda a rua iluminou profusamente, queimando-se algum vistoso fogo de Bengala, cuja luz crua produzia magnífico efeito no escuro da noite serena”.¹⁰⁴ Conforme relata o JN, “havia na rua letreiros iluminados onde se lia, ‘A peste morreu! Foi-se o bicho’ mas também críticas picarescas ao chefe de distrito”. A manifestação ruidosa acabou por ser dispersa pela guarda municipal, distribuindo algumas coronhadas.

Na reunião que os comerciantes tiveram nesse dia com o governador civil parece haver uma referência a esse caso: “Com respeito ao comerciante cujo estabelecimento fora isolado, declarou que ainda anteontem o snr. dr. Ricardo Jorge lhe asseverara, na presença do snr. general Cibrão, que o mesmo comerciante estava atacado de peste, no entanto dera ordem, por indicação do mesmo facultativo, para a polícia se retirar”.¹⁰⁵ Ao que tudo indica tratar-se-ia do doente nº 39, registado nos anexos do livro de Ricardo Jorge, como “Júlio de Carvalho – Casa de Modas”¹⁰⁶. O morador na rua dos Clérigos, número 30, padecia de peste bubónica com bubões visíveis na perna esquerda. O curto tempo que demorou a libertar casa – o doente está registado a 16 de agosto e a festa decorre dois dias depois, muito antes dos nove dias de isolamento recomendados - levanta a suspeita que, em relação a alguns cidadãos, as autoridades não tiveram o rigor sanitário que mostrariam quando, mais tarde, queimaram algumas casas de operários infetados. A rua dos Clérigos viria, aliás, a registar mais casos, pelo menos um deles logo nesse dia 18 de agosto, e outros dois em meados de setembro¹⁰⁷.

Estava guardado para dois dias depois, no domingo 20 de agosto, um dos episódios mais marcantes da crise da peste no Porto. No sábado, a viúva de António Rodrigues dos Santos – registado por Ricardo Jorge como o doente de peste número nº 35, morto por uma “pesticemia rápida”¹⁰⁸ – suicida-se, atirando-se da janela do nº 32 da rua Escura, onde estava isolada com dois filhos menores de três anos e outro de quatro meses.

Até aí os parentes tinham-lhe ocultado o falecimento do marido mas, segundo o colorido relato do JN¹⁰⁹, “da janela do prédio isolado dissera para a rua aos pais que sonhara ter visto morto e estendido no caixão o seu infeliz companheiro”. O pai, temendo um gesto de loucura, procurou ajuda médica, mas quando esta chega, é tarde demais. “Atirou-se seminua

¹⁰⁴ *Comércio do Porto e Jornal de Notícias* de 19 de agosto de 1899.

¹⁰⁵ *O Comércio do Porto* de 19 de agosto de 1899.

¹⁰⁶ JORGE, Ricardo, (1899) *A peste bubónica no Porto 1899: Seu descobrimento: Primeiros Trabalhos*, Porto: Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara do Porto, Anexos.

¹⁰⁷ *Idem, ibidem*.

¹⁰⁸ *Idem*.

¹⁰⁹ *O Jornal de Notícias* de 20 de agosto de 1899.

e uma multidão não inferior a 300 pessoas seguiu a maca até ao hospital” relata o jornal. “Desse grupo partiram por vezes gritos de indignação e protesto, ninguém querendo admitir que o suicídio obedecera a uma súbita perturbação das faculdades mentais da infeliz”. A guarda municipal teve de intervir.

No dia seguinte, o funeral de Maria de Oliveira Pinho é seguido por uma multidão “protestando contra as medidas sanitárias”¹¹⁰ em vigor. “Terminado o enterramento, uma massa de povo, não inferior a 1.000 pessoas, desfilou pelas ruas, mas numa atitude agitadíssima, que se traduziu em constantes morras a algumas personalidades que a epidemia mais tem posto em evidência. Em seguida encaminhou-se para a casa de um conhecido clínico, residente à rua da Rainha, disposta a fazer-lhe uma manifestação hostil”¹¹¹.

A sorte é que o conhecido clínico, Ricardo Jorge, residia na rua da Rainha, mas não na rua do Almada, para onde se encaminhou primeiro o protesto, apedrejando a casa do pai do clínico até que uma vizinha os convenceu que ele tinha mudado de morada. “Outros populares desceram até ao meio da rua Gonçalo Cristovão e ali cometeram iguais estragos na morada do sr. conselheiro Quintela”¹¹².

O exaltado cortejo que na frente arvorava “lubregues e tristes pendões – a camisa e o chambre que a desventurada suicida vestia quando se precipitou da varanda”, ter-se-á encaminhado para a casa de Ricardo Jorge que, prevenido pelo telefone, se tinha entrincheirado e prepara-se juntamente com os seus para a defesa”.¹¹³ Terá sido a polícia a dispersar a multidão, não tendo o médico que usar “algumas caçadeiras e pistolas antigas” de que dispunha.

Este episódio não é relatado pelos jornais que, no entanto, contam que o numeroso grupo ainda se terá concentrado junto ao quartel de Santo Ovídio de onde viriam a ser dispersos pela cavalaria. Foram feitos três presos. Nem assim o clima de agitação se extinguiu, porque cerca das 7 horas da tarde, quando a praça D. Pedro se encontrava repleta de gente, rebentou uma bomba para o lado do Largo dos Lóios. Muita gente se dirigiu para o local

¹¹⁰ *O Comércio do Porto* de 23 de agosto de 1899.

¹¹¹ *Jornal de Notícias* de 22 de agosto de 1899.

¹¹² *Jornal de Notícias* de 22 de agosto de 1899..

¹¹³ MONTEIRO, Bruno *ob. cit.*, p. 46.

“estabelecendo-se grande alvoroço”¹¹⁴. Foi preciso a polícia e a cavalaria da guarda municipal intervir, distribuindo algumas “pranchadas” para a multidão dispersar.

No dia seguinte, Ricardo Jorge vai voltar a ser objeto da fúria popular. “Como se começasse a circular o boato [...] de que o sr. Dr. Ricardo Jorge tivera um azedo conflito com o também distinto clínico sr. Adelino Costa [...] principiou a juntar-se na casa do Laranjal, em frente ao laboratório bacteriológico municipal, bastante povo, numa atitude de curiosidade que ia degenerando em impertinência”¹¹⁵. Foi novamente necessário a polícia e a cavalaria intervirem para dispersar os populares, chegando a haver “correrias nas ruas próximas e praça de D. Pedro”¹¹⁶ onde a multidão se voltou a aglomerar. Ricardo Jorge acabou por sair do laboratório “pelas cinco horas, acompanhado de dois guardas-civis à paisana” e ainda por “dois soldados de cavalaria”¹¹⁷.

O médico que tinha detetado a peste, o principal responsável pelo seu combate, era o alvo da revolta popular. As notícias dos jornais desacreditando a epidemia e criticando as medidas governamentais nunca o tinham visado diretamente até então. Só mais tarde os jornais irão encontrar aliados e, depois, um motivo para o atacar. Mesmo as dúvidas sobre o carácter da peste levantadas por médicos eram feitas dentro de um tom razoável, nunca pondo gravemente em causa a sua competência. Mas ele era o elo mais exposto de um poder que muitos populares receavam. Mais do que os problemas económicos que ainda eram só uma ameaça, as pessoas tinham, neste momento, mais a temer de quem podia diagnosticar a peste, decretar o internamento e obrigar familiares e edifícios ao isolamento.

A revolta popular, que voltaria a rondar Ricardo Jorge – que passou a fazer-se acompanhar de escolta policial¹¹⁸ – manifestar-se-ia também na resistência aos cuidados médicos, havendo relatos de queixas de ocultação de casos e de tentativas de enterramento sem que passassem por supervisão médica¹¹⁹. O governo viria mesmo a emitir legislação para “providenciar contra o abuso que se tem cometido na cidade do Porto, da ocultação maliciosa de enfermos de peste bubónica ou suspeitos desta doença”¹²⁰. A 14 de setembro emite um decreto que punia com pena de desobediência qualificada quem escondesse doentes.

¹¹⁴ *O Comércio do Porto* de 22 de agosto de 1899.

¹¹⁵ *Jornal de Notícias* de 22 de agosto de 1899.

¹¹⁶ *O Comércio do Porto* de 22 de agosto de 1899.

¹¹⁷ *Jornal de Notícias* de 22 de agosto de 1899.

¹¹⁸ *Jornal de Notícias* de 23 de agosto de 1899.

¹¹⁹ *O Comércio do Porto* de 19 de setembro e *Jornal de Notícias* de 19, 24 e 29 de setembro.

¹²⁰ *Diário do Governo* n.º 214 de 22 de setembro.

O que os populares mais pareciam recear eram as medidas de isolamento, a que ficavam obrigadas as pessoas em contacto com familiares doentes e as suas residências. Os alvos óbvios de ataques à pedrada eram as macas e o carro da desinfecção, vistos como uma sentença de morte, que as forças da autoridade tiveram de refrear em numerosas ocasiões¹²¹. Mesmo a transferência dos doentes do Hospital de Santo António para o Hospital do Bonfim, que tinha beneficiado entretanto de melhoramentos, teve de ser feita à noite, com as macas a seguir diferentes caminhos e com os populares ainda assim a apedrejarem os guardas do hospital¹²². Ricardo Jorge não deixou de dar conta da sua preocupação em carta ao governador civil identificando a “necessidade de proteger eficazmente o serviço de desinfecção, internamentos e transporte, de contrário torna-se impossível prosseguir tais serviços”¹²³.

Mas se o isolamento era o maior receio, também é perceptível que as modernas práticas médicas, nomeadamente a vacinação, eram motivo de resistência, tal como sucedeu em outros locais atingidos pela peste, nomeadamente S. Francisco¹²⁴. Isso mesmo notou o médico francês Albert Calmette, enviado ao Porto. Chegado a Paris relatou que “os portuenses fugiam à vacinação e escondiam os contagiados”¹²⁵. O incidente mais grave ocorreu a 6 de setembro, quando correu o rumor na Fontinha que os moradores daquele bairro iam ser vacinados com o “soro antipestífero”. “As mulheres saíram alvoraçadas das suas casas com os filhos e dirigiram-se para a rua de Santa Catarina, formando uma compacta multidão, do meio da qual saíam gritos, clamando as mulheres que não se deixariam vacinar e que antes fugiriam para fora da cidade. Desde a praça do Marquês do Pombal até à rua da Escola Normal, o espetáculo que oferecia aquela multidão demonstrava bem o que lhe ia no espírito”¹²⁶. O boato espalhou-se “como um relâmpago” e o *JN* relata que a comoção popular se estendeu à rua do Paraíso, Camões, São Vítor e Monte Pedral onde as mulheres terão fugido com os bebés enquanto os homens ficaram à espera armados de paus e pedras¹²⁷. *O Voz Pública* sossega os leitores declarando que estão a fazer-se experiências mas que a vacinação, a acontecer, será sempre facultativa.

¹²¹ *O Comércio do Porto* de 15,16, 19 de setembro e *Jornal de Notícias* de 29 de agosto e 9, 10, 15, 16, 17, 19, 20 e 28 de setembro de 1899.

¹²² *Jornal de Notícias* de 6 de setembro de 1899.

¹²³ Arquivo do Governo Civil do Porto MC3081 e MC 3081 A.

¹²⁴ CHASE, Marilyn, *ob. cit.*, p. 50.

¹²⁵ *Jornal de Notícias* de 10 de outubro de 1899.

¹²⁶ *O Comércio do Porto* de 7 de setembro de 1899.

¹²⁷ *Jornal de Notícias* e *Voz Pública* de 7 de setembro de 1899.

Esta era a tradução popular de um conflito que também atravessava a classe médica, como veremos, e que na sua coluna “De raspão”, no dia seguinte aos acontecimentos, o *JN* interpretava de forma cómica: “Olha que eles dizem que andam por aí a seringar a gente. Não te deixes seringar Zefa!” E porém, quem quisesse há muito que poderia adquirir o “soro de Yersin” na rua Sá da Bandeira, na casa do Mário Leitão Allão Veiga, “agente nesta cidade do Instituto Pasteur”.¹²⁸

Nos dias seguintes ao ataque de 20 de agosto a Ricardo Jorge¹²⁹, um outro medo que não dos médicos ou da medicina crescia nas ruas do Porto e nas páginas dos jornais. Nesse domingo já Sampaio Bruno tinha pressagiado nas páginas do *Voz Pública*:

“O Porto teve a peste, a fome e a guerra quando do cerco homérico que experimentou; e a geração altaneira desse tempo não tremia diante de micróbios, como não tremia debaixo da metralha. Se há coisa hedionda agora, não é a peste infeta: é o medo infeto da peste”. E acrescentava: “Estas ideias de isolamento são a calamidade mais espantosa. [...] Isolar o Porto, dadas as relações económicas que o prendem particularmente às províncias do Norte, implica decretar a miséria”.

A 22 de agosto, a notícia da certeza quanto ao cerco sanitário imposto militarmente está nos três jornais. O *Voz Pública* faz manchete com “O cerco ao Porto” a toda a largura da primeira página. “Quer dizer numa palavra: em Lisboa declarou-se cerco ao Porto”, resume. O *Jornal de Notícias* exulta: “Desinfeções, inspeções, proibições de romarias, de comboios, de recreio, obstáculos ao comércio, à indústria, ao pequeno negócio dos lavradores suburbanos e, enfim, anunciando já em som de guerra, o isolamento com espingardas carregadas à volta da cidade!” E em destacados caracteres a confirmação indignada do cordão sanitário: “É uma violência inaudita”.

A Junta Consultiva de Saúde Pública, com Eduardo Mota, Guilherme Enes, Matos Chaves e Cunha Belém, Ferraz de Macedo, Antonio de Lencastre, Moreira Júnior e Curry Cabral, presidida pelo ministro, decidira “isolar o Porto por meio de um rigoroso cordão sanitário, estabelecendo-se além de outras medidas por enquanto de carácter reservado um lazareto e pontos de desinfeção.” Uma medida, vertida em diploma a 23 de agosto, que fazia

¹²⁸ *Jornal de Notícias* de 26 de agosto de 1899.

¹²⁹ O clínico seria objeto de manifestações de solidariedade da Câmara Municipal do Porto e da Sociedade Médica do Porto e de Lisboa.

recordar outros momentos de privação e afirmação da cidade e que prometia ser contestada: “Isto não é terra de cafres, de escravos submissos, que devam aceitar resignadamente o egoísmo, descarado de uns tiranetes ridículos, cuja incompetência corre parrelhas com a insensatez do seu critério de ação”.¹³⁰

6. O cerco do Porto

As medidas sanitárias debaixo de crítica

O diploma do governo progressista de José Luciano de Castro determinava que, enquanto durar a epidemia da peste bubónica no Porto, “será interrompida a liberdade incondicional das suas relações com o resto do reino por meio dum cordão sanitário, disposto pelo modo mais ajustado”. As pessoas, as bagagens e as mercadorias para sair da cidade têm de ser “encaminhadas para um lazareto que se instalará na Granja, onde serão feitas as quarentenas e desinfecções respetivamente aplicáveis, para que possam seguir ao seu destino”¹³¹. A quem tentar iludir o cerco será aplicada pena de prisão de três a seis meses podendo ser presos sem culpa formada.

Um dispositivo composto por Infantaria 3 de Viana do Castelo, Infantaria 20 de Guimarães, Cavalaria 6 de Chaves e Cavalaria 10 de Aveiro¹³² deveria estabelecer o cerco militar, com cerca de 2.500 homens. “Um círculo de baionetas em torno dos nossos muros, como se tratasse de uma enorme jaula de feras que convinha fechar implacavelmente”, antecipava o *JN*¹³³. O círculo a estabelecer era largo, partindo de Leça da Palmeira, seguia o rio Leça, S. Mamede Infesta, Ermesinde e Valbom, passando o rio Douro em Avintes e indo

¹³⁰ *Jornal de Notícias* de 22 de agosto de 1899.

¹³¹ *Diário do Governo* nº 191, de 27 de agosto.

¹³² CARVALHO, Manuel Jorge Pereira (2010) – Prenúncios de mudança, do 31 de Janeiro ao regicídio, In *História do Porto*. Porto: Quid Novi, p.85.

¹³³ *Jornal de Notícias* de 22 de agosto de 1899.

até ao mar, em Gaia, na zona da Madalena. O cruzador Adamastor seria mobilizado para garantir o cerco marítimo.¹³⁴

A primeira reação dos portuenses foi seguir o velho adágio medieval dos três advérbios sobre a peste: “*Cito, longe, tarde*”. Foge depressa, para longe e durante muito tempo. “Êxodo”, titulava o *CP* a 26 de agosto, relatando que “houve ontem um êxodo de grande parte da população portuense”. “Por todas as estradas ordinárias eram numerosos os trens conduzindo famílias para fora, notando-se este desusado movimento desde a meia-noite em diante” acrescenta, argumentando que fugiam “não pelos sustos da epidemia, mas por se temer uma crise alimentícia e uma situação verdadeiramente anormal na cidade”.

O *JN* relata, na mesma data, que o êxodo já havia começado a 24 e prosseguiu na madrugada de 25 de agosto, com milhares de pessoas fugindo, “umas indo tomar os comboios em estações não sujeitas à rigorosa restrição imposta para as urbanas, outras aboletando-se nos arrabaldes, tomando todas as casas devolutas que iam encontrando pelo caminho”. Como refere o *Comércio*, quem o faz são “uma grande maioria de pessoas de recursos” que “passou em carros com as suas malas desinfetadas e não desinfetadas”¹³⁵

Como criticariam mais tarde os que pretendiam mostrar a ineficácia do cordão, o governo anunciou a medida, mas as tropas ainda demorariam cerca de dez dias a estabelecer o cerco, o que, segundo o *JN*, teria permitido a saída de cerca de 20 mil pessoas¹³⁶. O *Voz Pública* falara em 40 mil pessoas fora da cidade¹³⁷ Mesmo que o número possa ter alguma dose de exagero, muitos que tinham posses ou uma retaguarda fora da cidade, terão aproveitado para sair.

Para trás ficava a confusão de uma disposição que de tão brutal e tão genérica, significava a curto prazo a paralisação da cidade. Atente-se ao rol de queixosos que se apresenta ao governador civil no dia 27 de agosto, segundo relato do *CP*. Os comerciantes de vinho foram pedir que fosse permitida a passagem de aguardente para o Douro, sem a qual, naquela altura de vindimas, se “aniquilaria a primeira indústria do Norte e causaria

¹³⁴ O cruzador Adamastor tinha sido adquirido por Portugal através de uma subscrição pública em resposta ao ultimato britânico de 1890. “A dádiva sagrada da subscrição nacional, destinada a exprimir o sentimento de afronta de um pequeno povo contra a grande nação espoliadora” (...) preparará pela primeira vez os seus canhões para fazer valer a autoridade do governo português (...) numa luta de irmãos contra irmãos, ou o que é ainda pior, na perseguição fratricida dos habitantes de uma cidade para proteger um governo e uma capital”, escreveu-se no *Jornal de Notícias* de 26 de agosto de 1899.

¹³⁵ *O Comércio do Porto* de 27 de agosto de 1899.

¹³⁶ *Jornal de Notícias* de 30 de agosto de 1899.

¹³⁷ *Voz Pública* de 03 de setembro de 1899.

insuperáveis prejuízos à agricultura do Douro”. Alguns industriais pediram que o carvão de S. Pedro da Cova ficasse dentro do cordão sob pena de se verificarem problemas de abastecimento, enquanto uma delegação de comerciantes de mercearia, “composta pelos mais importantes fornecedores da província”, queria saber como sairiam os seus produtos do cordão. Vários trabalhadores de chapelaria e serralheiros pediram emprego, porque as indústrias que estavam a ficar sem matéria-prima começavam a dispensar operários. Para os três primeiros Pina Callado prometia consultar o governo, aos últimos dava ordens para empregar já 200 trabalhadores em conserto de estradas.

Era a confusão criada por uma decisão que não tinha suporte nem conhecimento das condições de terreno. “E a propósito um facto que esclarece bem a desorientação que vai em espíritos que deviam ter como princípio a reflexão e sensatez. A autoridade policial, intimou as casas prestamistas a que não aceitassem roupas usadas como penhores, sem que fossem acompanhadas de documentos que comprovassem a sua desinfeção. O público porém ainda não sabe onde essas roupas poderão ser desinfetadas...”¹³⁸

As forças vivas da cidade voltaram a reagir. A 25 de agosto, depois de uma reunião no Palácio da Bolsa, uma numerosa comissão de negociantes, industriais e proprietários, chefiada por Francisco Teixeira de Aguiar de Azeredo, conde de Samodães, decide encaminhar-se para os paços do concelho onde é recebido pelo presidente da câmara, Lima Júnior¹³⁹. Aí o conde proclama que “na ocasião presente não há partidos nesta cidade” e que o “presidente da câmara é o general desta horrorosa crise”. Em resposta, o presidente exhibe um telegrama enviado ao presidente do conselho: “Em nome dos mais sagrados direitos da cidade e até em nome da ordem pública chamo a atenção do governo para esta situação e peço providências urgentíssimas”. Como ainda não obtivera resposta, decide enviar mais alguns telegramas, dando conta da agitação e pedindo medidas que normalizassem o trânsito de pessoas e mercadorias.

A resposta de Luciano de Castro veio passado pouco tempo: “Telegrafei ao governador civil explicando proibição de saída de passageiros e mercadorias se limitava a caminho de ferro. Agora telegrafei-lhe autorizando modificações instruções enviadas ontem em harmonia com interesses da cidade sem prejuízo saúde pública”.

¹³⁸ *O Comércio do Porto* de 29 de agosto de 1899.

¹³⁹ *O Comércio do Porto* de 26 de agosto de 1899

Depois de alguns vivas e de promessas de lutar “contra a bala e contra a fome”, os burgueses decidem dirigir-se para o governo civil, para saudar Pina Callado que, perante a ordem de cerco militar, tinha decidido apresentar a sua demissão. Uma exoneração que o governo não tinha aceite, pelo que o governador civil continuava a exercer as suas funções – o que, aliás, nunca deixará de fazer. Com mais promessas de razoabilidade nas medidas sanitárias, os comerciantes acabarão por sair satisfeitos com as explicações.

Daí a quatro dias, vão estar novamente na câmara para mais uma troca de telegramas com o presidente do conselho que se refugia nas decisões da Junta de Saúde e espera indicações de uma comissão de médicos que entretanto tinha sido enviada para a cidade - constituída por Virgílio Poiares, Daniel de Matos e Câmara Pestana. Um diálogo de surdos sem resultados significativos que levará a cidade a empreender outras medidas de protesto mas que não deixava de suscitar a crítica do *Voz Pública*: “As corporações que o Porto representam não procederam com aquela segurança de vistas e aquela firmeza de propósitos que nós estávamos habituados a reconhecer (mesmo em seus desvarios) na burguesia da cidade de que procedemos e para que apelamos. Não houve nada mais pardo, mais pusilânime e mais frouxo. Os presidentes da Associação Comercial e da Câmara Municipal do Porto demonstraram à compita, um embaraço moral que desde que o reconhecessem e avaliassem o alcance da crise económica que o Porto ulteriormente vai sofrer, os deveria conduzir a resignar mandatos com cujo peso no momento não podiam”¹⁴⁰.

É bastante provável que a hipótese do cerco sanitário, que os jornais de Lisboa anunciaram antes dos do Porto, tivesse sido levantada nas reuniões da Junta de Saúde logo no arranque da crise sanitária. A ideia de isolamento era uma prática que vinha da segunda pandemia¹⁴¹ mas que as descobertas de Pasteur, a revolução bacteriológica em marcha e a crença na desinfeção, estavam a tornar obsoletas, pelo menos para uma certa elite médica mais esclarecida.

Myron Echenberg defende que “inicialmente outros grupos de interesse em Lisboa apoiaram o cordão, em parte pelos seus próprios medos e pela determinação do governo espanhol de fechar a sua fronteira com Portugal a não ser que Lisboa tomasse medidas radicais”¹⁴². Isso mesmo defendia a imprensa de Espanha e de França que tinha acompanhado o assunto desde o primeiro momento da declaração da peste, em tom crítico

¹⁴⁰ *Voz Pública* de 27 de agosto de 1899.

¹⁴¹ DEDET, Jean Pierre, *ob. cit.*, p. 196.

¹⁴² ECHENBERG, Myron, *ob. cit.*, p. 116 e 117.

relativamente à atuação das autoridades portuguesas. A 22 de agosto, o *La Época* insistia que os países precisavam de “sacudir o governo português da sua apatia” insistindo num “indispensável cordão sanitário” em redor do Porto.

Essa influência da imprensa estrangeira seria aliás assinalada pelo *Comércio do Porto*, a 7 de setembro, como tendo tido peso na decisão do governo português. Segundo o diário portuense, o jornal *Le Temps* defendia que “o governo de Lisboa tem neste momento um mandato europeu [...] é preciso expor ao inimigo uma barreira inexpugnável, um cordão sanitário tão solidamente organizado que o bacilo não possa fugir dali e espalhar os seus germes mortíferos por todo o nosso ocidente”. E concluía: “Foi o golpe de misericórdia ao tino e á prudência do Governo e dos seus órgãos”.

De notar ainda que, embora com notícias contraditórias, a posição espanhola só ao de leve surge na imprensa portuense, que dedicava (nomeadamente no *CP* e no *JN*), um espaço assinalável ao noticiário internacional. A isso não será estranho o facto das notícias referenciadas sobre a peste invariavelmente serem as que alinhavam com as posições de contestação do Porto. A 22, por exemplo, o *Comércio* assinala que “os jornais de Madrid já começaram a dar informações acerca do estado sanitário do Porto, sem os exageros dos primeiros dias”. Mas na mesma edição, na peça do correspondente de Lisboa datada de 21 de setembro, refere-se: “Doe-nos deveras que as nações estrangeiras estejam adotando, nesta conjuntura, medidas do mais excessivo rigor contra as procedências de Portugal” e, mais adiante, “todas as nações se fecharam a sete chaves, enquanto não preparam o seus lazaretos fronteiriços”. Os espanhóis chegam a enviar, em setembro, um navio ao Porto, o *General Valdês*, para repatriar os seus compatriotas.

Parece assim sustentável que a pressão de outros países europeus terá levado o governo a radicalizar a sua ação, mas é também importante perceber que a ideia de quarentena, de cerco sanitário, era dominante na posição portuguesa em congressos internacionais sanitários e Portugal havia aplicado essa medida recentemente em relação a Espanha, aquando da epidemia de cólera de 1884. Na altura, como recorda Maria Rito Lino Garnel, “o governo ordenou o cordão sanitário do país, que foi mantido pelo exército durante os dois anos de ameaça; exigiram-se passaportes sanitários e improvisaram-se lazaretos junto das fronteiras

com Espanha”¹⁴³. Miguel Bombarda e o jovem Ricardo Jorge, refere, surgiram como vozes críticas, “por razões puramente científicas”.

Segundo a mesma autora, entre os países representados nas conferências internacionais sanitárias para debater a cólera, “poder-se-iam apontar dois tipos extremos de posição: os países que, no combate às doenças contagiosas e sobretudo em relação à cólera, perfilharam políticas de quarentena de pessoas e bens; e aqueles que, na mesma luta, optaram por centrar os esforços no saneamento das cidades e habitações”.

As duas posições não eram incompatíveis e os progressos da ciência e a necessidade de simplificar as ligações marítimas, foram fazendo, ao longo do século XIX, com que as posições inglesas e alemãs, menos favoráveis às quarentenas, ganhassem terreno às posições mais defensivas dos franceses e espanhóis. Portugal normalmente alinhou com estes últimos, como o fez em 1874, na III Conferência Sanitária Internacional de Viena, até “porque entendia que cada país tinha o direito de impor as medidas sanitárias que melhor lhes conviesse”¹⁴⁴. A conferência que rejeitou os cordões sanitários “como impraticáveis e consequentemente inúteis”, por 13 votos a favor, quatro contra (França, Grécia, Portugal e Sérvia) e duas abstenções¹⁴⁵, também acabou por votar regulamentos que, na essência, mantinham o *status quo*.

Portugal foi defendendo as mesmas posições até à conferência de 1893, a última sobre a cólera, e esta reserva de autonomia permitiu-lhe sempre nunca assimilar recomendações que, aliás, ainda estavam longe de ser estabelecidas como direito internacional. Como assinala Maria Rito Lino Garnel, “ainda que as elites médicas portuguesas tenham estado sempre atentas aos avanços da nascente bacteriologia, as medidas tomadas na profilaxia da moléstia indiana só começaram a mudar nos inícios do século XX. As autoridades e as populações pareciam confiar mais em quarentenas, cordões sanitários, lazaretos e desinfecções de mercadorias”¹⁴⁶.

A última grande cimeira antes da peste do Porto de 1899, decorreu em Veneza, em 1897, estando Portugal representado por Sousa Martins e dela não resultou nenhuma significativa

¹⁴³ GARNEL, Maria Rita Lino (2009) - *Portugal e as conferências sanitárias internacionais (Em torno das epidemias oitocentistas de cholera-morbus)*. Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, pp. 237 e 238.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 244.

¹⁴⁵ HOWARD-JONES, Norman (1975) - *The scientific background of the International Sanitary Conferences 1851-1938*. Genebra: Organização Mundial de Saúde, p. 39.

¹⁴⁶ GARNEL, Maria Rita Lino, *ob. cit.* p. 237.

mudança para a posição portuguesa. De registrar o consenso científico em torno da peste, da sua origem microbiológica e provir do organismo identificado por Yersin, em 1894. “A suscetibilidade de ratazanas, ratos e [outros] pequenos roedores é genericamente reconhecida”¹⁴⁷, apesar de não existir ainda nenhum reconhecimento do papel da pulga como vetor na transmissão da doença.

As conferências sanitárias internacionais em que Portugal participou acabariam por ser um dos argumentos utilizados nos jornais¹⁴⁸ e na praça pública, para contestar a decisão do governo, chegando a Associação Comercial do Porto a aprovar uma moção em que pedia a ratificação da Convenção de Veneza¹⁴⁹. Ainda o cordão não passava de um rumor, e o *Comércio* publicava um artigo intitulado “A peste bubónica na conferência de Veneza” para lembrar que o delegado inglês relatou “que três casos de peste bubónica se tinham dado na Inglaterra, por importação”, mas que “sem recorrer a medidas quarentenárias, e com o único auxílio dos meios profiláticos que a ciência aconselha, tinha conseguido não só evitar o desenvolvimento da doença, como ainda curar aquelas três pessoas atacadas”¹⁵⁰.

Para defender a sua decisão de estabelecer o cordão, o governo vai refugiar-se no carácter científico da Junta Consultiva de Saúde Pública¹⁵¹, o que não o livra de nos jornais os articulistas lembrarem o carácter não imperativo das decisões daquele órgão. Como faz, entre outros, Sampaio Bruno, a 20 de agosto referindo que “não pertence só aos médicos a resolução do instante e gravíssimo problema [...] o estadista precisa, esse, de examinar se tais medidas não irão lesar outros gravíssimos interesses, cujo ataque constitua perigo igual, se não maior do que a peste, para a vida do país que ele administra e governa”.

A Junta de Saúde também passa a ser um alvo constante da opinião publicada, com o CP a abrir hostilidades num artigo de abertura do jornal com o título “A condenação da Junta de Saúde”. Nele, argumenta, ponto a ponto, que as posições daquele órgão contrariam o estabelecido na Conferência Sanitária de Veneza¹⁵².

¹⁴⁷ HOWARD-JONES, Norman, *ob. cit.*, p.79.

¹⁴⁸ *O Comércio do Porto* de 24 de agosto, *Voz Pública* de 26 de agosto e *Jornal de Notícias* de 31 de agosto de 1899.

¹⁴⁹ *O Comércio do Porto* de 19 de novembro de 1899.

¹⁵⁰ *O Comércio do Porto* de 13 de agosto de 1899.

¹⁵¹ *O Comércio do Porto* de 25 de agosto de 1899.

¹⁵² *O Comércio do Porto* de 2 de setembro de 1899.

Sampaio Bruno, no *Voz Pública*, vai também repescar a resolução de 1897, que considerava as quarentenas terrestres “inúteis”, num artigo¹⁵³ em que lembra que, em 1857, durante um surto de febre-amarela em Lisboa, apesar da cidade de Santarém pretender “ ser defendida da epidemia por alguma espécie de cordão sanitário ou lazareto [...] o conselho extraordinário de saúde pública do reino, criado por decreto de 29 de setembro daquele ano, reputou essa providência como inteiramente inadmissível”.

Miguel Bombarda regressa também ao debate público, citado pelo *Comércio do Porto*, com a opinião “fundada e apoiada nas mais ponderosas autoridades estrangeiras, nas resoluções dos congressos de Veneza, Dresden, Roma e Viena, seguidas e acatadas por todas as nações, ficou assente não só a ineficiência dos cordões sanitários e consequentes lazaretos, mas o perigo deles, a sua influência nefasta na disseminação das epidemias”¹⁵⁴. E citado a partir da *Medicina Contemporânea*: “Os cordões sanitários não são já do nosso tempo, nem pelas cidades que se isolam e em nome da humanidade, nem pelas regiões vizinhas e em nome da prudência. Um cordão sanitário não é nunca intransitável e tem, ainda por cima, o funesto defeito de dar uma segurança ilusória e que não pode senão enfraquecer a convicção com que se executam as verdadeiras providências de defesa, a revisão e a inspeção sanitárias...”¹⁵⁵

A juntar aos argumentos esgrimidos do ataque de Lisboa com interesses comerciais e do caráter “benigno” da doença, a imprensa acrescenta assim também o da falta de validade científica para o cordão sanitário, e mesmo de qualquer utilidade: “Durante perto de três meses de livre deslocação, de natural movimento pessoal e mercantil, desde o dia em que foi oficialmente reconhecido [...] o primeiro caso [...], não houve a não ser o caso de Barcelos [...] nem demonstração alguma de que a epidemia resistisse aos meios com que policialmente e higienicamente a combatiam, e de que se mostrasse rebelde a ser localizada.”¹⁵⁶

No dia seguinte à publicação do decreto, o *Comércio do Porto* publica a única referência direta que encontramos na imprensa da opinião de Ricardo Jorge sobre o cordão sanitário: “É uma medida que hoje nenhum país partilha, a não ser os da península, uma medida que o próprio médico municipal o snr. dr. Ricardo Jorge, reprova *in limine*. São dele estas palavras

¹⁵³ *Voz Pública* de 22 de agosto de 1899.

¹⁵⁴ *O Comércio do Porto* de 5 de setembro 1897.

¹⁵⁵ *O Comércio do Porto* de 29 de agosto de 1899.

¹⁵⁶ *O Comércio do Porto* de 29 de agosto de 1899.

concludentes que ontem ouvimos: ‘O estabelecimento de cordão sanitário é um disparate máximo, tanto mais que a peste bubónica acha-se já em diversas localidades do país. O cordão servira para aqui nos devorarmos uns aos outros’”.¹⁵⁷

A inexistência de outras referências nos jornais, relativas às suas posições públicas, bem como o facto de nem nos seus relatórios enviados ao governo civil – onde constam críticas a médicos, à “selvajaria popular” e à imprensa – nem no livro publicado em outubro de 1899, se registarem quaisquer críticas à medida, levam a afirmar que Ricardo Jorge terá optado por não ter, ao contrário de outros seus colegas, um papel ativo na contestação. Mesmo para tornar públicos alguns dos seus trabalhos sobre a peste, como o relatório de 28 de julho, Ricardo Jorge parece preferir a descrição das páginas da *Gazeta Médica do Porto*.¹⁵⁸

De qualquer forma, da sua discordância com a medida terá dado posteriormente conta num relatório enviado à Câmara Municipal e citado por Carlos Ramalhão, numa homenagem à memória de Ricardo Jorge, na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, em 1960¹⁵⁹:

“O sequestro dum centro industrial, como é o Porto, traz fatalmente consigo uma funesta consequência. O cordão criou de chofre uma crise económica e social verdadeiramente temerosa... Cidade porca na rua e em casa, mobilize-se um exército não para sitiá-la, mas para limpá-la. [...] Ainda aqui o odiado cordão veio prestar o pior dos serviços, assanhou novamente a negação da peste, contrariou todos os serviços profiláticos internos que, a manter-se este deprimente estado moral, dentro em pouco se tornarão impossíveis.”¹⁶⁰

O cordão apesar de se manter até vésperas do Natal de 1899, será objeto de objeções de uma delegação médica enviada pelo governo e de condenação pela Sociedade de Medicina e Cirurgia do Porto e de Lisboa,¹⁶¹.

¹⁵⁷ *O Comércio do Porto* de 24 de agosto de 1899.

¹⁵⁸ *Jornal de Notícias* de 12 de setembro de 1899.

¹⁵⁹ MONTEIRO, Bruno, *ob. cit.*, p. 47.

¹⁶⁰ Um resumo extenso deste relatório será publicado pelo *Voz Pública* de 14 de setembro 1899 e uma versão curta e truncada, no *Comércio do Porto*.

¹⁶¹ *Jornal de Notícias* de 26 de agosto e *O Comércio do Porto* de 13 de setembro de 1899.

7. O ar, os ratos e as pulgas

- O saber médico e as terapias aplicadas à peste

As diversas delegações médicas enviadas ao Porto para observar o fenómeno da peste também não foram, por regra, avaras a concordar com o diagnóstico de condenação do cordão sanitário, considerando, por exemplo Edouard Métin que ele, de certa forma, “tinha favorecido a progressão da epidemia”, por tornar a cidade mais pobre. Uma cidade que situando-se na Europa, com condições climatéricas similares às dos seus países e com uma epidemia de peste, se tornava um chamariz irresistível para os institutos médicos e para os governos, ávidos de observar os métodos de combate e testar os seus novos soros e vacinas.

Vieram delegações de Espanha, Alemanha, Rússia, Itália, Noruega, Estados Unidos da América e Inglaterra. Entre os médicos destacavam-se o enviado do Instituto Pasteur, Albert Calmette, a quem se deverão os trabalhos que, em 1925, ajudariam a criar a vacina contra a tuberculose (BCG – Bacile Calmette-Guérine), e Jaime Férran, do Laboratório Municipal de Microbiologia de Barcelona, que, em 1895, havia desenvolvido a primeira vacina contra a cólera.

Ambos se declaram publicamente contrários ao isolamento do Porto, mas com Albert Calmette, que “encolhe desdenhosamente os ombros quando se lhe fala desse círculo de baionetas que nos estrangula”¹⁶², a cidade desenvolverá uma relação de amor-ódio. Primeiro acolheu-o com satisfação, especialmente a partir do momento que Madame Calmette decidiu viajar até ao Porto, numa prova de normalidade, não se esquivando a visitar os doentes¹⁶³. Quando o casal decidiu partir, no final de setembro, uma comissão de notáveis, representando as três mais importantes associações da cidade foi visitar a Mme Calmette para lhe entregar uma prenda “prova da admiração pela corajosa resolução”. No Grande

¹⁶² *Jornal de Notícias* de 7 de setembro de 1899.

¹⁶³ *Jornal de Notícias* de 16 de setembro de 1899.

Hotel de Paris presentaram-na com “uma pulseira de contas antigas de ouro” e uma coroa de flores de 1,30 metros de circunferência¹⁶⁴.

Mas a relação azedou quando, de volta ao seu país, o médico fez uma análise dura das deficientes condições de vida na cidade e do facto de muitos portuenses se esquivarem ao tratamento médico. Paralelamente, defendia que com uma luta eficaz, empregando os novos meios bacteriológicos não havia nada a temer. O retrato era justo, mas também é preciso não esquecer que, à beira de abrir a Grande Exposição Universal de 1900, os franceses tinham todo o interesse em não criar uma onda internacional de medo que dificultasse as viagens. Os burgueses do Porto não perdoaram e as críticas multiplicaram-se, nomeadamente através de uma carta de protesto da Associação Industrial Portuense¹⁶⁵ e com os jornais a considerar que Calmette tinha vindo ao Porto “fazer o seu negócio”¹⁶⁶.

A imprensa foi registando os passos destas delegações médicas estrangeiras, que normalmente incluíam a visita aos internados no Hospital da Misericórdia e no do Bonfim, as entrevistas com Ricardo Jorge, mas também as visitas às habitações e aos moradores sujeitos ao isolamento sanitário, medida com a qual alguns discordaram.

Tal como fez Calmette, o juízo mais severo acabava por ser para com as condições de vida das classes mais desfavorecidas que, como notam, é quem verdadeiramente sofre o flagelo da peste. O dispositivo sanitário não é convincente, mas um hospital como o do Senhor do Bonfim (hoje Joaquim Urbano) com os seus pavilhões bem separados, erguidos sobre estacas de madeira, construído numa área elevada e isolada da cidade, recolhe elogios¹⁶⁷.

É genericamente essa a apreciação que o *CP* publica, a 5 de outubro, de Arthur Shadwell, o enviado britânico, que “tece merecidos elogios ao dr. Ricardo Jorge, frisando a sua muita competência e energia (is most capable). Achou muito bom o posto de desinfeção. O hospital de isolamento (o de Bonfim), diz estar admiravelmente situado e perfeitamente adequado ao fim que se destina”. Mas o médico, que era dos que não tinham a certeza do carácter importado da doença, tece críticas ao cordão e às condições “deploráveis” da cidade.

¹⁶⁴ *Jornal de Notícias* de 26 de setembro de 1899.

¹⁶⁵ *Jornal de Notícias* de 21 de outubro de 1899.

¹⁶⁶ *Voz Pública* de 5 de novembro de 1899.

¹⁶⁷ *O Comércio do Porto* de 3, de 17 de setembro e de 3 de outubro de 1899-

Note-se este retrato vivo das condições das casas na Fonte Taurina deixado por Shadwell, no ensaio que dedicou à peste no Porto:

“Devido à altura das casas e à sinuosidade das estreitas ruas que as separam, não há ventilação e há muito pouca luz. As casas são costas com costas, por isso os quartos nas traseiras são desprovidas de ambas. Fui a uma onde me mostraram o quarto das traseiras. Não tinha mais nenhuma abertura para além da porta e mesmo quando ela estava aberta, estava escuro como breu ao meio dia de um sol arrasante. O meu guia – um tipo que encontrei na rua – tinha que acender fósforos para me mostrar o caminho. Encontrei um apartamento de 3,5 por 2,5 metros; tinha só dois objetos, uma retrete num canto, usada pelas pessoas da casa, e uma cama onde um homem dormia todas as noites. As divisórias são húmidas, podres e partidas, uma delas com um grande buraco. Nesta casa deram-se cinco casos de peste”¹⁶⁸.

Não foram só visitas de observação que normalmente deram lugar à publicação posterior de trabalhos, mas, também de envolvimento ativo no combate à doença, nomeadamente através da administração de soros, nesse laboratório à porta de casa que era a cidade empestada. Um envolvimento que os levaria também a ser alvos da revolta popular contra os mensageiros da desgraça. O episódio mais grave ocorreu numa visita de vários clínicos ao cemitério do Prado de Repouso para observar alguns cadáveres, quando a carruagem onde viajavam foi apedrejada.

Logo no início de setembro, Ricardo Jorge, em missiva enviada ao governador civil no dia 3, lembra que “começaram a chegar a este laboratório, médicos e bacteriologistas de diferentes procedências cada um com o seu soro e a sua vacina, com desejo que sejam experimentadas nos sãos ou doentes, como meios incomparáveis de prevenção ou tratamento”. Por esse motivo, pede que para “regularizar esta situação para proveito de todos, tanto mais que não é cientificamente justo, nem moralmente lícito, que se apliquem ao homem, produtos de ação desconhecida e por vezes perturbadora”¹⁶⁹.

Propõe a constituição de uma comissão internacional, que analise a administração dos soros, preparados segundo os métodos do laboratório Pasteur ou de Haffkine, embora houvesse muito maior quantidade dos primeiros. A comissão a que ele presidirá, integrou

¹⁶⁸ SHADWELL, Arthur (*sd*) – *The Plague in Oporto in The Nineteenth Century*, , *sl, se*, p. 839.

¹⁶⁹ Arquivo do Governo Civil do Porto MC3081 e MC 3081 A.

outros médicos como Câmara Pestana, Alexander Salimbeni, Jaime Férran, Vinas y Cusi e Albert Calmette, que fica encarregue de redigir o relatório final. No relatório, aprovado a 25 de setembro, os médicos fazem uma análise otimista dos resultados, apesar do curto período de imunidade obtido, considerando que “todas as pessoas habitando um foco contaminado e que se submetem à vacinação preventiva poderiam sem perigo ser autorizadas a circular livremente fora dos cordões sanitários com as medidas usuais de desinfecção”.¹⁷⁰

Se o Porto “foi a primeira cidade onde os clínicos usaram extensivamente soros e a terapia das vacinas em resposta a um surto de peste”¹⁷¹, numa ação protagonizada por alguns dos mais avançados microbiologistas da altura, isso acontecia num meio médico onde o diagnóstico e as terapias ainda eram rudimentares. Se atendermos aos cuidados tomados e aos conselhos médicos publicados nos jornais, as descobertas recentes de cientistas como Yersin, que não eram contestadas, diluíam-se no meio das teorias miasmáticas e contagionistas que durante séculos tinham dominado a discussão em torno das epidemias. O resultado era um emaranhado de saberes onde, no meio de muitos pressupostos errados, era possível encontrar asserções próximas da verdade científica.

A ideia de que era através dos miasmas, ou seja da corrupção do ar por exalações de cadáveres ou outros corpos contaminados, que se propagavam as infeções, dominou o pensamento sobre as epidemias até ao século XVI¹⁷², altura a partir da qual os “contagionistas”, que preconizavam a necessidade de isolar os doentes para evitar o contágio, começaram a disputar o seu terreno. No final do século XIX, estas duas correntes ainda estavam bastante em voga¹⁷³, mas a revolução protagonizada pelo microscópio fazia o seu caminho, para as substituir por paradigmas mais sólidos, baseados na experiência laboratorial e na comprovação científica.

Vale a pena ler alguns extratos de uma entrevista de Guilherme Ennes, membro da Junta Consultiva de Saúde Pública e diretor do posto de desinfecção de Lisboa, que como primeira medida defendia o isolamento dos doentes:

“- V. Exa não faz vacina ativa?”

¹⁷⁰ DIAS, Fernanda da Conceição e ALVES, Emilia Manuela Moreira (1987) - *A peste bubónica no Porto em 1899*, seminário de História de Portugal para a Licenciatura em Ciências Históricas pela Universidade Portucalense. Porto: Universidade Portucalense, p. VIII.

¹⁷¹ ECHENBERG, Myron *ob. cit.*, p. 115.

¹⁷² DEDET, Jean-Pierre, *ob. cit.*, p. 32.

¹⁷³ GARNEL, Maria Rita Lino, *ob. cit.*, p. 233.

- Sob a minha particular responsabilidade apenas o seguinte: desinfetantes intestinais, preparados de quinina e vinho da Madeira” [...]

- Desde já lhe digo, porém, que se deve aplicar no caso presente a doutrina do dr. Koch, com respeito à cólera: ‘Comer tudo cosido e beber tudo fervido’. Por outro lado é conveniente desinfetar as mãos e, especialmente, as unhas na ocasião das refeições. [...] porque está bem averiguado que a peste bubónica se adquire pelas vias digestivas e pela pele. Todo o cuidado, pois, é pouco, com os alimentos que podem ser os transmissores do dos gérmes do mal e com a desinfeção a que acima referi. [...]

- Como se propaga a peste bubónica?

- Por meio dos alimentos, das roupas, de mercadoria, de lama, das botas e dos fatos, dos cadáveres e, sobretudo, por meio das moscas dos percevejos e das pulgas”.¹⁷⁴

Se Guilherme Ennes pode ser aqui descrito como mais próximo dos “contagionistas”, o médico Arantes Pereira, que publicou vários artigos sobre a peste no Comércio do Porto, entre vários conselhos de higiene básica e de alimentação saudável, não se esquece de insistir na necessidade, de acordo com os “miasmistas”, de purificar o ar. Para evitar a peste, escreveu, é necessário “viver em aposentos bem arejados, bem ventilados e ricos em luz, pois que bem diz o colega snr. dr. Gomes da Silva, *além disso há ainda a considerar que o veneno mais seguro para bacilos de qualquer espécie é o oxigénio*”¹⁷⁵. Porém, se a necessidade de um ar “saudável” é uma constante da sua recomendação, o médico também não esquece a de recomendar que se matem os ratos e os insetos.

Muitos médicos que partilham estes conselhos desconfiam ainda da capacidade de diagnóstico laboratorial, como o escreveu Gomes da Silva, o médico vindo de Macau, que se tornará no rosto mais visível da contestação a Ricardo Jorge e também ao cordão sanitário:

“Ainda há poucos dias, um professor de clínica da Escola do Porto dizia aos seus discípulos, por ocasião da abertura do curso:

Está hoje em voga basear-se o diagnóstico de uma doença quase exclusivamente na prova bacteriológica. Ora, o microscópio está longe de ser para

¹⁷⁴ *Jornal de Notícias* de 16 de Agosto de 1899.

¹⁷⁵ *O Comércio do Porto* de 31 de agosto de 1899.

todos de um manejo fácil e seguro; e por outro lado, os dados fornecidos pela observação microscópica podem ser às vezes um poderoso auxiliar do diagnóstico, mas podem muitas vezes induzir em erro deplorável. A observação clínica é, portanto ainda hoje – e creio que será por muito tempo – o mais precioso fanal¹⁷⁶ a guiar-nos no descobrimento da doença.

Eu também assim penso. Nem admira. Já hoje sou *da antiga*.”¹⁷⁷

Não é por isso de admirar que Ricardo Jorge, que tinha montado primeiro laboratório de microbiologia no Porto, encontrasse maior deferência por parte dos clínicos estrangeiros, com quem partilhava saberes, do que aquela que colheu o médico junto de alguns portugueses. Ao governador civil, chegou mesmo a queixar-se dos que lhe sonegavam informação e dos “malévolos que abertamente negam a existência da peste”¹⁷⁸. Por outro lado, não deixou de contar com o apoio das associações de classe e de médicos de prestígio, como Nunes da Ponte, que na *Voz Pública*, a 24 de agosto, afirmava não conhecer “no Porto mãos mais aptas do que aquelas que sustentam nesta ocasião a agulheta da mangueira com que se pretende extinguir o incêndio que continua a espalhar faúlhas”. E lembra, o então presidente do Hospital de Santo António: “Sim, uma mentira pode soprar um motim, mas só a verdade pode desencadear uma revolução”.

A verdade, porém, é que os novos avanços obtidos no combate à doença ainda não se tinham imposto com clareza para serem traduzidos em práticas sanitárias e quando surgiam nos jornais, vinham, na maior parte das vezes, misturados com tantos outros conselhos que lhes acabavam por lhe retirar qualquer impacto.

O extermínio dos ratos apesar de tudo, uma das medidas mais eficazes à altura para limitar o avanço da peste, acabou por ter bastante presença na imprensa, o que nos permite admitir que tenha tido impacto junto da população. Não tanto, certamente, quanto teria mais tarde, durante a campanha contra a peste em São Francisco, em 1907, quando se capturavam 1.200 ratos por dia¹⁷⁹. Mas, afinal, estávamos ainda em 1899, só cinco anos após Yersin ter feito a dupla descoberta do bacilo e do papel do rato na propagação da epidemia¹⁸⁰.

¹⁷⁶ “Fanal” era uma tocha que se acendia na entrada dos portos

¹⁷⁷ SILVA, José Gomes da, *ob. cit.*, p. 178.

¹⁷⁸ Em ofício ao governador civil em 14 e 20 de agosto in Arquivo do Governo Civil do Porto MC3081 e MC 3081 A.

¹⁷⁹ CHASE, Marilyn, *ob. cit.*, p. 163.

¹⁸⁰ AUDOIN-ROUZEAU, Frédéric *ob. cit.*, p. 34.

O que não impede médicos como Arantes Pereira ou Guilherme Ennes de destacar o perigo dos ratos como veículos da doença, mas no meio de conselhos inúteis e de indicações incorretas. Guilherme Ennes chega a referir um elemento que foi importante na descoberta da pulga como vetor da doença por Simond – “as pulgas ao reconhecerem que o cadáver do rato esfria abandonam-no logo e passam para o homem” – mas mistura as formas de propagação da peste: “[Propaga-se] por meio dos alimentos, das roupas, de mercadorias, de lama das botas e dos fatos, dos cadáveres e, sobretudo, por meio dos percevejos e das pulgas. É claro que as pessoas asseadas não têm pulgas nem percevejos em casa.”¹⁸¹

Os jornais publicaram, desde cedo alguns artigos que relacionavam a peste e os ratos e mesmo o papel das pulgas como o faz sucinta e erradamente o *Comércio*, a 17 de agosto, porque atribui a descoberta a Yersin e não a Simond. Antes a 11 de agosto, quando a palavra peste ainda era impronunciável no Porto, noticiava que as medidas contra os roedores já eram prática noutras paragens:

“A junta consultiva da higiene pública em França, com o fim de preservar o território francês da invasão da peste bubónica, ordenou várias providências que estão sendo postas em prática naquele país. Estabelecido que está que os ratos, grandes e pequenos, são agentes ativíssimos na propagação da peste, a junta consultiva tem-se ocupado dos meios práticos de proceder à sua destruição.”

O *Jornal de Notícias*, na véspera de falar abertamente à cidade de peste, publica um texto bem avisado, alegadamente de um leitor:

“Diz-se que a epidemia que ameaça o Porto se comunica por intermédio dos ratos e das pulgas. [...] Ora como não é possível caçar as pulgas proponho que se tente uma grande caça aos ratos, o que já é mais praticável, por estar ao alcance dos donos de casa, das ratoeiras, dos gatos. É uma cruzada mais eficaz do que muitas das cruzadas que reza a história. Guerra aos ratos e às ratazanas de toda a espécie”¹⁸².

O primeiro aviso das autoridades surge pela boca de Ricardo Jorge, a 17 de agosto, noticiado pelos três jornais analisados. Se descontarmos o tempo em que as autoridades optaram por não agir, após a descoberta da peste, a ação do clínico, logo após a declaração

¹⁸¹ *Jornal de Notícias* de 16 de agosto de 1899.

¹⁸² *Jornal de Notícias* de 12 de agosto de 1899.

de epidemia, mostra que ele estava alertado para o papel dos ratos. Confirma nessa altura que os espécimes capturados nos armazéns da Ribeira estavam infetados com o vírus da peste, pelo que “aconselha, o distinto clínico, uma guerra de extermínio daqueles roedores”¹⁸³.

Ricardo Jorge virá a registar mais tarde o papel dos ratos na difusão da peste, mesmo que de uma forma não muito assertiva. A 28 de agosto, na irrupção de um foco na rua da Fábrica, com sete casos, perto da Feira do Pão, que se realizava na altura na Praça de Santa Teresa (hoje Guilherme Gomes Fernandes), regista ali “uma influência pestífera ativa, que ou deriva da sacaria e cereais, ou, mais verosimilmente, dos ratos”¹⁸⁴.

Os avisos do médico municipal seriam repetidos¹⁸⁵, mas só praticamente um mês depois e, ao que tudo indica, depois de tal medida ter sido encetada em Lisboa, é que a Junta de Saúde poria os animais com a cabeça a prémio. 120 réis por cada dúzia. Por ação humana, através da deposição de veneno nos bueiros, ou dizimados pela peste, os cadáveres dos ratos foram aparecendo em grande quantidade no rio, de tal maneira que a pesca na margem direita foi proibida¹⁸⁶, com medo de contágio e até houve quem defendesse que se deveria colocar uma rede na saída do rio da vila para apanhar os animais mortos¹⁸⁷.

Excetuando o cordão sanitário, “as medidas de controlo no Porto, foram indistintas dos procedimentos em todos os portos deste estudo, e igualmente impopulares”, refere Myron Echemberg¹⁸⁸ no seu trabalho sobre as cidades portuárias atingidas pela terceira pandemia. Para além do isolamento dos doentes e de quem com eles tinha tido contacto – por vezes fazendo permanecer famílias inteiras em locais sem condições – praticava-se também a limpeza das habitações, a cargo da brigada municipal, que munida “com uma máquina de desinfeção a vapor, e uma autoclave [...] procedia á desinfeção através dos vapores de formalina e, ainda usava um forno para queimar todo os objetos sem valor”¹⁸⁹.

Havia preocupações que correspondiam à ideia generalizada de higiene, como cair as casa, depois de desinfetar as paredes, que pouco devem ter contribuído para atormentar os ratos ou as pulgas, os verdadeiros agentes da peste. Mas a mania das desinfeções, como seria

¹⁸³ *O Comércio do Porto* de 18 de agosto de 1899.

¹⁸⁴ JORGE, Ricardo, *ob. cit.*, Relatório de 28 de agosto de 1899.

¹⁸⁵ *O Comércio do Porto* de 24, 29 de agosto, 10 de outubro de 1899.

¹⁸⁶ *O Comércio do Porto* de 29 de agosto de 1899.

¹⁸⁷ *Jornal de Notícias* de 5 de setembro de 1899.

¹⁸⁸ ECHEMBERG, Myron *ob. cit.*, p. 113.

¹⁸⁹ DIAS, Fernanda da Conceição e ALVES, Emília Manuela Moreira, *ob. cit.*, p. 77.

natural numa população enfrentando o medo do contágio, acabariam por assaltar pelo menos a parte mais instruída da população de tal forma que o *Voz Pública* chega a falar de “especulação” nos preços dos desinfetantes¹⁹⁰.

O *Comércio* descreve, por exemplo, a forma como um organismo público previne a peste. “Vão se adotando várias medidas de saneamento no edifício dos correios e telégrafos como: desinfecção de todo os empregados logo que entram nas repartições, arejamento das salas e desinfecções constantes em todo os compartimentos”¹⁹¹. Há quem esteja também preocupado com a desinfecção das notas em circulação – “que pode constituir um dos mais fáceis veículos para a propagação da epidemia reinante no Porto, não só a toda a cidade mas também a todo o país”¹⁹² – e quem proponha que se troquem todas as notas por metal¹⁹³. E os jornais e correspondência só podem circular depois de devidamente expurgados o que não impede um negociante dos Clérigos de ver uma sua carta devolvida ao fim de 16 dias com a palavra “peste” escrita a azul.¹⁹⁴ Por cautela os jornais passam a noticiar que foram desinfetados.

A 29 de agosto, um mês ainda antes de começar a considerar intolerável continuar nas suas funções, Ricardo Jorge, publica seis recomendações a que só o *CP* deu destaque. A primeira era a necessidade de haver verdade: “Negar a existência do mal é a sugestão mais perniciosa que pode incutir-se, é criminoso dar armas ao inimigo, é um atentado contra a segurança pública”. A segunda e terceira tinham a ver com a limpeza individual e doméstica e a desinfecção química das fossas e resíduos, enquanto a quarta referia a necessidade de uma boa alimentação e de uma vida equilibrada. A quinta recomendação era a de “guerra aos ratos”, “atacados pela peste humana” e aos “insetos, especialmente dos parasitas” pois que “as ferroadas dos insetos são tidas por inoculadoras do vírus pestífero”. A última era a da obrigatoriedade de comunicação dos casos de infeção e de colaboração com entidades sanitárias¹⁹⁵.

São as recomendações sensatas para os conhecimentos da altura, mas a voz de Ricardo Jorge, que nunca multiplicou muito os contactos com a imprensa, cada vez se ouviria menos

¹⁹⁰ *Voz Pública* de 19 de agosto de 1899.

¹⁹¹ *O Comércio do Porto* de 20 de agosto de 1899.

¹⁹² O Banco de Portugal comprará autoclaves “para a desinfecção das notas que derem entrada na tesouraria da sede e na Caixa Filial do Porto” relata *O Comércio do Porto* de 29 de agosto de 1899.

¹⁹³ *Jornal de Notícias* de 19 de agosto de 1899.

¹⁹⁴ *Jornal de Notícias* de 6 de setembro de 1899.

¹⁹⁵ *O Comércio do Porto* de 27 de agosto de 1899.

perante o clamor que a cidade iria levantar devido ao cordão sanitário, afinal uma medida que a ciência cada vez mais ia afastando.

8. Depois da peste, a fome

- O impacto do cerco sanitário na vida da cidade

O clamor da peste e do cerco sanitário espalha-se pelo país, retratado nas pequenas notícias que *O Comércio do Porto*, reconhecidamente aquele que tem uma melhor rede de correspondentes, continua a publicar na sua primeira página, ao contrário do que fazem o *JN* ou o *VP*, que, nesta altura, as relegam para segundo plano, quando as publicam.

Percorramos a primeira página de 30 de agosto para ler as “cartas” que chegam da província: Coimbra – “à inspeção sanitária continuam a apresentar-se várias famílias do Porto, todas com excelentes condições de saúde” ; Arcos de Valdevez – “os comerciantes queixam-se que há 15 dias deveriam ter recebido diversos géneros de consumo daí, que lhes fazem absoluta falta, e que não os têm recebido, por daí não deixarem sair tais géneros”; Vila do Conde – “não se imagina o interesse com que aqui são lidos os jornais dessa cidade”; Esposende – “a doença no Porto e as visitas sanitárias são a ordem do dia”; Póvoa do Varzim – “resolveu-se montar numa das dependências de caminho-de-ferro um serviço de desinfecção para passageiros e bagagens vindos dessa cidade ”; Caldas das Taipas – “Vão-se já sentindo por aqui as consequências das medidas sanitárias. Alguns fabricantes já não dão que fazer aos seus trabalhadores”; Entre-os-Rios – “urgentíssima necessidade de todas as providências da autoridade, se não para prevenir aqui a invasão da doença reinante no Porto, ao menos para combater esse flagelo”...

Entre os cuidados sanitários provocados pelo medo do contágio e os problemas de abastecimento de bens provenientes do Porto, ainda é possível ler os correspondentes de Paços Ferreira, Castelo da Maia, Amarante, Alquerubim e Castelo de Paiva e, todos eles, em artigos escritos a 26 de agosto, três dias depois de ter sido decretado o cordão. De Matosinhos, chega o registo preocupado da chegada das tropas que vão estabelecendo o seu

dispositivo, sem atender à perturbação que causam a operários, lavadeiras, pequenos agricultores que fazem as suas vidas no movimento pendular com a grande cidade.

No Porto, as manchetes do *Voz Pública* são as que maior expressão gráfica dão ao sentimento de revolta que grassa na cidade: “O PORTO EM PERIGO! /A miséria e a fome! Abaixo o cordão sanitário!”, a 31 de agosto; “CORDÃO DA FOME /A PENÚRIA / A MISÉRIA”, a 1 de setembro; “CONTRA O PORTO / Ódio e perseguição”, a 2 de setembro e, no dia seguinte, o extenso título a toda a largura, de uma projeção que nunca se veio a confirmar: “O Governo ameaça o Porto! No conselho de ministros o governo resolveu reprimir com severidade qualquer perturbação da ordem pública no Porto. Se for preciso assumirá o governo da cidade o general Palma Velho”.

O Porto era uma cidade sitiada, sem tropas que garantissem a sua defesa. “Principiou há dez dias esse espalhafatoso clamor de medidas sanitárias e não há ainda um serviço que funcione regularmente; não há um plano de medidas sanitárias sensatamente estabelecidas e criteriosamente posto em ação, nenhum benefício foi concedido ao Porto senão este: - cortaram-lhe as comunicações, embargaram o seu comércio, trucidaram-lhe a indústria”, escrevia o *Comércio* a 29, colocando de seguida a imperiosa questão: “Perguntem o que é lícito a cada um de nós fazer; como comerciante para salvar a sua honra; como industrial, para defender a sua fazenda; como chefe de família, para velar pelo futuro dos que lhe são caros. Responde-se hoje, como se respondia há oito dias: “Não sabemos”. Nessa altura o cordão militar está praticamente fechado em torno da cidade¹⁹⁶.

O governador civil, Pina Callado, nomeado pelo governo progressista, ainda apresentara a sua demissão aquando da decisão do estabelecimento do cerco, mas perante a recusa de Lisboa de a aceitar, manter-se-á no seu posto, não se privando de medidas repressivas quer contra a imprensa, quer contra as manifestações populares de revolta.

O presidente da câmara, Lima Júnior, durante esses dias finais de agosto, foi chamado a encabeçar a revolta, animada pelas reuniões das associações industriais e comerciais que respondiam ao apelo dos seus associados e transformavam o pátio central do Palácio da Bolsa no quartel-general do descontentamento. Era o espanto e a fúria de uma cidade que,

¹⁹⁶ *Jornal de Notícias* de 31 de agosto de 1899.

nas palavras do *JN* “nunca, em tempo algum, em circunstância nenhuma” imaginou “que o Porto seria mandado cercar por tropas portuguesas e tornado incomunicável”¹⁹⁷.

No dia 29 de agosto, numerosas pessoas reunidas na Associação Comercial do Porto, “dirigiram-se à secretaria, a fim de na qualidade de sócios, pedirem á direção que, na atual conjuntura gravíssima que o Porto atravessa, tomasse a iniciativa de propor alvitre e de se por à frente de um movimento pacífico que tivesse por objetivo o desafogo da vida comercial e industrial desta cidade”¹⁹⁸.

Daí seguem, com elementos de outras associações, para os passos do concelho, onde são recebidos pelo presidente da câmara, que após um discurso entusiasmado e juras de amor ao Porto, decide telegrafar ao chefe do governo, pedindo compreensão para a situação difícil que a cidade atravessa. A resposta veio pronta, também por telegrama: “Providências sanitárias têm sido propostas pela junta de saúde como indispensáveis. Não posso assumir responsabilidade de as rejeitar ou modificar. Está aí a comissão de médicos encarregada de estudar a situação sanitária e de propor quaisquer providências que considere convenientes para harmonizar os interesses da indústria e comércio com as exigências da saúde pública. Aguardo o seu parecer.”¹⁹⁹

A vinda a 28 de agosto de uma comissão de Lisboa, que integrava os médicos Virgílio Pinares e Daniel Matos, surgiu como uma esperança de que, a curto prazo as medidas do cerco pudessem sofrer algumas alterações. A 30 de agosto, o presidente da Câmara reúne na sede da ACP uma assembleia que contou com representantes das associações mais significativas da cidade – Associação Comercial do Porto, Centro Comercial do Porto, Associação Industrial Portuense, União dos industriais do Norte, Associação de Tecidos de Algodão, Liga dos Lavradores do Douro e Liga Agrária do Norte. Na descrição do *JN*, “pelas 2 horas da tarde, sucedeu a esta quietação um inesperado bulido, pessoas dirigindo-se assoladas para diversos pontos, todos os transeuntes inquirindo o que se ia passar e que ninguém ainda podia dizer”²⁰⁰. A multidão acaba por convergir para o Palácio da Bolsa, enchendo ruas adjacentes.

¹⁹⁷ *Jornal de Notícias* de 30 de agosto de 1899.

¹⁹⁸ *O Comércio do Porto* de 30 de agosto de 1899.

¹⁹⁹ *O Comércio do Porto* de 30 de agosto de 1899

²⁰⁰ *Jornal de Notícias* de 31 de agosto de 1899.

Da reunião, onde se ouviram gritos de “peça-se autonomia do Norte do Mondego!”²⁰¹, sai uma comissão que irá encontrar-se, nesse dia, com os médicos vindos de Lisboa que, entretanto, se multiplicavam em visitas e reuniões. As suas principais preocupações são o fim do cordão sanitário, o restabelecimento de circulação ferroviária sujeita a inspeção e os impedimentos à exportação, por ainda não estar operacional o posto de desinfecção de Leixões²⁰².

A mesma multidão volta ao Palácio da Bolsa no dia seguinte, 31, mas desta vez a polícia e cavalaria municipal intervêm para a dispersar. O governador civil havia avisado, no dia anterior, os órgãos da associação para a proibição de ajuntamentos não autorizados. Os comerciantes protestam que “a polícia nada tinha que fazer ali, nem podia expulsar os sócios da sua própria casa”. Os agentes da ordem fazem cinco presos e nesse dia, sem que haja conhecimento de uma convocatória prévia, muitos dos estabelecimentos comerciais da cidade decidem fechar portas em sinal de luto. No dia seguinte, os estrangeiros içam bandeiras nas suas casas, “para que sejam respeitados no caso de vir a perigar a ordem pública”²⁰³.

Mantém-se a troca de telegramas entre Luciano de Castro e as forças vivas da cidade que, no parecer do *JN* o povo não entende e são “uma comédia torpe”²⁰⁴, por o chefe do governo se refugiar nas resoluções da Junta de Saúde. Em 1 de setembro, sobrevém a desilusão institucional. A comissão dos industriais e comerciantes encarregue de dialogar com os enviados médicos de Lisboa desiste. “A comissão trabalhou, instou. Diante do despotismo com que deparou restava-lhe uma única solução digna: retirar-se. Foi o que fez.”²⁰⁵. Outro tanto ensaiou o presidente da Câmara do Porto. Numa reunião extraordinária a 2 de agosto constata: “a junta médica lisbonense, que veio ao Porto, indicou várias alterações, ao que constava, essas alterações suscitavam dúvidas de Lisboa e o certo é que nada se fez”. Por isso resignava ao lugar de presidente da câmara, de confiança política do governo, mas mantinha-se como vereador. Na prática, acabaria por ser eleito vice-presidente pelos seus pares e continuar a exercer como presidente do município durante o cordão sanitário.

²⁰¹ *Jornal de Notícias* de 30 de agosto de 1899.

²⁰² *Jornal de Notícias* de 1 de setembro de 1899.

²⁰³ *Jornal de Notícias* de 2 de setembro de 1899.

²⁰⁴ *Jornal de Notícias* de 31 de agosto e 1 de setembro de 1899.

²⁰⁵ *O Comércio do Porto* 2 de setembro 1899

A revolta da cidade vai-se manter a nível institucional mas sem grande capacidade de influenciar o decorrer da situação, perante o beco sem saída para que as autoridades públicas do Porto, subordinadas ao poder de Lisboa e às fidelidades partidárias, tinham levado as reclamações da cidade. Os jornais vão continuar a publicar as suas críticas ao carácter da peste, e ao cerco sanitário nos seus diferentes registos. O *Comércio do Porto* é mais contido, deitando mão ao jornalismo económico para demonstrar os prejuízos em que incorria a cidade e o país com o Porto sitiado e elegendo como alvo preferencial a apolítica Junta de Saúde. Mais violento o *Notícias*, atacando o governador, o presidente da câmara, a junta, o governo e até a classe médica. O *Voz Pública* matiza a sua contestação essencialmente política com as suas preocupações em relação à classe operária.

E havia razões para preocupação para aqueles que já eram quem mais sofria com a peste. Como tinha notado Ricardo Jorge no seu relatório de 28 de agosto, num momento em que a peste já entrava nas “salas” mas de forma rara: “A grande maioria dos atacados são gente pobre de má habitação e de má vida. Em casas melhores as vítimas recrutam-se entre os caixeiros e os criados”²⁰⁶. Eram eles agora também os mais atingidos pelo apertar do cerco, quando a seguir ao comércio, que se foi mantendo fechado durante duas semanas, as indústrias começaram a encerrar portas. Era uma forma assumida de protesto, mas era também provocado pela falta de matéria-prima e de forma de escoar os seus produtos, devido às perturbações que o cordão já tinha provocado. A seguir à peste, como tantas vezes os jornais tinham profetizado, vinha a fome.

O dispositivo militar, segundo sucessivas descrições feitas nos jornais, tinha muitas falhas e os seus soldados careciam de condições básicas. “Nem os praças, nem os oficiais tinham agasalho, tendo-lhes valido para minorar as más circunstâncias em que se encontram alguns proprietários e moradores que os receberam com uma fidalguia digna de nota”²⁰⁷, regista o *Comércio* nos primeiros dias de cerco sobre as tropas estacionadas em Bouças, Matosinhos. O *JN* descreve os soldados que “como se tivessem saqueado algum guarda-roupa de teatro andam de botas pretas, botas amarelas, alpercatas, chinelos de liga e até descalços” e regista que têm dormido ao relento²⁰⁸.

²⁰⁶ JORGE, Ricardo, op. cit. Relatório de 8 de agosto de 1899.

²⁰⁷ *O Comércio do Porto* de 31 de agosto de 1899.

²⁰⁸ *Jornal de Notícias* de 3 de setembro de 1899.

Mas pouco importava o tom patético das tropas e a falta de condições que levava alguns a recear que o cordão sanitário se transformasse em “rastilho pestífero”²⁰⁹. As tropas colocadas no terreno, mesmo que o cerco tivesse muitas falhas²¹⁰, representavam uma perturbação para a circulação de mercadorias e pessoas a que os industriais reagiram, comunicando ao governador civil, a 4 de setembro, a sua intenção de encerrar as fábricas.

O governo tentou reagir, deitando dinheiro para cima do problema. Esboça a intenção de conceder empréstimos aos industriais necessitados, mas estes recusaram a tentativa que classificam de “suborno”²¹¹. Por seu lado, o governador civil tentou conter com algumas medidas, a multidão de esfomeados que se multiplicava, como o numeroso grupo que ao cair da noite de sábado, 3 de setembro, andou pela cidade. “Talvez uns duzentos, pobres e famintos operários, recolhendo num lençol que levavam, seguro pelas pontas, esmolas para ocorrer às mais instantes necessidades de sua subsistência”²¹².

Pina Callado tentou empregar em obras públicas os desempregados, solicitando uma lista de empreendimentos a realizar no município, que elencou a conclusão da estrada da Circunvalação, a avenida da Boavista, com a canalização da ribeira de Aldoar, a abertura de uma avenida que ligasse o tabuleiro superior da ponte Luís I, e a ligação desta ponte à rua de São João²¹³.

Mas a urgência da fome, não podia esperar por obras que, na maior parte dos casos eram da responsabilidade do governo que as tinha lançado, mas não concluído. Os jornais publicavam diariamente, nestes dias de setembro, três listas: a das entradas nos cemitérios, a dos doentes no “Guelas de Pau” - entretanto inaugurado com melhoramentos - e a das empresas que iam fechando, com o número de operários dispensados.

O governo civil começou a distribuir senhas para a compra de géneros e para a Cozinha Económica. Rapidamente estava a distribuir quase 25.000 senhas diariamente²¹⁴. Uma distribuição que acabou por ser mais um motivo de tensão, com a entrega das senhas a ter de passar das associações de classe, para as esquadras de polícia, o que não evitou as cenas de pancadaria de sucederem e que muitas famílias se queixassem de ficar privadas desse abono

²⁰⁹ *O Comércio do Porto* de 1 de setembro de 1899.

²¹⁰ *O Comércio do Porto* assinalava a 12 de setembro, quase um mês depois de decretado o cerco, que as embarcações que navegavam no Douro o faziam sem nenhum obstáculo.

²¹¹ *O Comércio do Porto* de 9 de setembro de 1899.

²¹² *Jornal de Notícias* de 3 de setembro de 1899.

²¹³ *O Comércio do Porto* de 12 de setembro de 1899.

²¹⁴ *O Comércio do Porto* de 12 de setembro de 1899.

²¹⁵. A 09 de setembro uma força de cavalaria teve de ser enviada para o Senhor da Pedra, em Gaia, para evitar que um grupo de operários, em busca de trabalho, rompesse o cordão sanitário²¹⁶.

Foi neste clima de agitação que, a partir da segunda semana de setembro, os jornais começaram a anunciar que o governo e a junta de saúde, entretanto fortemente criticada pela classe médica, se preparavam para aliviar o cordão sanitário. Num decreto aprovado a 13 de setembro²¹⁷, o governo determinava aquilo que a imprensa classificou de “novo regime sanitário” mas que, de facto não tinham muito de novo. Mantinha-se o cordão sanitário “enquanto for considerado indispensável para a defesa sanitária do reino”, mas fazia-se um esforço para tentar organizar as medidas no terreno, nomeadamente em relação à circulação de pessoas e mercadorias, com a promessa de estabelecimento de pontos de controlo ao longo do cerco.

As pessoas só poderiam sair do perímetro pelo caminho-de-ferro e por outros pontos estratégicos “com prévia inspeção médica e desinfecção das suas roupas e bagagens”, sendo que os passageiros dos comboios seriam transportados em “vagões separados com a designação externa da sua procedência”. Todos os viajantes têm de possuir um passaporte sanitário para se apresentarem às autoridades dos destinos que seriam alertados telegraficamente. Criava-se ainda um prémio de 4\$500 réis para quem denunciasse aqueles que se procurassem esquivar à inspeção e determinava-se a instalação de um lazareto, já não na Granja, mas na Formiga, em Ermesinde.

O *Comércio do Porto* assinala, no dia 14, que esses “quarenta e tantos dias, cheios de angústias e de surpresas, acabam de fechar-se com o anúncio de novas e mais sensatas medidas, num ciclo que constitui o primeiro ato desta tragédia em que o Porto tem sido a vítima principal”. Claro que, na edição seguinte, constatava que ainda não tinham sido satisfeitas as principais reivindicações que passavam pela transformação do cordão militar em cordão policial, restabelecimento total dos comboios, maior facilidade na circulação de mercadorias, nomeadamente as alimentares, e na necessidade de um posto de desinfecção em Leixões. Como tinha escrito dois dias antes, “se excluirmos o serviço de desinfecção para certas mercadorias em Campanhã, devemos confessar que as providências verdadeiramente sanitárias dependentes do governo, estão como há um mês, quando se fez a declaração

²¹⁵ *O Comércio do Porto* de 8, 12, 22 setembro e *Jornal de Notícias* de 9 e 22 de setembro de 1899.

²¹⁶ *Jornal de Notícias* de 10 de setembro de 1899.

²¹⁷ *Diário do Governo* n.º 267 de 14 de setembro de 1899.

oficial da existência da peste bubónica no Porto e se espalhou esse alarme, que desnecessariamente levou o pavor, de um a outro extremo do país”.

O novo decreto, segundo o JN²¹⁸, não deixou satisfeitos os industriais e comerciantes, e havia de continuar a suscitar críticas acesas da Sociedade Médica do Porto²¹⁹. O jornal vai-lhe dedicar uma abertura intitulada “A burla” e *O Voz Pública*, em manchete, vai titular na primeira página, “O ÚLTIMO LUDIBRIO! /O Governo iludindo o Porto”²²⁰. Para estes jornais, a atitude do governo será, entre outras razões, atribuível aos sinais de incomodidade que os progressistas do Porto, perante o avizinhar das eleições, marcadas para novembro, faziam chegar a Lisboa. O partido corria o risco de não apresentar candidatos ao parlamento.

Mas assinala-se alguma tentativa de razoabilidade do governo, traduzida, entretanto, na nomeação de um enviado para a cidade, Homem de Vasconcellos, inspetor do lazareto de Lisboa, que funcionará como espécie de “ouvidor” das reclamações da cidade e que mais tarde será nomeado para chefiar os serviços de combate à peste. Simultaneamente, a Junta de Saúde passa a despachar quase diariamente as interrogações que se iam colocando sobre o trânsito de mercadorias e publica uma lista discriminatória das que estavam sujeitas a inspeção²²¹. Aos poucos, a partir do final de setembro vai-se passando de uma situação de bloqueio quase total, para alguma fluidez.

É também provável que o cerco sanitário começasse, lentamente, a entrar numa normalidade burocrática, porque se retirarmos a crítica genérica à sua existência, a partir de meados de outubro as queixas, pelo menos nos jornais, prendem-se mais com abusos e arbitrariedades dos funcionários. As lojas voltam a abrir e, aos poucos, as fábricas também retomam laboração. No início de outubro, começa-se a falar da possibilidade de ele ser levantado, até porque os espanhóis já tinham feito outro tanto em Orense²²². Persistiu durante muito tempo, é certo, o problema de exportação para o Brasil, mas esse não dependia da vontade do governo e com a irrupção da peste nos mares do sul, pelo final do ano, também acabaria por desaparece

²¹⁸ *Jornal de Notícias* de 15 de setembro de 1899.

²¹⁹ *O Comércio do Porto* de 23 de setembro de 1899.

²²⁰ *Jornal de Notícias* e *Voz Pública* de 15 de setembro de 1899.

²²¹ *Jornal de Notícias* de 19 de setembro.

²²² *O Comércio do Porto* de 5 de outubro de 1899.

9. *As némesis* ²²³

- Lisboa por oposição ao Porto e Gomes da Silva a Ricardo Jorge

A cidade que procura a normalidade, continua a ser uma cidade em guerra nos jornais, durante setembro e outubro. Desconfia-se da peste, que continuam a negar, tentando espiolhar os casos relatados no Boletim da Epidemia dos serviços municipais, ou explorando qualquer pequena contradição, nos relatórios médicos. Atacam-se as autoridades pela dureza das medidas ou pela falta de capacidade para sanear a cidade. E ataca-se Lisboa.

O papel da imprensa lisboeta tinha sido diabolizado, desde o início, pelas suas posições em relação à peste no Porto, refletindo também um antagonismo que, muitas vezes, radicava nas disputas partidárias. Mas criticou-se também, em inúmeras ocasiões, por vezes com bastante violência, a ideia de Lisboa, da capital, que expolia o Porto do seu comércio, que tem inveja do seu sucesso e medo da peste, que lhe quer oprimir as liberdades. Cada jornal utilizará os vários argumentos, embora possamos tentar encontrar no discurso crítico escolhas que refletem as características de cada jornal.

Nos alvares da peste, surge na imprensa um discurso genérico de personalização, da capital do ócio e do vício contra a capital do trabalho e da modéstia. Pegue-se nesse texto de 11 de agosto do *Jornal de Notícias*, cruelmente intitulado “O Porto e a morte”, em que ironizando sobre as férias das elites, os “heróis à sombra dos palmares”, e sobre a grandeza dos “interesses psicológicos de veraneio”, se apela para que a “população desgraçada que, de verão ou de inverno, tem de ir roendo e dormitando no arquipélago da miséria que se chama Porto”, fique “ao menos em condições de não perecer pela peste”.

Ou então, leiamos o discurso chocarreiro da coluna humorística “De Raspão”, no mesmo jornal, a 31 de agosto, intitulado “Os ‘miguéis’ da peste”, numa referência ao outro cerco a que Porto fora sujeito pelas tropas miguelistas durante as guerras liberais:

²²³ Némesis era a deusa da justiça retributiva, da vingança, mas o termo também pode é utilizado como sinónimo de inimigo, um uso que provém do desejo que possa ter alguém de exercer vingança contra o seu pior inimigo.

“Tu falas-me da Lisboa imoral, da Lisboa corrupta, da Lisboa devassa - dessa Lisboa infame, adúltera, frascaria, sodomítica que tem na alma pútrida toda a lama fedorenta do Tejo, que tem nas veias o sangue maldito dos ladrões e assassinos dos judeus de D. Manuel?! Lisboa tem sido a nossa pior inimiga. [...] É preciso que tu saibas que Lisboa é e tem sido, não só a ruína do Porto, como a ruína do país inteiro”.

Mas este é o discurso mais popular do *JN*, a roçar a conversa da rua. Já o *Comércio*, refletindo o seu pendor de defensor da atividade económica é nesta tecla que vai bater. Refere que “desde sempre, que a Lisboa cobiçosa viu com maus olhos a evolução da cidade do Porto, evidenciada no seu extraordinário desenvolvimento industrial e comercial”. E que “reflexo de pequenos interesses, de confessadas invejas, de malévolos sentimentos, de ruins paixões”, ela procura agora que “se algeme a cidade laboriosa,”²²⁴. Mas também é um jornal preocupado porque regista em artigo na coluna de abertura, que “assiste-se de olhos fechados ao agravamento da antiga rivalidade entre Lisboa e Porto, provocada por uma campanha de medo em que diariamente somos insultados e assim se deixa perigar a secular unidade nacional”²²⁵.

O *Jornal de Notícias*, mais fanfarrão, privilegia, em repetidos artigos e, normalmente, nos momentos mais acesos da crise, a tónica do “medo” embora não esqueça a “inveja”. Logo a 16 de agosto: “Lisboa tem medo. Faça-se-lhe a vontade e cerque-se o Porto de tropa. Sejam encurralados os pestíferos, entregues à sua sorte, para que a capital não morra de medo e faça o seu negócio sem obstáculos nas praças estrangeiras”. Ou a 23 de agosto:

“Em Lisboa, desde a imprensa até ao público e daí até ao Governo, as manifestações em relação ao Porto obedeceram desde o principio a dois móveis, qual deles o mais desonroso para a capital do reino - o medo e o egoísmo. Medo da peste, egoísmo pelos interesses materiais feridos. (...) Não sentiu ainda um impulso de fraternidade, da natural bondade que distinguem as manifestações nacionais. Não! Tratou de proteger a sua saúde e a sua bolsa!”

E ainda a 31 do mesmo mês:

²²⁴ *O Comércio do Porto* de 30 de agosto e de 1 e 2 de setembro 1899.

²²⁵ *O Comércio do Porto* de 7 de setembro de 1899.

“E havemos nós, cidadãos do Porto, de cruzar pacificamente os braços, nós, que estamos infamemente defraudados nos direitos que ninguém nos pode roubar, só para que Lisboa acabe de ter medo, e de tremer quanto lhe aprouver e para que os negociantes da capital invadam impunemente e escandalosamente o mercado, conquistado pelo comércio e pela indústria desta cidade!”

O *Voz Pública*, mantendo-se fiel aos seus pergaminhos republicanos, afirma que “desde o dia 31 de janeiro de 1891 que o Porto é odiado nas altas esferas políticas”. Desde essa altura, “o Porto foi votado às feras como uma cidade maldita”²²⁶. E recuam também ao tempo de D. Miguel para falar dos “miguelistas de Lisboa” com sarcasmo: “Pouco importa que o Porto sucumba de peste, fome e guerra interior – uma vez que nós outros, burocratas da Arcada, pagos principalmente pelas contribuições do Porto, nos esquivemos à possibilidade de um contágio, flanando da Avenida até ao Chiado”²²⁷.

Ataca a imprensa de Lisboa, para afirmar que o que se vive com o cerco à cidade, “já não é a revivescência de antigas birras regionalistas, de invejosos, do tempo em que invejosos, não podiam ver o Porto, pela sua importância, pela sua atividade, pela sua preponderância na vida e na atividade nacional”. “Agora vai mais longe a mira, vai mais longe o ataque. É o ódio, é perseguição, é o encarniçamento. O Porto faz-lhe sombra e faz-lhe porque é a terra das liberdades, das lutas das revoltas, é o génio desses lisboetas de mão esquerda, por temperamento e por amolecimento e relaxe de costumes viscoso, é indigno, é covarde...”, acrescenta.²²⁸

Do outro lado, está invariavelmente um Porto trabalhador, corajoso, generoso com Lisboa nas crises da cólera de 1894 ou na crise da febre-amarela em 1857²²⁹. Mas esse é o discurso de exaltação, porque no discurso do dia-a-dia o que sobressai é o Porto “vítima” das medidas sanitárias, “ferido de morte”, “sofrendo”, o Porto “vergado ao peso da insânia e espezinhado por nefando despotismo”. “Começa a compreender-se por esse país fora que o Porto não é uma cidade de empestados, é uma cidade de vitimados”²³⁰. A cidade enaltecida nos jornais não consegue, afinal, fazer vencer as suas reivindicações, e descobre os seus

²²⁶ *Voz Pública* de 1 de outubro de 1899.

²²⁷ *Voz Pública* de 24 de agosto de 1899.

²²⁸ *Voz Pública* de 2 de setembro de 1899.

²²⁹ *Comércio do Porto* de 15 de setembro de 1899.

²³⁰ *Comércio do Porto* de 3 de setembro de 1899.

representantes políticos cúmplices do poder central. Uma cidade que se julga, “na sua silenciosa resignação, um alto exemplo de civismo de que muitos não o julgavam capaz”.²³¹

Para memória futura, fica a aguardar um ajuste de contas, contra Lisboa, a sua némesis, numa promessa que facilmente pode ser confundida com um sinal de impotência. “Entre a capital do país e primeira cidade do Norte ficará existindo o abismo que a primeira cavou [...] A medida decretada pelo governo recebemo-la com o nosso mais profundo desprezo e embora ele conte com a ação do tempo, que tudo apaga, o Porto saberá guardar a lembrança da afronta que lhe fizeram”.²³²

Podemos ver aqui a emanação, como definiu Gaspar Pereira e Maria do Carmo Serém, de como “o isolamento acrescentava ressentimento a uma mentalidade já de si masoquista, que se desenvolvera com o ultrarromantismo”²³³. Como fica bem patente numa peça de abertura do *Comércio do Porto*, intitulada “Invicta”, quando a crise parece já ter passado os seus momentos de maior exaltação:

“O Porto viu que durante muito tempo, foi a vítima imolada aos caprichos e ao atraso científico da junta consultiva de saúde pública, lamentando que os poderes públicos, fazendo valer, como se sabe fizeram, as suas instâncias junto dessas corporações, não tivessem coragem para desde logo por de parte pareceres incongruentes que o bem do Estado mandava condenar.

E o Porto, que nos momentos de opressão não tinha alentos senão para o luto, senão para clamar que não trucidassem a sua atividade, senão para reagir diante de violências sem nome – esse mesmo Porto, nobre e generoso, mede hoje o alcance dos males que desnecessariamente descarregaram sobre a sua cabeça”²³⁴.

Desencantado, este Porto não deixou, durante a peste, de procurar aliados para a sua causa e acabou por criar um contra Lisboa e escolher outro, que também seria contra Lisboa, mas que foi especialmente um aliado contra Ricardo Jorge e contra as medidas sanitárias.

O primeiro destes aliados foi o Norte, que se ia manifestando através das mensagens de solidariedade que chegavam da província. Vendo que afinal, ao contrário dos primeiros receios, não ocorriam casos de peste nos seus territórios, a província sofria com o Porto, os

²³¹ *Comércio do Porto* de 15 de setembro de 1899.

²³² *Jornal de Notícias* de 23 de agosto de 1899.

²³³ PEREIRA, Gaspar Martins e SERÉN, Maria do Carmo, *ob. cit.*, p. 513.

²³⁴ *O Comércio do Porto* 12 de novembro de 1899.

prejuízos provocados na atividade económica do seu posto de abastecimento e de escoamento natural. Não passavam, na maior parte das vezes, de mensagens de associações comerciais e industriais ou de referências a artigos de jornais locais, que subscreviam as posições do Porto, mas serviu para, ao longo de setembro, os jornais irem falando do “partido do norte”,²³⁵ por oposição a Lisboa e ao governo.

“Não estamos sós”, exultava o *Voz Pública* a 6 de setembro, enquanto o *Comércio*, no dia seguinte, afirma que “os povos do Norte vão conhecendo que foram logrados”. É o jornal que mais vai insistir no tema, afirmando que “chegou o momento em que a causa do Porto se identificou moral e economicamente com a das províncias do norte”. E acrescenta: “Separar a causa do Porto da do norte seria ferir o coração deixando intacto o organismo - é impossível.”²³⁶ Para o jornal dos comerciantes, “o Porto reconheceu, pois nas horas desta crise angustiada, que é, efetivamente a capital do norte (...) essa posição (...) carece de uma vigilância também constante e acurada, para não perder a posição dominante que o seu levantado esforço alcançou”²³⁷.

Para o *JN* “devem estar contentes os ministros que nos governam”. “Perdida para sempre a simpatia que ainda lhes votava o Porto, o falso pedestal em que firmavam vai ruindo dia a dia por todo o Norte!”²³⁸. E no *Voz Pública* há quem assuma vontade de concretizar toda essa a insatisfação: “O partido progressista nasceu no Porto e nasceu de um movimento popular contra um governo opressor. Com muita mais razão agora pode deste novo movimento – um movimento de sagrada indignação contra um partido que falseou mais uma vez as suas tradições de liberdade – sair um partido.”²³⁹

O Norte como aliado acabaria por desaparecer com o fim das mensagens de solidariedade e com a entrada de um outro aliado em cena, desta feita vindo do Oriente, o coronel José Gomes da Silva. Médico de carreira do exército, habituado ao exercício de cargos públicos – caso da presidência da Câmara de Díli ou da reitoria da Universidade de Macau – chegaria ao Porto com a experiência de ter lidado com a peste em Macau, onde estava colocado, colónia onde a epidemia tinha chegado em 1895.

²³⁵ *Voz Pública* de 14 de setembro de 1899.

²³⁶ *Comércio do Porto* de 12 de setembro de 1899.

²³⁷ *Comércio do Porto* de 17 de setembro de 1899.

²³⁸ *Jornal de Notícias* de 9 de setembro de 1899.

²³⁹ *Voz Pública* de 14 de setembro de 1899.

A sua saída de Macau, onde era o chefe do serviço de saúde, alegadamente para tratar uma bronquite, é logo assinalada pelo *VP*, a 10 de agosto, e quando chega a Lisboa, no início de outubro é entrevistado pelo *Século* e as suas declarações reproduzidas no *CP*. Afirmava ainda nada saber ao certo do Porto, mas avança a sua receita: “Ar, muito ar, uma boa alimentação, e não haja medo de morrer de fatal doença. Assim, eu a tenho debelado em Macau e ali a peste não é como a do Porto, que é uma brincadeira ao pé dela.”²⁴⁰

O *Comércio do Porto*, de quem Gomes da Silva era correspondente, assinala a sua estadia em Espinho com um extensa biografia e o *JN* publica uma primeira entrevista com ele a 14 de outubro. Nela o clínico, que ainda não visitara o Porto, avança a hipótese de a peste que ataca a cidade não ser a “autêntica”, antes uma variante mais “benigna” – um termo aliás que empregue frequentemente para referir o carácter mais “brando” da epidemia que ocorria no Porto. Afirmava a sua crença na capacidade curativa dos soros do Instituto Pasteur, que experimentara com bons resultados numa escala muito pequena, mas rejeita com vigor a ideia da vacinação.

As palavras de Gomes da Silva parecem ter sido o lenitivo que a cidade procurava, pois é o próprio médico, entrevistado no dia seguinte pelo *Notícias*, que afirma que se fez em torno das suas declarações “um reclamo, um aparato” que ele não deseja. Entretanto, visitara doentes no Hospital do Bonfim, e apesar de declarar só pretender fazer o seu juízo “quando julgar oportuno”, acaba por dar uma extensa entrevista. Nela reafirma que, “pela sua benignidade”, acredita tratar-se esta de “uma peste típica, com o carácter da endemia e, portanto, sem os traços devastadores que costuma fazer na China”²⁴¹.

O *JN*, mais do que qualquer outro jornal tinha encontrado o seu campeão, a confirmação “científica” de que a peste do Porto não era uma ameaça que justificasse um cordão sanitário. O *Voz Pública* nunca lhe dedicou a mesma atenção, mantendo uma atitude de respeito para com Ricardo Jorge, e o *Comércio*, durante esse mês de outubro, parece guardar alguma atitude de reserva, porventura devido à restritiva legislação de imprensa entretanto publicada, mas não deixará de dar o seu apoio ao médico vindo de Macau.

É que se no terreno, o governo mantinha um dispositivo repressivo, não se abstinha de o usar também contra a imprensa²⁴². A 4 de outubro aprova legislação específica²⁴³ para a

²⁴⁰ *Jornal de Notícias* de 3 de outubro de 1899.

²⁴¹ *Jornal de Notícias* de 15 de outubro de 1899.

²⁴² Os telegramas para os jornais de Lisboa também são objeto de censura, sofrendo “consideráveis cortes” queixa-se o *Jornal de Notícias* a 7 de setembro.

questão da imprensa e da peste no Porto. Do prólogo: “Indispensável e urgente que tenham pronta repressão os desmandos da imprensa periódica, que, negando a existência da epidemia de peste bubónica na cidade do Porto, e a oportunidade das providências adotadas para a debelar, desacatando as autoridades públicas e injuriando os seus agentes, conscientemente falseia a sua missão e principalmente concorre para o descrédito e malogro da defesa da saúde pública”. As publicações ficam a estar ameaçadas de suspensão direta pelo governador civil se “tentarem incutir no espírito público a convicção de que não é peste bubónica a epidemia ali existente” ou se por semelhante motivo censurarem as providências de defesa sanitária contra a dita moléstia”.

O diploma, numa alínea final, excetuava deste embargo informativo os jornais científicos “mas sem que esta exceção se possa ampliar às respetivas transcrições em jornais de outra natureza”.

Os jornais, nomeadamente o *JN* e o *VP*, desde o início de setembro que vinham sendo processados (“querelados”) por causa da questão da peste, mas só a partir do “decreto da mordaza”²⁴⁴, que coincide com a chegada de Gomes da Silva, a repressão torna-se mais dura, com querelas diárias, chegando à suspensão do *JN*. A isto não será também estranha a transferência de um juiz, Eduardo Martins, de Porto para Portalegre, ao que tudo indica por ser brando com a contestação que os jornais votavam à questão sanitária. Pelo menos é isso que podemos inferir da campanha, com 10 artigos de abertura de jornal, que lhe devota o *JN* ao longo de outubro, esgrimindo argumentos legais para contestar a transferência, no que é acompanhado pelo *Voz Pública*.

De assinalar, que se excetuarmos esta questão indireta e a das convenções internacionais sanitárias, o argumento legal praticamente esteve excluído da contestação às medidas sanitárias e nunca ninguém pensou recorrer aos tribunais, como o fez em São Francisco, nos Estados Unidos, um cidadão de origem chinesa. O seu argumento era que o cordão sanitário, que isolava Chinatown em 1900, “violava o seu direito constitucional de ter igualdade de proteção” em relação aos outros habitantes²⁴⁵. A queixa arguía que o cordão não protegia os chineses, antes multiplicava o risco de serem atacados pela doença e acabou por ser aceite por um juiz que obrigou o cordão a ser levantado. Por essa altura, em Portugal, quanto muito

²⁴³ *Diário do Governo* nº 230 de 11 de outubro de 1899.

²⁴⁴ *Jornal de Notícias* de 14 de outubro de 1899.

²⁴⁵ CHASE, Marilyn, *ob. cit.*, p68.

recorria-se ao rei, como fizeram várias associações ao longo desta crise sanitária, sem qualquer sucesso.

O *Voz Pública* em setembro já tinha sido apreendido por publicar na primeira página uma gravura retratando D. Carlos como caçador²⁴⁶ – afinal uma imagem retirada de uma publicação sobre aquele desporto, mas que no contexto de um jornal republicano só o era feito por acicate – e um artigo sobre o 31 de janeiro.²⁴⁷ Esse destino, conheceu-o *Notícias* durante o mês de outubro, sendo suspenso a 17 de outubro durante dez dias, período em que saiu primeiro com o título de “Notícias” e depois com o título de “Diário da Manhã”. Durante esse período, o jornal que publicaria um “boletim sanitário do nosso jornal” com o rol das querelas diárias a que era sujeito, publica também avisos para o caso de voltar a ser suspenso: “Como há viver e morrer e as últimas disposições não mataram ninguém, nós, que não sabemos se de um momento para o outro sentiremos cair sobre a cabeça a foice da suspensão, desde já prevenimos os nossos leitores de que, se tal suceder, virá substituir este jornal na imprensa outro, com o título *Jornal do Povo*”²⁴⁸. Sob o cabeçalho o jornal mantinha o mesmo aspeto gráfico e a mesma agressividade em relação ao cordão, mesmo que num caso ou outro tenha contido a sua contestação à peste.

O *Jornal de Notícias*, que tinha aumentado a sua tiragem de 16.000 para 22.000 exemplares, parece retirar da perseguição oficial razões para se afirmar como paladino da verdade e defensor da opinião do povo, obviamente crítica do cordão sanitário. Até porque nas razões apresentadas pelo governador civil, Pina Callado, para suspender o jornal estavam as duas entrevistas dadas por Gomes da Silva que surge, como tal, como a voz que o poder queria calar.

O jornal, que lhe tinha dedicado vários artigos gongóricos a enaltecer a sua autoridade em questões de peste, achava que ele era a “voz do conforto”, capaz de fazer nascer “em todos os espíritos, um novo alento para encarar a doença reinante”²⁴⁹. No dia em que o título foi suspenso, defendia mesmo que o governo tem agora “na sua mão redimir-se das durezas com que tratou o Porto”. Basta “entregar à direção suprema de Gomes da Silva todos os serviços de profilaxia contra a endemia reinante”.

²⁴⁶ *Voz Pública* de 10 de setembro de 1899.

²⁴⁷ *Voz Pública* de 17 de setembro de 1899.

²⁴⁸ *Jornal de Notícias* de 22 de outubro de 1899.

²⁴⁹ *Jornal de Notícias* de 17 de outubro de 1899.

A desautorização óbvia de Ricardo Jorge e do governador civil não foi só ao JN que agradou. As associações da cidade acabam por tomar a defesa do clínico e vão mesmo a Lisboa solicitar ao presidente do conselho que o nomeie responsável dos serviços sanitários ou que ao menos o deixe publicar as suas opiniões, sem que se concretize a ameaça de também ser processado ²⁵⁰.

Essa autorização viria a ser concedida, e a partir do dia 1 de novembro o *Comércio do Porto* publica uma série de cinco artigos que os outros dois jornais reproduziriam, embora o *Voz Pública* o faça de uma forma resumida. Os artigos, segundo Gomes da Silva, respondiam ao pedido que o *Comércio* lhe tinha feito “a poucos dias” da sua chegada para responder a cinco quesitos: “I - Qual a natureza do andaço que há meses grassa no Porto?; II – Merece, esse andaço, o nome de de epidemia?; III – É legítimo esperar-se que o andaço recrudescça no próximo inverno; IV – Devem as medidas de defesa tomadas pelo país contra o andaço do Porto ser mantidas, modificadas ou sustadas; V – Quais os meios de evitar que o andaço assuma proporções mais graves?” ²⁵¹

O clínico acabaria por responder uma a uma às questões, argumentando com a sua experiência em Macau para, resumidamente, afirmar que sim, era peste a doença que tinha atacado o Porto, mas com um carácter “fraco e obscuro” o que lhe permitia afirmar dizer que estávamos perante “endemia, mas nunca poderá chamar-se-lhe epidemia” ²⁵². Sustentava ainda que a ocorrência da doença deveria diminuir durante o inverno, que o “cordão sanitário era um absurdo prejudicial” e o isolamento de casas “uma selvajaria”. O médico duvidava ainda que a peste do Porto não fosse anterior a 1899 e considerava que a principal medida a tomar contra a epidemia era o saneamento da cidade. Pelo caminho, duvidava de muitos dos diagnósticos de peste feitos aos doentes que observara.

Tais opiniões não poderiam ser mais favoráveis às posições que a cidade vinha exprimindo durante os últimos meses como lapidarmente definiu o presidente da AIP, Alfredo Menéres, numa assembleia geral marcada para discutir as ilações a tirar dos artigos do médico: “Vieram comprovar de um modo categórico e decisivo tudo quanto a opinião pública tinha formulado a tal respeito e para o que só faltava a sanção oficial de um homem de ciência e de experiência comprovada em tais assuntos” ²⁵³.

²⁵⁰ *O Comércio do Porto* de 29 de outubro e *Voz Pública* de 22 de outubro de 1899.

²⁵¹ SILVA, José Gomes, *ob. cit.*, p. 172.

²⁵² *Idem, ibidem*, p. 191.

²⁵³ *O Comércio do Porto* de 8 de novembro de 1899.

Era um casamento feito no céu, com o homem que crismara definitivamente a peste do Porto como “andaço”, a que os jornais e as associações da cidade se vão dedicar com devoção nas semanas seguintes, tentando utilizar as posições de Gomes da Silva para forçar o levantamento do cordão sanitário. Multiplicam-se as homenagens. Há uma subscrição para lhe dar uma pena de ouro, querem publicar as suas crónicas nas colónias e no Brasil, a AIP manda tirar-lhe um retrato a carvão para ser exibido numa das salas da associação e o JN publica uma gravura, que não era recurso assim tão frequente, com a imagem do médico a duas colunas na primeira página ²⁵⁴.

É um processo que culminará com a escolha de Gomes da Silva para encabeçar uma “lista de protesto” às eleições, perante a dificuldade de os dois grandes partidos da Regeneração apresentarem lista próprias. Apoiada entusiasticamente pelo *Jornal de Notícias* ²⁵⁵ e de forma mais discreta pelo *Comércio do Porto* ²⁵⁶, a lista – que integra também António Magalhães e, Manuel Pestana da Silva – acabará, no entanto, por perder para os republicanos, que apoiados pelos socialistas, elegerão Afonso Costa, Xavier Esteves e José Falcão, “os deputados da peste”.

Vingariam os argumentos repetidos do *Voz Pública* que, insinuando suspeitas sobre o carácter da “lista de protesto”, apelavam à afronta ao poder central: “A ordem do governo é a seguinte: tudo menos republicanos. Portanto quem votar contra os republicanos, vota a favor do governo” ²⁵⁷. Ou então, como defendeu Guerra Junqueiro, num texto publicado em corpo grande na primeira página do jornal, a 26 de novembro, dia das eleições: “Quereis a minha opinião sobre a batalha eleitoral? É simples. Na lista do governo votaria Judas. Na lista dos ‘protestantes’ votaria Pilatos. Na lista republicana votaria Jesus. A primeira é crime; a segunda hipocrisia; a terceira verdade. Votai pela verdade”.

²⁵⁴ *Jornal de Notícias* de 5 de novembro de 1899.

²⁵⁵ *Jornal de Notícias* de 12 de novembro de 1899.

²⁵⁶ *O Comércio do Porto* de 26 de novembro de 1899.

²⁵⁷ *Voz Pública* de 22 de novembro de 1899

10. Epílogo

- O lento levantamento do cerco

No dia em que foi aprovada a legislação para a imprensa, outros dois diplomas vieram a lume. No primeiro deles, era nomeado António Homem de Vasconcellos, para “as funções de inspetor-geral dos serviços de defesa sanitária no Porto”²⁵⁸. O antigo inspetor do Lazareto de Lisboa passava a dirigir todo o esforço para debelar a peste bubónica e impedir a propagação da epidemia. O governo centralizava num médico a coordenação do combate à peste, repartido até aí entre os serviços municipais e o governador civil.

No outro diploma, criava-se a Direção-Geral de Saúde e Beneficência Pública²⁵⁹ que substituíra a atacada e desacreditada Junta Consultiva de Saúde Pública. Era a “oportunidade histórica”²⁶⁰ para reformar os serviços de saúde do reino que, com a peste no Porto, haviam demonstrado “que o facto de o país ter ficado imune durante longos anos àquele flagelo não era suficiente para se acreditar que bastavam os regulamentos de sanidade marítima para poupar Portugal daquela e doutras doenças epidémicas”²⁶¹. A confissão está no epílogo do diploma, assinado por Luciano de Castro:

“A crise sanitária, que nos assaltou, invadindo a peste bubónica de surpresa a cidade do Porto, sem embargo das rigorosas precauções do aviso de 14 de abril de 1897, malogrou aquela esperança, e pôs em relevo, que os sacrifícios do tesouro público para se alcançar uma eficaz organização dos serviços de saúde em todo o reino serão sempre incontestavelmente menos dolorosos e incomparavelmente menos avultados, que os erigidos atualmente para prevenir, combater e debelar qualquer invasão epidémica”.

O organismo na dependência da Secretaria de Estado dos Negócios, criava os lugares de diretor e inspetor-geral que deveriam ser ocupados por médicos formados na Universidade

²⁵⁸ *Diário do Governo* nº 224 de 4 de outubro de 1899, p. 485.

²⁵⁹ *Diário do Governo* nº 226 de 6 de outubro de 1899, p. 446.

²⁶⁰ ALVES, Jorge Fernandes e CARNEIRO, Marinha, *ob. cit.*, p. 43.

²⁶¹ VIEGAS, Valentino, FRADA, João e MIGUEL, José Pereira, *ob. cit.*, p. 22.

de Coimbra ou pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e Porto As funções consultivas que, na altura, competiam à Junta de Saúde Pública passavam a ser desempenhadas por um Conselho Superior de Saúde e Higiene Pública, presidido pelo Ministro dos Negócios do Reino e com a vice-presidência ocupada pelo diretor-geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública. Este organismo integrava também as atribuições de saúde pública pertencentes à Direção-Geral de Administração Política e Civil, que não tinha nos seus quadros nenhum elemento especializado na área.

Não sabemos se em algum ponto Ricardo Jorge, que viria a ocupar o lugar de inspetor-geral nesta estrutura, contribuiu para a elaboração deste diploma. O que sabemos é que o diploma de censura à imprensa, publicado na mesma data, vai aprofundar o divórcio entre a cidade e o médico que continuava a estar na frente do combate à peste.

Tudo porque a imprensa, e mesmo expressamente alguns notáveis da cidade, nunca mais lhe perdoarão ter sido, alegadamente, o inspirador do “decreto da mordaza” a que ficaram sujeitos os jornais que, não por poucas vezes, referiam explicitamente não poder transcrever partes do que era discutido nas assembleias que debatiam a peste, devido àquele dispositivo legal.

A primeira referência à participação de Ricardo Jorge surge a 27 de outubro, no *Comércio do Porto*, que escreve: “Não se vencem crises alarmando a opinião pública. Não se vencem crises fulminando a imprensa com decretos como esse de 4 do corrente, que – suprema afronta! – foi sugerido pelo dr. Ricardo Jorge, segundo informações positivamente fidedignas”. O *JN*, reproduzindo a informação afirma de forma seca: “Deve ter sido assim”²⁶².

Mais tarde, num esclarecimento contra uma notícia do *Correio da Noite*, que atribuía a iniciativa do decreto à Direção-Geral de Administração Política e Civil, o industrial Alfredo Meneres afirma que essa informação tinha sido colhida numa reunião entre Luciano de Castro e uma delegação da AIP que pretendia que Gomes da Silva fosse nomeado responsável do combate à epidemia. “O sr. presidente do conselho declarara, com a maior clareza e com toda a nitidez da frase que o decreto de 4 de outubro fora sugerido pelo dr. Ricardo Jorge e até indicou como essa sugestão foi feita”²⁶³.

²⁶² *Jornal de Notícias* de 28 de outubro de 1899.

²⁶³ *Voz Pública e Jornal de Notícias* de 8 de novembro de 1899.

Alfredo Meneres não explica como essa sugestão terá sido feita mas, numa carta de 29 de setembro, é possível perceber o que Ricardo Jorge pensava sobre a imprensa, se não é esta mesma carta a alegada sugestão do médico municipal:

“As medidas profiláticas só este momento em mais que nunca carecem de ser fartas e fortes, ora é evidente que o não são ainda. Sou o primeiro a convir e a confessar que essas deficiências provêm daquilo que se não decreta – a opinião pública. Mas sei também que a opinião pública se educa, desfazendo a ignorância e se força sufocando más vontades. Permitir-lhe liberrimamente e licenciosamente que todos os dias se calque e atrepele aquilo que é uma verdade e um bem, que se acirrem as paixões populares e se lisonjeie a ignorância, que se afoite neste suicídio publico e se encoraje a resistência, que tem chegado a [...] atentados contra os que por dever profissional arriscam a sua saúde e a sua vida - eis o que não compreendo”²⁶⁴.

Esta carta foi noticiada pela imprensa no dia seguinte como uma missiva em que o clínico “expõe a possibilidade que tem em continuar”²⁶⁵ ou liminarmente como uma “demissão”²⁶⁶, como afirma o *JN*, que estranha “que só agora, nesta altura da doença, quando o boletim acusa maior número de casos, snr. dr. Ricardo Jorge se resolva a abandonar o seu posto, deixando a cidade a braços com essa epidemia que não soube ou não pôde dominar”.

Ricardo Jorge está cansado:

“Como se já não fosse triste o lutar com armas insuficientes contra uma epidemia devastadora vemo-nos sem força moral e legal para prosseguir no combate. Há trezentos anos havia mais e melhor; parece que até nisto se mostra mais uma vez a degeneração da sociedade portuguesa”.

A opinião pública é a primeira razão apontada para o cansaço, mas não é a única:

“A debelação ou pelo menos atenuação desta calamitosa epidemia que cada vez grassa com mais intensidade exige vastos recursos materiais e uma fortíssima disciplina moral; desde o principio que o prego. Desventuradamente nenhum

²⁶⁴ Arquivo do Governo Civil do Porto, MC30181 e MC3081A.

²⁶⁵ *O Comércio do Porto* de 30 de setembro de 1899.

²⁶⁶ *Jornal de Notícias* de 30 de setembro de 1899.

destes fatores intimamente conexos, estão de molde a conjurar o perigo de que não parece fazer-se a mínima ideia; estas palavras não visam ninguém porque a culpa é de muitos, é de todos e vem de longe”.

Ricardo Jorge lamenta que o governador tenha respondido a todos os seus apelos com um ofício a 21 de setembro em que alega insuficiência de poderes quando “tudo manda exercer uma tirania inteligente bem inspirada”. Como ela não se impõe “a continuação deste estado de coisas não se compadece “nem com a rigidez” do seu modo de pensar “nem com os apertos da situação”. E termina: “As minhas funções estão sendo insustentáveis, eis o que me cumpre dizer a V. Ex^ª”.

Mais do que a demissão, é um lamento o que Ricardo Jorge profere. Manter-se-á no combate à peste ainda por bastante mais tempo. A 8 de novembro, uma nota publicada no *Comércio* dá conta que nos serviços de defesa sanitária chefiados por Homem Vasconcellos é ainda a Ricardo Jorge que cabe comandar a “verificação de diagnósticos, vigilância dos casos averiguados e suspeitos nos hospitais e domicílios, condução e tratamento dos doentes, autopsias e ensaios bacteriológicos, enterramentos, desinfecção das casas dos enfermos e posto de desinfecção municipal”.

Mas por essa altura, o seu destino já estava traçado. A 11 de outubro, a Carta de Lisboa, datada de 9, dá conta no *JN* dos nomes que se prefiguram para o lugar de inspetor-geral da nova Direção-Geral de Saúde e Beneficência Pública. Não tem uma palavra de apreço pelo facto do favorito ser o responsável pelos serviços municipais do Porto, antes procura polemizar a forma como é conduzido o processo. A 18 desse mês, o mesmo jornal dá conta da aceitação do cargo pelo médico que, depois disso, continuará a assinar os boletins médicos da epidemia.

Sim, porque se Ricardo Jorge partia do Porto, a peste ainda não largara a cidade. Mais, três dias antes de o médico ter escrito ao governador civil dando conta do seu cansaço, um dos seus companheiros de luta sanitária, Câmara Pestana é atacado pelo vírus de Yersin, muito provavelmente ao fazer uma autópsia a um cadáver contaminado. O distinto bacteriologista virá a falecer em Lisboa a 15 de novembro, suscitando uma onda de comoção nacional, a que se associou o Rei D. Carlos, que visitou o doente no seu leito de morte.

A peste conhecia até um aumento de casos nesse final de setembro, início de outubro, devidamente assinalado por Ricardo Jorge no seu estudo sobre a epidemia, onde marca a

última semana de setembro como registando 19 novos casos²⁶⁷ num crescendo que se registava ao longo do mês. E durante outubro é novamente o médico municipal, em carta ao governador que assinala, a 4, que “a recrudescência epidémica que nestes últimos dias se tem acentuado, a sua repercussão à distância (casos de Baguim) e por outro lado a natural influência destes factos sobre a opinião pública, levam a insistir sobre mais poderosos meios de combate”. Mas com o acentuar do frio, precipitando o fim do ciclo anual de reprodução da pulga²⁶⁸, o número de casos mostra tendência para decrescer.

Nesse cair do século XIX ainda há peste no Porto, mas o consenso parece ser para que o assunto vá perdendo expressão nos jornais, substituído pelas polémicas em torno do conflito no Transval ou pelas eleições. *O Comércio do Porto* irá praticamente extinguir esse noticiário após a publicação dos artigos de Gomes da Silva, deixando mesmo, a partir de 10 de novembro, de publicar o boletim sobre o estado dos enfermos no hospital do Bonfim. Já o *Voz Pública* acentua as suas características de jornal político, apostando as suas energias na eleição de 26 de novembro.

Só mesmo o *JN*, vai manter atenção sob o assunto, mesmo depois dos comerciantes se dirigirem à Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto para pedir que “jornais não continuem a dar notícias alarmantes da doença de que resulta apavorar-se o espírito dos leitores, tanto da província como estrangeiros”²⁶⁹. O jornal, que se expandira neste período com a sua política agressiva em relação à doença e ao cordão sanitário, não vai desistir. Até 21 de janeiro de 1900 continuará a manter na primeira página o título “A insalubridade do Porto”, embora com menos expressão gráfica e só para o substituir por “Basta de comédia / Abaixo o andaço”.

A 14 de outubro, “o andaço”, contabilizava 161 casos, 52 dos quais fatais, resultando numa taxa de mortalidade de 32,2 por cento, “o que indica que a maioria dos casos foi de uma índole relativamente suave”²⁷⁰. No final, ficará a contabilidade de 320 casos, sendo mortais 132²⁷¹. *O Comércio* divulga, a 4 de janeiro de 1900, a contabilidade total nos cemitérios do Prado do Repouso, Agramonte, Campanhã, Paranhos, Lordelo do Ouro e Foz: em 1897, 4783 enterramentos, em 1898, 4829 e em 1899 uma subida: 5398.

²⁶⁷ JORGE, Ricardo, *ob. cit.*, anexos, Gráfico Estatístico da Epidemia.

²⁶⁸ Echenberg, Myron, *ob. cit.*, p. 127.

²⁶⁹ *Jornal de Notícias* de 20 de outubro de 1889.

²⁷⁰ SHADWELL, Arthur, *ob. cit.*, p. 845.

²⁷¹ PEREIRA, Gaspar Martins e SERÉN, Maria do Carmo, *ob. cit.*, p. 513.

O cordão sanitário terminará em vésperas do Natal²⁷², sem grandes alardes, seguindo a tendência das autoridades e da imprensa para desvalorizar a doença, num lento desmontar da máquina burocrática que se prolongará, pelo menos, até ao início de fevereiro²⁷³. Inútil? Certamente. De facto, o cordão dificilmente poderia impedir a marcha dos ratos se existissem condições para tal. Apesar de tudo até ao final de 1899 os casos mantinham-se relativamente concentrados no centro do Porto, se excetuarmos o surto registado em Baguim, Gondomar²⁷⁴. Em Gaia, do outro lado do rio, não se registavam, até à altura, contaminados.

“O Porto provou-se ser um local pouco atrativo para o *Y. pestis*. As escarpas do vale do rio Douro e a sua localização ajudaram a frustrar o alastrar da peste bubónica para o interior”, afirma Myron Echemberg²⁷⁵. Estudos realizados entretanto fazem aventar a hipótese de que os tão temidos inimigos, a pulga e o rato, também possam ter tido um papel crucial na relativa expansão da epidemia. A pulga porque a comprovar-se ser a espécie mais frequente nos climas temperados, *Nosopsyllus fasciatus*, a que predominava em Portugal ela mostrava-se anatomicamente menos capaz de transmitir o vírus,²⁷⁶. O rato, porque parece ter desenvolvido uma imunidade contra a epidemia, graças a um bacilo mutante da peste, o *Yersina pseudotuberculosis* o que ajudou a que a terceira pandemia nunca fosse na Europa uma catástrofe da dimensão da verificada no Oriente e como havia sucedido no passado²⁷⁷.

A peste ainda ficará na área do Porto endemicamente até 1915²⁷⁸, mas levantado o último cerco à cidade, deixa de existir como notícia. Como descobriu Carlos Fortes, quando encontrou dificuldades em investigar a doença para o trabalho que publicou em 1910. “Oficialmente a peste bubónica não existe no Porto; assim o exigiu a cidade, num movimento mal ponderado, e assim o estabeleceu a burocracia, ao que se vê sem grande respeito pela verdade”²⁷⁹.

²⁷² *O Comércio do Porto* de 22 de dezembro de 1899.

²⁷³ *O Comércio do Porto* de 9 de fevereiro de 1900.

²⁷⁴ *Jornal de Notícias* de 27 de setembro de 1899.

²⁷⁵ EICHEMBERG, Myron, *ob. cit.*, p. 127.

²⁷⁶ CHASE, Marilyn, *ob. cit.*, p. 191.

²⁷⁷ AUDOIN-ROUZEAU, Frédérique, *ob. cit.*, p. 418.

²⁷⁸ CORREIA, Fernando da Silva (1937) – *Portugal sanitário: subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Ministério do Interior, Direção Geral de Saúde Pública, p 476.

²⁷⁹ FORTES, Carlos Maciel Ribeiro, *ob. cit.*, p. 11.

Conclusão

A epidemia de peste no Porto fica como um momento particularmente ilustrativo da impotência da cidade afirmar a sua vontade e a sua autonomia perante o poder central. Se a Salamancada lhe tinha retirado capacidade económica e o 31 de janeiro iniciativa política, o cerco sanitário de 1899 confirmou a tendência de um novo ciclo, marcado pela centralização das decisões da vida nacional num só polo, Lisboa.

Que, durante este episódio, tenha acabado por sair da cidade, contestado, aquele que descobriu a doença, a combateu e acabaria por liderar a reforma sanitária em Portugal no início do século XX, é só uma amarga ironia. Reflexo de uma eventual incapacidade do burgo para ter elites esclarecidas que conseguissem opor uma resistência eficaz a medidas ultrapassadas e desproporcionadas e a um populismo autofágico.

O carácter arcaico do cerco militar não impede que o combate à epidemia, no Porto, se inscreva numa história mais lata da saúde e do progresso científico, marcada também por uma progressiva regulamentação e centralização dos poderes decisórios das organizações nacionais de saúde. Um momento de transição que conduz a profundas alterações no dispositivo sanitário que se seguiram à crise epidémica, não só na saúde, mas também na imprensa, a qual tem um papel essencial na condução da crise, sendo que parte dela saberá tirar daí dividendos. Este é um tempo de adaptação da indústria a novas condições de mercado, em que se reforça a necessidade de estar atento ao leitor, na luta pelo aumento de audiências.

Desde o início, o aparecimento da peste na Ribeira veio expor uma cidade com graves problemas de salubridade, ao atacar preferencialmente as classes da população com menos posses, mais sujeitas a habitar nas condições de falta de higiene e de habitabilidade que favorecem a existência dos elementos animais de propagação da doença, ratos e pulgas.

A doença irrompe num momento em que as descobertas revolucionárias de Yersin e Simond ainda eram bastante recentes, mas a prática médica revela conhecimento e modernidade de procedimentos, nomeadamente Ricardo Jorge, quer na componente da análise bacteriológica, quer nas ordens para a perseguição aos ratos. As práticas de

desinfecção e a defesa de melhores condições sanitárias que os médicos e a sociedade defenderam reafirmam a necessidade de atuar no saneamento da cidade, de forma a atingir padrões de higiene que não mais pertencem só à esfera privada.

O dispositivo sanitário existente mostrou estar pouco preparado para o combate à epidemia. As respostas locais nos primeiros momentos, mesmo que tímidas, foram prontas, mas as decisões mais importantes necessitavam de validação das autoridades nacionais, o que tardou mais de um mês. O argumento do desconhecimento da porta de entrada da doença, com que o governo progressista de Luciano de Casto se justificou, enquadra-se na lógica de prevenção de epidemias e que tinha nos controlos marítimos as estruturas com maior tradição. Mas o diagnóstico assertivo de Ricardo Jorge teria permitido às autoridades uma decisão mais célere, mesmo que possam ter esperado pela confirmação biológica, prática que seria ainda pouco estabelecida.

O receio, justificado, das consequências da declaração de peste, só será vencido quando as notícias começaram a circular no exterior. A pressão internacional também irá pesar na decisão de declarar o cordão sanitário, medida que reunia cada vez menos consenso científico internacional e que, pela sua brutalidade, condicionaria todo o esforço sanitário e levaria ao extremar de posições.

A cidade e a imprensa que até aí tinham mantido um cúmplice silêncio sobre as mortes e sobre a própria doença, reagiram impulsivamente. A negação da peste, enquanto primeiro impulso, encontrou paralelo em outros locais atingidos pela terceira pandemia, o mesmo acontecendo com o argumento de que esta se tratava de uma peste menos letal do que as anteriores ou do que aquela que grassava a Oriente.

Na rua, um povo que estava habituado a lidar com doenças, escarnecia da epidemia, afirmando que “a peste matou a morte”. Irá reagir com violência contra as decisões médicas que também revestiam um caráter policial, como os isolamentos ou os internamentos compulsivos e vai desconfiar da “ameaça” de novas práticas como a vacinação. Os ataques às brigadas sanitárias, a Ricardo Jorge, a ocultação dos doentes, mostram que a medicina estava ainda em fase de conquista do seu espaço de intervenção na vida privada e na esfera pública.

Já as elites e os jornais revelaram, durante a crise, que o conhecimento médico e científico era socialmente aceite como legitimador de decisões e de práticas e que os

médicos eram uma classe com uma crescente autoridade. Na sua contestação, sustentaram-se em médicos com posições contrárias às posições oficiais e disponíveis para desafiar os conhecimentos de outros clínicos. A crise da peste revelou-se, desta forma, não só um momento de resistência popular a um poder médico, mas também palco do confronto entre velhas práticas - que se sustentavam só na observação como diagnóstico e acreditavam em miasmas e mezinhas - e um paradigma emergente que advinha da “revolução bacteriológica” em curso, traduzido no recurso à análise laboratorial e a terapêuticas como soros e vacinas.

A atuação de Gomes da Silva, apoiado pela imprensa e pelas associações industriais e comerciais, agentes da contestação, acaba por ser o expoente máximo deste choque de saberes. Pelo seu lado, Ricardo Jorge teve o respaldo das associações médicas nacionais e, genericamente, dos muitos especialistas estrangeiros que acorreram à cidade. O combate à epidemia, se excetuarmos o cordão sanitário, revelou a sua contemporaneidade, com a hospitalização e o isolamento dos doentes, ações de desinfecção e a perseguição aos ratos, mas também aspetos de modernidade como a aplicação de soros laboratoriais a uma escala não registada até então.

Os três jornais analisados mostram uma imprensa com nervo para acompanhar uma crise epidémica e uma indústria em transformação, transpirando porém cada título a sua identidade. O *Comércio do Porto* continuou a representar os interesses das classes empresariais que estavam na sua fundação, enquanto o *Voz Pública*, de matriz ideológica e doutrinal, aproveitou a convulsão social e o enfrentamento com o poder governamental para retirar dividendos políticos para o campo republicano. O *Jornal de Notícias*, que soube identificar-se com o mal-estar provocado pelo isolamento forçado do Porto, insistindo nas posições de contestação, mesmo quando a censura atuou, foi o que mostrou maior capacidade de capitalizar os acontecimentos em favor da própria existência do jornal. Logrou sedimentar com os leitores uma relação de proximidade de propósitos que o fez ampliar a sua difusão durante a crise. A isso não será estranho o facto de ser, dos três, o que mais se afasta do quadro de orientação doutrinal que marcara o anterior paradigma da imprensa, revelando características de jornal popular.

O cordão sanitário, que os três jornais combateram, veio provocar óbvios prejuízos à atividade económica da cidade, ampliados por ter sido estabelecido de forma imprevista. A sua ineficácia revelou-se, desde logo, pelo facto de entre o momento do anúncio e a sua concretização ter permitido o êxodo de milhares de habitantes. Era destituído de

razoabilidade quanto às situações que era suposto regular, já que não disponha no terreno das condições de concretização – postos de desinfecção, controlos sanitários – e o normativo que o sustentava revelava-se demasiado genérico para ser adaptado a situações específicas, como na circulação de mercadorias. Isto obrigou o governo a um esforço legislativo que transformou o cordão num percurso em degraus, somando diploma a seguir a diploma, o que tanto mostra o vazio do enquadramento legislativo até aí existente, como a vontade de o ocupar. Este é um Estado que cresce em competências mas que, até pela distância, não encontra a melhor forma de as concretizar.

Com justeza, a cidade viu a medida como um ataque à sua atividade económica e reflexo de uma maior preocupação em conter a peste dentro do Porto do que em a extinguir. Para a contestar, utilizou a imprensa, que muitas vezes antecipou e instigou o discurso da revolta, de ataque aos médicos, aos políticos, mas também a Lisboa. A capital era a fonte de poder contestada mas também o alibi para a débil reação de uma cidade que interiorizava o papel de vítima.

As associações comerciais e industriais, instituições que mantinham a sua importância como representantes da comunidade, tomaram a iniciativa de encerrar lojas e fábricas como manifestação de inconformismo quanto às medidas decretadas, o que levou à paralisação da cidade e a episódios de fome. Porém, não encontram junto das autoridades locais capacidade para liderar uma revolta ou exercer uma pressão junto do poder que ultrapassasse as missivas e os atos de protesto. Câmara e governo civil, em última instância, mantiveram as fidelidades partidárias para com quem os tinha nomeado.

Apesar do ataque a que foi sujeito, quer pelos populares, quer nos jornais, Ricardo Jorge manteve-se no combate à peste durante os meses em que a epidemia se expandiu, só abandonando a cidade do Porto quando passou a desempenhar cargos nacionais.

A peste no Porto acabou em 1899 por não ultrapassar, a não ser episodicamente, a malha urbana da cidade e por registar cerca de três centenas de casos. Os conhecimentos atuais permitem-nos julgar que o cordão e mesmo as outras medidas sanitárias empregues, excetuando a caça aos ratos, não devem ter tido grande impacto na amplitude, relativamente fraca, da doença, ficando ela mais a dever-se a condicionantes ambientais e às características do vetor da doença.

A proximidade das eleições, a relativa normalização do dispositivo sanitário e a diminuição do número de casos, terão levado a que, pouco a pouco, o governo fosse aliviando o cerco e passasse a ignorar um pesadelo que a cidade preferia esquecer.

Para que este trabalho possa apresentar um retrato mais completo do impacto da peste de 1899 na cidade do Porto seria, no futuro, pertinente alargar a análise ao enquadramento político que levou à “vitória” mais expressiva da cidade perante o poder de Lisboa, a eleição de três deputados pelo Porto. De igual modo, parece-nos relevante uma investigação mais aprofundada do avanço epidemiológico da doença, nomeadamente através dos documentos existentes no Arquivo Distrital do Porto e complementar a leitura da imprensa com a inclusão de outros títulos como o *Primeiro de Janeiro*, bem como da imprensa lisboeta da altura. Novas leituras sobre a componente biológica da doença e a forma de transmissão, trarão certamente novas perspetivas sobre o fenómeno epidemiológico.

Fontes e bibliografia

- Arquivos consultados

Arquivo Distrital do Porto – Arquivo do Governo Civil – Pastas MC3081 e MC 3081-A

Arquivo on line de Legislação régia consultado em

<http://legislacaoregia.parlamento.pt/Info/about.aspx>

- Periódicos consultados

British Medical Journal – Londres, entre 24 de junho de 1899 e 30 de dezembro de 1899

Comércio do Porto (O) – Porto, entre 6 de junho de 1899 a 31 de janeiro de 1899

La Colonia Española – Porto, entre 9 de abril e 14 de setembro de 1899

Jornal de Notícias – Porto, entre 6 de junho de 1899 e 31 de janeiro de 1899

Voz Pública – Porto, entre 4 de julho e 31 de dezembro de 1899

- Bibliografia consultada

ALVES, Abílio Monteiro (1910) - *Propaganda da higiene pela imprensa política*. Porto: Imprensa Nacional.

ALVES, Jorge Fernandes, (1993) - Analfabetismo e emigração – o caso do distrito do Porto no século XIX. In Revista da Faculdade de Letras: História. Porto: Faculdade de Letras, II série.

ALVES, Jorge Fernandes e CARNEIRO, Marinha (2011) - A Saúde Pública em Portugal – Alguns delineamentos administrativos (da Monarquia à Ditadura Militar). In, *Justiça na Res Pública Sécs XIX –XX, Vol. 2, Ordem Direitos Individuais e Defesa da Sociedade*. Porto: Citcem.

- ALVES, Jorge Fernandes (2010) - O progresso material, Da Regeneração aos sinais de crise In *História do Porto* . Porto: Quid Novi
- ALVES, Jorge Fernandes (2008) - Ricardo Jorge e a Saúde Pública em Portugal –“Um apostolado sanitário”- In *Arquivos de Medicina*. Porto: Faculdade de Letras. Vol. 22, nº 2/3
- AUDOIN-ROUZEAU, Frederique (2007) - *Les chemins de la peste – Le rat, la puce e l’homme*, Paris: Editions Tallandier.
- BICHO, Francisco Laranja de Castro, (1926) - *Organização dos Serviços Sanitários em Portugal*, Tip. da Póvoa do Varzim: Empresa do “O Progresso”.
- CARDOSO, Júlio (1899) - *A peste do Porto - Contribuição para o seu estudo*. Porto: Tip. Gutenberg.
- CARQUEJA, Bento (1934) - *O Comércio do Porto ao completar 80 anos*. Porto: O Comércio do Porto.
- CARVALHO, Manuel Jorge Pereira (2010) - Prenúncios de mudança, do 31 de Janeiro ao regicídio, In *História do Porto*. Porto: Quid Novi
- CHASE, Marilyn (2004) - *The barbary plague – The Black death in victorian San Francisco*. Nova Iorque: Random House.
- CORREIA, Fernando da Silva (1937) - *Portugal sanitário: subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Ministério do Interior, Direção Geral de Saúde Pública
- CUNNINGHAM, Andrew e WILLIAMS, Perry (1992) - *The laboratory revolution in medicine*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DEDET, Jean-Pierre (2010) -, *Les Épidémies – De la peste noire à la gripe A7H1N1*. Paris: Dunod.
- DIAS, Fernanda da Conceição e ALVES, Emilia Manuela Moreira (1987) - *A peste bubónica no Porto em 1899*, seminário de História de Portugal para a Licenciatura em Ciências Históricas pela Universidade Portucalense. Porto: Universidade Portucalense.
- ECHENBERG, Myron (2007) - *Plague Ports – The global impact of Bubonic Plague*. Nova Iorque e Londres: New York University Press.
- FORTES, Carlos Maciel Ribeiro (1910) - *Peste Bubónica – Etiologia e profilaxia segundo as modernas aquisições/ A campanha dos Açores/ Trabalhos do Porto*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- GARNEL, Maria Rita Lino (2009) - *Portugal e as conferências sanitárias internacionais (Em torno das epidemias oitocentistas de cholera-morbus*. Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa.
- HOWARD-JONES, Norman (1975) - *The scientific background of the International Sanitary Conferences 1851-1938*. Genebra: Organização Mundial de Saúde.

- JORGE, Ricardo (1899) – *A peste bubónica no Porto 1899: Seu descobrimento: Primeiros Trabalhos*, Porto, Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara do Porto, 1899.
- JORGE, Ricardo (1899) – *A peste bubónica no Porto*. Porto: Deriva Editores, 2010
- LIMA, Helena (2008) – *Os diários portuenses e o desafio da actualidade na imprensa: Tradição e rupturas*. Tese de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras.
- MALTEZ, José Adelino (2004) – *Tradição e revolução – Uma biografia do Portugal político do século XIX ao XXI*. Lisboa: Tribuna da história
- MÉTIN, Edouard (1900) – *La Peste à Porto*. In *Annales d'hygiene et de médecine*. Paris: Doin
- MONTALDO, Frederico (1900) – *La peste bubónica en Oporto*. Madrid: Fortanet
- MONTEIRO, Bruno (2010) – Os anos portuenses de Ricardo Jorge. In JORGE, Ricardo, *A peste bubónica no Porto*. Porto: Deriva Editores
- PEREIRA, Gaspar Martins e SERÉN, Maria do Carmo (1995) – O Porto oitocentista. In RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.), *História do Porto*. Porto: Porto Editora
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (1998) – *Jornais, editores e tipografias do Porto (1866-1898)*. Centro Leonardo Coimbra da Faculdade de Letras do Porto
- SARDICA, José Miguel (2009) – O jornalismo e a intelligentsia portuguesa nos finais da Monarquia Constitucional. In *Revista Comunicação & Cultura*, nº 7, consultada em http://cc.bond.com.pt/wp-content/uploads/2010/07/07_01_Jose_Miguel_Sardica.pdf
- SHADWELL, Arthur (sd) – *The Plague in Oporto* in *The Nineteenth Century*, , sl, se,
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1990) – Jornais e revistas do Porto no tempo de Camilo. In separata da Bibliotheca Portucalensis 2º série nº 5. Porto: Biblioteca Municipal
- SILVA, José Gomes da (1987) – *A peste bubónica – Epidemias de peste em Macau em 1895, 1897 e 1898 e Andação do Porto em 1899*, Porto:Magalhães e Moniz
- SOUSA, Fernando de (1988) – *Jornal de Notícias -A memória de um século (1888-1988)*. Porto: Empresa Jornal de Notícias
- TENGARRINHA, José (1989) – *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho
- VIEGAS, Valentino, FRADA, João e MIGUEL, José Pereira (2006) – *A Direcção Geral da Saúde Notas Históricas*, <http://www.insa.pt/sites/INSA/SiteCollectionDocuments/ADGSnotashistoricas.pdf>, artigo consultado em 29 de maio de 2012.